

Diego Augusto Maia Baptista

***PARA UMA INTRODUÇÃO AO
MANUSCRITO DE 1844 DE K. MARX;
ORIGENS, ESTRUTURA E POSTERIDADE***

Diego Augusto Maia Baptista

BIBLIOTECA DO ICH - UNICAMP
NOME DA TITULAR DA EMPRESTA
DATA DE DEVOLUÇÃO

PARA UMA INTRODUÇÃO

AO MANUSCRITO DE 1844, DE K. MARX

ORIGENS, ESTRUTURA E POSTERIDADE

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação do Prof. Dr. Jesus José Ranieri.

Este exemplar corresponde à redação final da dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 02/04/2007.

BANCA

Prof. Dr. Jesus José Ranieri (Presidente)

Prof. Dr. Ricardo Luiz Coltro Antunes (IFCH - UNICAMP)

Prof. Dr. Henrique J. D. Amorim (IPEP)

Prof. Dr. Rciardo Musse (USP) - Suplente

Profa. Dra. Gilda F. P. Gouvêa (IFCH- UNICAMP) - Suplente

Abril de 2007.

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP**

Baptista, Diego Augusto Maia

**B229p Para uma introdução ao manuscrito de 1844 de K. Marx;
origens, estrutura e posteridade / Diego Augusto Maia Baptista.
- - Campinas, SP: [s.n.], 2007.**

**Orientador: Jesus J. Ranieri.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Marx, Karl, 1818-1883 – Crítica e interpretação. 2. Marxismo.
3. Análise (Filosofia). 4. Sociologia - Teoria. I. Ranieri, Jesus. II.
Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e
Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: An introduction to the K. Marx's Economic and
Philosophical Manuscripts of 1844; origins, structure
and posterity**

**Palavras-chave em inglês
(Keywords):**

**Marx, Karl, 1818-1883 – Criticism
and interpretation
Marxism
Analysis (Philosophy)
Sociology - Theory**

Área de concentração: Sociologia

Titulação: Mestrado em Sociologia

**Banca examinadora: Prof.Dr.Jesus J. Ranieri (orientador)
Prof. Dr. Ricardo Antunes
Prof. Dr. Henrique Amorim
Profa. Dra. Gilda P. Gouvêa
Prof. Dr. Ricardo Musse**

Data da defesa: 02/04/2007

Programa de Pós-Graduação: Pós-graduação em Sociologia

DEDICATÓRIA E AGRADECIMENTO:

À

Manô

“... para a perspectivação de uma nova esquerda e sua refundação teórica e prática é preciso a sustentação categórica, até mesmo com um grânulo de petulância, da necessidade da revolução social, sem o que é impossível o soerguimento de uma analítica capaz de levar ao entendimento efetivo e crítico da realidade, bem como de levar a efeito uma prática à altura do seu significado. Para tanto é absolutamente essencial a redescoberta do pensamento marxiano e a crítica da sua destituição” (Chasin)

O objeto específico da pesquisa é o conjunto do *Manuscrito de 1844*. O Capítulo I faz uma aproximação do objeto de estudo, situando brevemente o *Manuscrito de 1844* no contexto da evolução do pensamento de Marx, e discute algumas questões preliminares para a interpretação do texto.

O Capítulo II visa relacionar o texto ao debate marxista do século XX, indicando o papel central do *Manuscrito de 1844* para a constituição de linhas teóricas e disputas fundamentais do marxismo.

O Capítulo III constitui a exposição sistemática do texto na forma de um plano linear do mesmo, reproduzindo as estruturas mais gerais e descrevendo em detalhe o encadeamento dos conteúdos particulares, de acordo com as divisões, hierarquia e conexões das partes; em seguida, apresentamos um comentário correspondente ao desenvolvimento do plano.

The specific object of the research is the set of the Manuscript of 1844. The Chapter I gives a proximity on the object of study, briefly placing the Manuscript of 1844 in the context of the evolution of Marx's thought and argues about some preliminary questions for the interpretation of the text.

The Chapter II intends to relate the text to the marxist debate of the 20th century, indicating the main role of the Manuscript of 1844 to the constitution of theoretical lines and fundamental disputes of marxism.

The Chapter III constitutes in the systematic exposure of the text in the form of a linear plan of itself, reproducing the more general structures and describing in detail the chaining of private contents, according to the divisions, hierarchy and connexion of the parts; following, we present a comment corresponding to the development of the plan.

ÍNDICE

Resumo	7
Apresentação	9
 Capítulo I – Introdução e Questões Preliminares		
1.1	O <i>Manuscrito de 1844</i> na Trajetória Intelectual de Marx 13
1.2	Sobre o Caráter de Manuscrito do Texto, Redação e Edições 23
 Capítulo II – O Impacto do <i>Manuscrito de 1844</i> sobre o Marxismo		
2.1	Lukács 45
2.2	“Teoria Crítica” 51
2.3	Althusser 59
 Capítulo III - Análise e Exposição da Obra		
3.1	Planos	
3.1.1	Plano Resumido 71
3.1.2	Plano Detalhado	
	Primeiro Caderno 78
	Segundo Caderno 88
	Terceiro Caderno 90
3.2	Comentário (parcial) 106
 Bibliografia		
	127

APRESENTAÇÃO

O intuito desta dissertação é apresentar uma proposta de leitura da primeira à última página do *Manuscrito de 1844*, de Karl Marx. Ainda que existam boas análises sobre o texto, e que ele esteja implicado em inúmeros debates, ao examinar a bibliografia não encontramos nada que se aproxime de uma análise sistemática da totalidade de seu conjunto. Em geral, as preocupações dos comentários giram em torno de categorias particulares, temáticas ou trechos selecionados, quando não enveredam decididamente por questões carregadas pela da história do marxismo, não constituindo assim, na maioria dos casos, ajuda direta na simples análise do conjunto do texto. A profusão de toda esta bibliografia ligada de alguma maneira ao *Manuscrito de 1844* pode, inclusive, tornar-se mais um obstáculo para uma abordagem rigorosa e conseqüente do escrito original.

A análise e exposição do *Manuscrito de 1844* impõe limitações proporcionais à amplitude da proposta – a idéia de abarcar o objeto como um todo se mostrará por certo repleta de lacunas. Nossa tarefa preliminar foi elaborar a exposição de um plano, estruturado e detalhado de tal maneira que fornecesse um bom panorama da obra, seguido por um comentário que descrevesse o encadeamento e as peculiaridades do texto, introduzindo paralelamente algumas questões; por fim, seria pertinente apresentar diversos desenvolvimentos com sistematizações sobre conteúdos, categorias e problemas particulares.

Nos limites do mestrado, realizamos a primeira tarefa e parte da segunda. O esquema apresentado no plano busca reproduzir sumariamente os movimentos do texto, identificando claramente suas partes e seqüências, dividindo-as hierarquicamente, facilitando assim uma visualização geral e das múltiplas conexões internas. Detalhamos esta estrutura seguindo passo a passo o texto marxiano, remetido por indicações as mais literais possíveis. A exposição do plano

visa conduzir uma leitura da obra, de modo que as divisões em partes e subdivisões ou as denominações por nós atribuídas são mais descritivas do que “analíticas”, no sentido de que não há nenhuma tentativa de esboçar como um “sistema” aquilo que Marx não chegou a realizar desta forma; trata-se, antes, de entender em pormenor aquilo que foi realizado.

O plano ora apresentado almeja servir como guia de uma leitura completa do texto, para que se possa examinar as partes e subdivisões cuidadosamente, mas sem se perder no meio do escrito; com a garantia de reconhecer trechos mais amplos logo de início, ele ampara e organiza as necessárias idas e vindas e repetições da leitura. Estabelecendo um panorama abrangente dos múltiplos conteúdos e encadeamentos, o plano também almeja servir para dispormos o que foi apropriado, ao mostrar rapidamente toda a seqüência, fortalecendo nossa memória do texto. Finalmente, esperamos que o plano facilite consultas com agilidade, sobre categorias, problemas, etc., que se encontram em diferentes pontos; auxiliando assim nas investigações particulares sobre dado assunto e suas conexões no interior do texto.

Vale lembrar que o plano ora apresentado é uma versão provisória, ainda uma “hipótese”, por assim dizer, sujeita, necessariamente, à prova e correções; entretanto, já se encontra suficientemente elaborada a ponto de possibilitar o encaminhamento dos objetivos propostos. Esta organização do texto em um plano completo é, portanto, o ponto central – e original – deste trabalho.

No exercício da análise imanente do texto, não ignoramos a história que acompanha a formação ideal, seu contexto de surgimento e seu destino. O tratamento do “antes e depois”, deste “entorno” do *Manuscrito de 1844* demonstra a importância deste texto no marxismo, bem como, antes, na obra marxiana propriamente; por outro lado, verifica-se uma ausência de bibliografia específica sobre o texto que se mostra proporcionalmente discrepante com a notoriedade, inexistindo qualquer exposição ou análise que busque de fato considerar a totalidade de seu

conjunto. É neste quadro que esta dissertação acaba por oferecer uma contribuição para o preenchimento de tamanha lacuna, considerada a urgência de uma demanda que o vulto da obra mais que justifica.

Ao discutirmos brevemente o itinerário intelectual de Marx em seu percurso inicial, não temos a intenção de explorar ou avaliar as posições a este respeito no marxismo (isso seria um objeto de estudo específico). A intenção é introduzir o leitor ao *Manuscrito de 1844*, na medida em que este texto de fato ocupa lugar central na formação do pensamento marxiano, pois representa momento de síntese e culminância do seu período formativo. Deste modo, apresentaremos esta questão de acordo com a fundamentação de nossas bases teóricas, e não de forma polêmica como uma discussão do marxismo.

Além de enfrentar toda complicação inerente ao texto do *Manuscrito de 1844*, nos deparamos, fatalmente, com incontáveis polêmicas e posições que se desenvolvem desde a década de 1930 até recentemente, conformando toda uma gama heterogênea de literatura que tem no *Manuscrito de 1844* alguma referência de destaque. Por mais que estas discussões tenham ensejado e cristalizado tantas interpretações e visões, não se pode exigir que a análise do texto se deva delimitar pelas controvérsias. Pelo contrário, acreditamos ser procedimento imprescindível e factível primeiramente realizar uma exegese interna da obra em separado, ao máximo, da posteridade marxista a qual precede e de quem inclusive independe.

De qualquer maneira, é difícil contornar o fato de que impacto do *Manuscrito de 1844* sobre a formação do marxismo é realmente enorme e profundo, o que torna praticamente obrigatório mencionar parte dessa influência. Assim, partimos de uma divisão prévia do marxismo em algumas grandes tendências e procuramos verificar a sua relação com o *Manuscrito*. As linhas exploradas são a lukacsiana, a frankfurtiana e a althusseriana, todas comprovando o papel central do *Manuscrito de 1844* para a definição de posições de largo

alcance para suas teorias em geral. A justificativa do interesse no debate entre estas linhas será explicitado de acordo com a fundamentação das bases teóricas do trabalho, que remonta, neste quadro, à linha lukacsiana.

Capítulo I – Introdução e Questões Preliminares

1.1 O *Manuscrito de 1844* na Trajetória Intelectual de Marx

Partindo da idéia de unidade das três críticas ontológicas marxianas – crítica da política, da especulação e da economia política – neste capítulo discutiremos o significado do *Manuscrito de 1844* na trajetória intelectual do autor, mostrando como o texto representa um momento culminante no período da gênese, na medida em que estabelece o início da crítica da economia política, desencadeada em consequência das críticas da política e da especulação recentemente instauradas por Marx. Do período pré-marxiano abordaremos a *Tese Doutoral* e a *Gazeta Renana*, no sentido de mostrar o contraste desta fase com a que se abrirá com a *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, período do qual mencionaremos a *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* e *A Questão Judaica*.

Iniciemos com o depoimento de Marx: “Minha especialidade era a Jurisprudência, a qual exercia contudo como disciplina secundária ao lado de Filosofia e História. Nos anos de 1842/43, como redator da *Gazeta Renana*, vi-me pela primeira vez em apuros por ter que tomar parte nas discussões sobre os chamados interesses materiais (...). O primeiro trabalho que empreendi para resolver a dúvida que me assediava foi uma revisão crítica da *Filosofia do Direito de Hegel*, trabalho este cuja introdução apareceu nos *Anais Franco-Alemães*, editado em Paris 1844. Minha investigação desembocou no seguinte resultado: relações jurídicas, tais como formas de Estado, não podem ser compreendidas nem a partir de si mesmas, nem a partir do assim chamado desenvolvimento geral do espírito humano, mas, pelo contrário, elas se enraízam nas relações materiais de vida, cuja totalidade foi resumida por Hegel sob o nome de 'sociedade civil' (*bürgerliche Gesellschaft*), seguindo os ingleses e franceses do século XVIII; mas que a anatomia da sociedade burguesa (*bürgerliche Gesellschaft*) deve ser procurada na Economia Política.

Comecei o estudo desta matéria em Paris...”¹.

Sabemos, assim, que na constituição da obra marxiana há uma etapa crucial que abrange desde a *Crítica de Kreuznach*, do final de 1843, até meados de 1844, período que encontra nos manuscritos redigidos em Paris seu coroamento.

É esta peculiaridade alcançada em 1844 que Lukács destaca logo no início do capítulo sobre Marx da sua *Ontologia do Ser Social*. Discutindo tendências mais antigas de Marx a partir de uma passagem da *Tese Doutoral* (1841), Lukács afirma que “... no caminho do jovem Marx se delinea com clareza aquela orientação no sentido de concretizar, cada vez mais, as formações, as conexões, etc., do ser social, que – em sentido filosófico – alcançará seu ponto de inflexão nos estudos econômicos marxianos. Essas tendências encontram sua primeira expressão adequada nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos*, cuja originalidade inovadora reside, não em último lugar, no fato de que pela primeira vez na história da filosofia *as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e da reprodução da vida humana, tornando assim possível uma descrição ontológica do ser social sob bases materialistas*” (Lukács, 1972:15, grifo nosso).

Vejamos como Mészáros e Márkus, seguindo na mesma linha, avaliam esta questão: “A modificação realmente significativa não se processa entre 1844 e 1845, mas entre 1843 e 1844. E mesmo essa modificação é muito mais complexa do que os vulgarizadores imaginam” (Mészáros, 1970:210). Márkus também afirma que “quem supõe um hiato categórico entre a ‘juventude’ e a ‘maturidade’ de Marx perde inevitavelmente de vista o fato de que a reviravolta determinante da evolução de Marx não deve ser procurada nos anos 1845-1846, mas por volta de 1843...” (Márkus, 1974:73).

Definido o período em questão, Mészáros aponta para o significado específico do *Manuscrito de 1844* na formação do pensamento de Marx da seguinte maneira: “Mesmo o autor dos artigos

1 Marx, *Para a Crítica da Economia Política*, “Prefácio de 1859”, São Paulo, Abril, 1985, p. 129.

Sobre a Questão Judaica e sobre *A Filosofia Hegeliana do Direito* não compreendia a importância ontológica fundamental da esfera da produção, que aparecia em seus escritos na forma de referências bastante genéricas às necessidades (*Bedürfnisse*) em geral. Em consequência, Marx não podia apreender, de maneira ampla, a complexa hierarquia dos vários tipos e formas de atividade humana, as inter-relações delas em um todo estruturado. Tudo isso muda nos *Manuscritos de 1844*” (Mészáros, 1970:75).

Igualmente ressaltando a radicalidade da inflexão do *Manuscrito de 1844*, de acordo com o mesmo critério, do “trabalho” e da “produção”, Márkus sustenta em relação ao itinerário de Marx que “seu materialismo filosófico se realiza como totalidade lógica apenas quando ele descobre o papel do trabalho na formação do homem e da história: os *Manuscritos* parisienses do verão de 1844 assinalam precisamente essa reviravolta...” (Márkus, 1974:31).

Para desenvolver a discussão sobre o itinerário intelectual inicial de Marx e a especificidade do *Manuscrito de 1844* neste percurso, nos baseamos em J. Chasin: *Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica* (especialmente o capítulo 2: “gênese e crítica ontológica”).

De acordo com esta análise, vemos, esquematicamente, que Marx começa a se alçar à trajetória propriamente marxiana a partir de fins de 1843, para em brevíssimo lapso de tempo definir as bases de um perfil teórico original, compreendido pela articulação de “três críticas ontológicas” – crítica da política, da especulação e da economia política – e a perspectiva da emancipação humana através da revolução do trabalho.

No período pré-marxiano que antecede imediatamente a grande mudança estão a *Tese Doutoral*, 1841, e os artigos de *A Gazeta Renana*, 1842/43, ainda na esfera do idealismo ativo. Na *Tese*, em palavras de Cornu², “ao opor Epicuro a Demócrito, Marx começava a enaltecer naquele

2 CORNU, A. *Karl Marx et Friedrich Engels, 1842-1844*, tomo II. Paris, PUF, 1958. ROSSI, M. *La Génesis del*

o filósofo lúcido, o ateu que havia libertado o homem do temor dos deuses”, que havia “feito da filosofia da natureza o fundamento de uma ética cujo objetivo era assegurar e justificar a liberdade humana”, tendo Epicuro o grande mérito de “distinguir a essência da substância e subordinar o elemento material ao espiritual, com o que superou o materialismo determinista de Demócrito”. Rossi vai na mesma direção, reafirmando o que está em jogo: “se a consciência individual abstrata é posta como princípio absoluto, toda ciência real e verdadeira é, desde logo, suprimida, posto que o que reina na natureza das coisas não é a natureza das coisas; porém, isto significa também a supressão de toda transcendência, de tudo o que é contra a consciência...”, Epicuro procura combater justamente a elevação da autoconsciência universal como princípio, como ocorre entre os estóicos.

Prosseguindo no percurso do Marx pré-marxiano da *Tese* para a *Gazeta Renana*, vemos como “a autoconsciencialidade, como base e atmosfera, se estende pelos artigos da *Gazeta Renana*, o conjunto dos quais expressa com abundância e muita nitidez os traços marcantes do pensamento político pré-marxiano de Marx”. O ponto central agora é que, “bem de acordo com o seu hegelianismo ou neo-hegelianismo de juventude, nos textos redigidos para a *Gazeta Renana* Marx é um adepto exímio da vertente – clássica e de origem tão remota como a própria filosofia – que identifica na política e no estado a própria realização do humano e de sua racionalidade (...), em suma, à época, Marx estava vinculado às estruturas tradicionais da filosofia política, ou seja, à *determinação onto-positiva da politicidade*”, vertente em que “a politicidade é tomada como predicado intrínseco ao ser social”, isto é, “enquanto atributo eterno da sociabilidade” (Chasin, 1995:357).

Materialismo Histórico, vol. II. Madri, Alberto Corazón, 1971. *Apud* Chasin, 1995:350-354, para as citações abaixo.

Assim, a figura do estado racional está diretamente conectada ao idealismo ativo e ao criticismo neo-hegeliano, como fica claro nos artigos de Marx para a *Gazeta Renana*. No famoso artigo sobre os roubos de lenha, “a argumentação gira em torno da contraposição entre a *universalidade do estado e a particularidade da propriedade privada*”, onde Marx afirma que naquela ocasião o estado se rebaixa “aos meios irracionais e antijurídicos da propriedade privada”, consistindo “a *degradação do estado precisamente em descender da universalidade*”, a qual Marx ainda defendia e queria ver realizada. Em suma, na atividade de Marx neste período, identifica-se, “de cabo a rabo, uma subjetividade racional, fundante e operante, que não nega o mundo objetivo, mesmo porque o concebe como passível de racionalização pela ação crítica da filosofia libertadora” (Chasin, 1995:357).

Para Droz, “a orientação em direção ao real foi o que o levou [Marx] à sua colaboração na *Gazeta Renana*, órgão de Colônia que pertencia a ala esquerda do liberalismo do Reno” (Droz, 1972:590). Este historiador procura mostrar a posição avançada de Marx quando este foi redator chefe daquele órgão liberal já notavelmente progressista – e, se ele não conseguiu imprimir ao periódico exatamente a orientação que desejava conseguiu, entretanto, afastar da redação elementos de tendências ligadas aos irmãos Bauer. A colaboração de Marx, com artigos sobre eventos ligados aos chamados “interesses materiais”, como ele mesmo recordaria anos mais tarde, foi uma etapa fundamental da sua evolução. Desta produção destacam-se três textos, os quais demonstram tanto a direção das preocupações de Marx como sua vinculação com o neohegelianismo: “sobretudo, nos artigos em que consagrou ao roubo de madeira nas florestas do Eifel e à miséria dos vinhateiros da Moselle, assim como nos artigos sobre a censura, demonstrou que o Estado, longe de ser a expressão da idéia divina, como Hegel pensava, estava, na realidade, ao serviço das classes sociais dominantes; é a colisão do Estado com os interesses particulares

que ele denuncia como sendo um dos abusos do mundo contemporâneo” (Droz, 1972:590)³.

Apesar de destacar corretamente os textos mais significativos e identificar a crise da concepção da politicidade que se abria neste momento, Droz procura “antecipar” algumas descobertas de Marx, como se aquisições da *Crítica de 1843 da Filosofia do Direito de Hegel* tivessem sido concebidas ainda à época da *Gazeta Renana*.

Entretanto, só após o fechamento do periódico e a retirada de Marx do cenário público para o gabinete de estudos, é que irrompe a grande mudança. *A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* foi “instigada por duas poderosas influências – o irresoluto desafio teórico encravado pelos ‘interesses materiais’ e o lineamentos feuerbachianos...” (Chasin, 1995:362). Premido pela dúvida a respeito dos chamados interesses materiais, por um lado, e, por outro, munido de determinados referenciais feuerbachianos, Marx inicia o trabalho pela revisão da *Filosofia do Direito* de Hegel⁴.

Em *Para Crítica da Filosofia do Direito de Hegel* “...irrompe e domina agora, para não mais ceder lugar, a ‘sociedade civil’ – o campo da interatividade contraditória dos agentes privados, a esfera do *metabolismo social* – como demiurgo real, que alinha o estado e as relações jurídicas” (Chasin, 1995:362). Neste momento, Marx eleva “o procedimento cognitivo à analítica do reconhecimento do *ser-precisamente-assim*”, que tem por base a “reflexibilidade fundante do mundo sobre a razão”; nas palavras de Marx: “...o momento filosófico não é a lógica da coisa, mas a coisa da lógica”.

3 Veja-se a respeito deste período também EDIT, C. “A Razão como Tribunal da Crítica: Marx e a *Gazeta Renana*”. In Revista *Ensaíos Ad Hominen*, v.1, t.4, São Paulo, 2001.

4 Com relação aos indicativos feuerbachianos que influenciaram Marx, trata-se especificamente da crítica da filosofia especulativa e sua correspondente ontologia de inclinação imanentista naturalista. Por isso, Feuerbach é considerado por Marx como o único crítico neohegeliano sério de Hegel, o que pode ser atestado largamente no *Manuscrito de 1844* e em *A Ideologia Alemã*. Veja-se Feuerbach, *Princípios da Filosofia do Futuro e Outros Escritos*, Lisboa, Edições 70, 1988, que são os textos que foram importantes para Marx no período de 1843-1844, e não *A Essência do Cristianismo* (1841). Já em se tratando da política, Feuerbach sempre manteve-se no terreno das concepções onto-positivas da politicidade, do qual Marx desvencilhava-se ao mesmo tempo em que atentava para os indicativos feuerbachianos de crítica da especulação.

Marx publica uma *Introdução* para aquele trabalho (o qual permaneceu como anotações pessoais) em princípios de 1844, juntamente com *A Questão Judaica*, ambos referidos no “Prefácio” do *Manuscrito de 1844*. Na *Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*, Marx inicia a inflexão aos domínios da economia política, apresentado-a como momento necessário, uma vez da exaustão da filosofia especulativa neo-hegeliana e de seu objeto predileto: “Na Alemanha, a *crítica da religião* chegou, no essencial, a seu fim, e a crítica à religião é o pressuposto de toda crítica” (p. 1). E Marx dá o passo que àquele deve suceder: “O homem é o mundo dos homens, o Estado, a sociedade. Este Estado, esta sociedade, produzem a religião, *uma consciência do mundo invertida*, porque eles são um mundo *invertido*” (p. 1).

Da análise das particularidades da situação alemã – dentre as quais, frente aos países industriais modernos, estão o arcaísmo do Estado e a incipiente economia aliados a uma esfera espiritual que se superpõe à realidade – é possível perceber características estritamente marxianas. Destaca-se, dentre as principais, a determinação social do pensamento: “... a imagem alemã do Estado moderno, que faz abstração do *homem real*, só era possível porque e enquanto o próprio Estado moderno faz *abstração* do *homem real* ou satisfaz o homem *total* de modo puramente imaginário” (p. 7); passagem que antecipa o teor emancipatório e programático próprio de suas críticas à política, desdobrado como se segue: “Já como adversária resoluta do modo anterior da consciência política *alemã*, a crítica da filosofia especulativa do direito orienta-se, não para si mesma, mas para *tarefas* para cuja solução só existe um meio: a *praxis*” (p. 8).

Marx reitera incansavelmente a emancipação humana geral, identificando o agente social capaz de levá-la a cabo. Diferentemente da revolução política, parcial, na qual é uma “... *parte da sociedade civil que se emancipa* e instaura sua dominação geral (...) uma determinada classe que parte de sua situação específica e empreende a emancipação geral da sociedade” (p.10); a revolução universal é – e por isso é especialmente distinta – empreendida a partir de uma “classe

com *cadeias radicais*, de uma classe da sociedade que não é uma classe da sociedade civil; de um estamento que é a dissolução de todos os estamentos; de uma esfera que possui um caráter universal por seus sofrimentos universais e que não reclama para si nenhuma justiça *especial*, porque não se comete contra ela nenhuma *injustiça* especial, mas a *injustiça pura e simples*; que já não pode reclamar um título *histórico*, mas simplesmente o título *humano*; que não se encontra em oposição unilateral às conseqüências, mas numa oposição omnilateral aos pressupostos do estado alemão; de uma esfera, enfim, que não pode emancipar-se sem emancipar-se de todas as outras esferas da sociedade e, ao mesmo tempo, emancipar todas elas; que é, numa palavra, a *perda total* do homem e que, portanto, só pode se recuperar a si mesma através da *recuperação total* do homem. Esta dissolução da sociedade como um estamento particular é o *proletariado*” (p. 13).

Também em *A Questão Judaica*, Marx reconhece o caráter fundante da sociedade civil, a esfera dos interesses privados, e como o direito é a ela subordinado e a legitima: “a liberdade como direito do homem não se funda nas relações entre homem e homem, mas antes na separação do homem a respeito do homem. É o *direito* de tal separação, o *direito* do indivíduo *circunscrito*, fechado em si mesmo. A aplicação prática do direito humano de liberdade é o direito da *propriedade privada*” (p. 57). Neste sentido, a revolução política sempre será parcial, pois supõe e reafirma uma dada condição social, como a separação de classes que supostamente se unificaria na universalidade do Estado.

O Estado, diz Marx, ao constituir o cidadão, a igualdade, faz abstração de toda condição natural, social e determinada dos indivíduos reais e, ao mesmo tempo, não abole estas distinções, deixando-as subsistir em outras esferas, na sociedade civil. Este abstrair das particularidades dos indivíduos, ao mesmo tempo em que as deixa subsistir, encontrará novos desdobramentos no *Manuscrito de 1844*, no que respeita à atividade dos trabalhadores da economia política.

Encontramos em *A Questão Judaica*, como na *Introdução*, o proletariado (trabalho) como o agente revolucionário, e por meio dele a emancipação humana surge como a superação do estranhamento; a politicidade é identificada como uma esfera da alienação. Assim, a emancipação “constitui uma *restituição* do mundo humano e das relações humanas ao *próprio homem*. A emancipação política é a redução do homem, por um lado, a membro da sociedade civil, indivíduo *independente* e *egoísta* e, por outro, a *cidadão*, a pessoa moral. A emancipação humana só será plena quando o homem real e individual tiver em si o cidadão abstrato; quando como homem individual, na sua vida empírica, no trabalho e nas relações individuais, se tiver tomado como *ser genérico*; e quando tiver reconhecido e organizado as suas próprias forças como forças *sociais*, de maneira a nunca mais separar de si esta força social como força *política*” (p. 63).

Neste quadro, chamamos a atenção para a especificidade do *Manuscrito de 1844*, conforme já foi indicado no início. Deve-se frisar que somente em interação necessária é que as três críticas definem o arcabouço teórico das armas da crítica marxiana, por outro lado, a crítica da economia política é a última a integrar o programa – só encontrará sua primeira elaboração no *Manuscrito de 1844*, possibilitando, finalmente, a necessária unidade. Mas, para evitar reducionismos economicistas com relação à crítica da economia política, “há que sublinhar que não se trata de uma aquisição abrupta, nem unilateralizante, mas de uma configuração resolutiva cuja possibilidade principiou a ser entreaberta quando os 'apuros' diante do 'interesses materiais' foram assumidos como 'dúvidas' no 'gabinete de estudos', e de modo mais efetivo com o teor e pela natureza de seus primeiros resultados: a crítica da política, que desvenda o caráter determinante da *sociedade civil*, e o concomitante rechaço da especulatividade...” (Chasin, 1995:378).

Concluindo esta parte da discussão sobre o significado do *Manuscrito de 1844* na trajetória intelectual de Marx, retomaremos a idéia indicada no início do capítulo. Trata-se de realçar a especificidade do *Manuscrito de 1844* frente aos textos que o antecedem imediatamente, o que o coloca em posição de momento “conclusivo” do primeiro período marxiano de Marx.

Na *Crítica de 1843*, explica Chasin, “ao postular a atividade do pensamento de rigor como reprodução teórica da lógica intrínseca ao objeto investigado, Marx apenas deu início, com inflexão decisiva e emblemática, é verdade, à composição de sua plataforma científica. Por certo, definiu a tarefa do sujeito e assinalou o *locus* da verdade. No entanto, essa fórmula sintetiza, acima de tudo, sua ruptura antitética com o pensamento especulativo, a qual, resumida em si é somente um passo unilateral, na medida em que a meta cognitiva do sujeito é replasmada por inteiro, sem que, todavia, o próprio sujeito seja redeterminado, e quanto aos objetos é feita uma grande e certa alusão – são reconhecidos como a malha sólida de suas próprias lógicas – contudo, a natureza dos mesmos não é, conceitualmente, recomposta ou esclarecida (...)”. Ainda em 1843, “pela carência de elaboração, [sujeito e objeto] são categorialmente indeterminados, apesar de sua referência direta a entificações concretas, sugerindo, por assim dizer, figuras substantivas um tanto vagas em sua distinção e autonomia. O tratamento diferenciado dos mesmos só virá a emergir, de modo explícito e mais elaborado, nas páginas dos *Manuscritos de 44* e de *A Ideologia Alemã*. Os sujeitos, então, serão reconhecidos como os *homens ativos* e os objetos enquanto *atividade sensível*” (Chasin, 1955:391).

1.2 Sobre o Caráter de Manuscrito do Texto, Redação e Edições

Neste capítulo discutiremos o papel dos textos póstumos ou manuscritos na formação do conjunto da obra de Marx situando o *Manuscrito de 1844* neste contexto, no sentido de buscar sua especificidade. Abordaremos tanto a questão da redação do texto por Marx como um breve histórico das edições póstumas em alemão e suas traduções para diversas línguas.

No final da década de 1960, já aos 84 anos de idade, o velho Lukács deplorava o fato de “transcorridos mais de 120 anos da publicação do *Manifesto Comunista*, não terem sido publicados todos os escritos de K. Marx”, e, apoiado em toda autoridade no assunto, diz: “posso lhe assegurar que existem numerosos escritos de Marx, anotações de estudos ligados à preparação de *O Capital*, que permanecem mofando em arquivos inacessíveis...” (Lukács, 1969:21). Esta situação, de acordo com Lukács, seria um dos resultados nefastos do taticismo dos PC’s. Mais de uma década após aquela revelação, Schaff comenta que “os textos mais importantes de Marx, no campo da filosofia, foram publicados só a partir de 1928, e foi avançando até 1939”, para indicar que, então “ainda não terminou, há coisas ainda não publicadas, que se desconhece, no terreno da alienação...” (Schaff, 1982:96). A flagrante gravidade desta situação bem ilustra o destino trágico da obra marxiana.

Considerado o conjunto dos textos de Marx, nota-se que os “manuscritos” são recorrentes por toda a sua trajetória, isto é, grande quantidade de textos, redigidos em diferentes períodos e circunstâncias não foram publicados durante a vida do autor, em razão de motivos diversos. Mas uma coisa é a não publicação dos textos em vida do autor, e outra, bem diferente, é a existência e custódia de textos que, de um modo ou de outro, chegaram até o presente, porém continuaram ainda por tanto tempo indisponíveis, “mofando em arquivos inacessíveis”.

Devemos salientar é que é impossível avaliar o pensamento de Marx excluindo-se ou fragilizando de antemão obras não publicadas em vida pelo autor. Basta mencionar que, além do *Manuscrito de 1844*, *A Ideologia Alemã* e boa parte de *O Capital* (incluindo *Teorias da Mais-Valia*) restaram “manuscritos”. Entretanto, há comentadores que estabelecem uma divisão entre textos publicados e não publicados, e acabam por afirmar, formalmente, a superioridade teórica dos primeiros.

Gouldner discute nos seguintes termos esta questão: “quando foi redigido um escrito, se os autores quiseram publicá-lo ou se foi publicado postumamente mas sem sua permissão, são elementos de informação importantes para interpretá-lo. Consituem partes elementares do contexto de um manuscrito. É digno de menção que os mais importantes avanços na erudição concernentes a Marx e Engels se deveram à disponibilidade de manuscritos que só foram publicados postumamente...” (Gouldner, 1970:33). Por um lado, vemos como a passagem acima mostra a importância dos manuscritos para a compreensão da obra de Marx, mas por outro, ao indicar, corretamente, que o contexto deve ser levado em conta na interpretação de um manuscrito, o comentador sinaliza que os autores poderiam não estar de acordo com a publicação póstuma de determinados escritos. Com base nesse critério, Gouldner distingue entre a *Ideologia Alemã*, a qual os autores reconhecidamente gostariam de ter visto publicada, e as *Teses ad Feuerbach*, publicadas postumamente por Engels e sobre as quais “não há nenhuma prova de que Marx ele mesmo intentasse publicá-las” (Gouldner, 1970:33) – ora, devemos, por isso, simplesmente diminuir o valor das *Teses* frente *A Ideologia Alemã*? Nessa linha de raciocínio, aparentemente sim, na medida em que “todo autor sabe que pode haver substanciais diferenças de muitos tipos entre sua obra publicada e sua obra inédita. Por todo gênero de razões, os autores frequentemente empalidecem ante a perspectiva de publicação póstuma de seus manuscritos inéditos” (Gouldner, 1970:34). Mas com relação especificamente a Marx, Gouldner afirma não

haver propriamente contradição entre o publicado e o inédito, mas, isto sim, “níveis” diferentes de um mesmo pensamento.

Dentre os textos deixados inéditos por Marx há uma grande diversidade de objetivos, objetos, gênero, forma e tamanho – por isso, acreditamos que seja necessário avaliar a particularidade de cada um dentre os vários “manuscritos” marxianos, e considerar o contexto de evolução dos estudos, dos projetos de produção e editoriais do autor. Além de determinações teóricas que poderiam ser invocadas para ponderar o “inacabamento” geral da obra de Marx – como o seu caráter “aberto”, multifacetado e passível de desdobramentos, o nível de rigor almejado e nunca satisfeito, as constantes metamorfoses nos planos de pesquisa – deve-se ainda levar em conta fatores como as premências polêmicas, a atividade política, o tempo despendido com o jornalismo, as perseguições, a penúria financeira e os problemas de saúde, etc., considerando que tudo isso certamente se reflete no arranjo final do enorme volume de textos que constitui a obra de Marx.

A Ideologia Alemã, por exemplo, é um livro que estava praticamente pronto, sendo que o manuscrito só não foi publicado por dificuldades exteriores, mas o texto estava preparado e até intitulado pelos autores antes de ser “abandonado à crítica roedora dos ratos”, nas palavras de Marx. *A Crítica da Filosofia do Direito de Hegel de 1843*, ou glosas de Kreuznach, representam um caso oposto; por certo constituem um manuscrito elaborado menos visando a publicação do que o simples auto-esclarecimento (frente ao irresistível “assédio da dúvida” que assombrava o autor na ocasião). Já o *Capítulo VI (inédito)* de *O Capital*, para citar mais um caso, pertencia aos materiais que redundariam diretamente no Livro I de *O Capital*, tendo sido excluído provavelmente em razão de incompatibilidades advindas de exigências do encadeamento expositivo então pretendido por Marx e o caminho que o material tomou – nota-se que este “capítulo” conserva um grau de elaboração relativamente acabado e independente.

Em suma, não se pode perder de vista que no interior da produção de Marx há “manuscritos e manuscritos”, isto é, entre os textos não publicados por Marx em vida observamos muitas diferenças, como: maior ou menor grau de acabamento e elaboração, se foram redigidos como simples anotações de estudo e auto-esclarecimento, como obras a serem publicadas, ou como materiais preparatórios, etc. A esta diversidade de tipos ainda cumpre acrescentar as condições em que estes materiais nos chegaram: completos, incompletos, ordenados pelo autor ou dispersos em fragmentos. Estes elementos constituem informações importantes que devem ser consideradas na abordagem e análise de cada manuscrito de Marx.

Ao redigir em Paris o famoso texto que será publicado em 1932 sob o título de *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*, sabemos que Marx consulta não só fontes em primeira mão, mas também alguns estudos próprios, uma série de anotações recentes, num claro esforço de empreender uma síntese de suas análises em um trabalho original. Portanto, podemos dizer que o *Manuscrito de 1844*, em relação aos seus cadernos “preparatórios”, é como um manuscrito de segundo grau, de modo que estes cadernos de estudos poderiam ser tomados como “manuscritos” que entraram na redação do *Manuscrito de 1844*⁵.

Outro elemento notável é o *Manuscrito de 1844* possuir um prefácio, encontrado no fim do texto. O *Prefácio* apresenta um plano de publicações que, de acordo com as indicações de Marx, teria partido dos textos publicados nos *Anais Franco-Alemães* e iria prosseguir naquele momento com a crítica da economia política. As críticas previstas, da economia política, da política e da especulação, apareceriam inicialmente em escritos separados, após o que o autor

5 A utilização de transcrições e materiais próprios de Marx no *Manuscrito de 1844* está documentada no *Apparat* da edição alemã, em parte reproduzida nas notas da edição brasileira. Sobre a cronologia destas notas de estudo em relação com o *Manuscrito de 1844* ver também RUBEL, pp. 26-27. Nesta relação destacamos os cadernos de Marx sobre James Mill, sendo que os cadernos sobre Smith, muito menos elaborados do ponto de vista dos desenvolvimentos marxianos, são importantes para compreensão de alguns trechos do *Manuscrito de 1844*.

planejava ministrar uma crítica de conjunto. Como sabemos, este projeto editorial não foi realizado, e o texto do *Manuscrito de 1844* permaneceu inacabado quanto a uma exposição adequada para publicação.

O fato de Marx ter utilizado seus próprios cadernos de estudos sobre economistas e projetado um *Prefácio* já em momento avançado da redação, denotam o grau de maturidade do texto do *Manuscrito de 1844*. Some-se a estes elementos o fato de que neste momento Marx já havia se iniciado com sucesso nas críticas da política e da especulação, como vimos anteriormente, e das quais ele se beneficiará, aprofundando-as no *Manuscrito de 1844*.

Os chamados *Grundrisse der Kritik der Politischen Ökonomie* são outro importante conjunto de manuscritos marxianos, redigidos entre 1857-58 e publicados apenas entre 1939 e 1941, em Moscou, e de fato difundidos no ocidente só após 1953 (cf. Napoleoni, 1972:10). Assim como no caso do *Manuscrito de 1844*, a divulgação destes textos também causou grande impacto na pesquisa em Marx. Rosdolsky relata que, quando em 1948 “teve a sorte de manusear um dos então raríssimos exemplares dos *Grundrisse* (...) logo compreendeu que estava diante de uma obra fundamental para a teoria marxiana”. Este comentador traça uma detalhada história pregressa dos manuscritos de 1857-58, sob o título de “Como nasceram os *Grundrisse*”, mostrando como os planos de publicação e consecução dos estudos econômicos de Marx sofreram diversos reveses e redirecionamentos ao longo dos anos. Eis sua apresentação: “a primeira etapa foi o trabalho de Marx em um texto de grande alcance – *Kritik der Politik und Nationalökonomie, 1844-1846* – do qual lamentavelmente só se conservaram fragmentos, publicados sob o título *Manuscritos econômico-filosóficos*” (Rosdolsky, 1989:21).

O *Manuscrito de 1844* aparece, assim, inserido no contexto de um trabalho que se estenderia entre 1844-1846 sobre um texto intitulado *Crítica da Política e da Economia Política*, o qual, entretanto, não teria chegado até nós. Este modo de apresentar o *Manuscrito de 1844* é

interessante, mas devemos ponderar que o *Manuscrito de 1844* não seja exatamente um “fragmento” de *Kritik der Politik und Nationalökonomie*, mas sim, muito provavelmente, um texto que entraria na futura elaboração deste outro escrito que, ao invés de ter se perdido, pode inclusive não ter sido realizado nem mesmo esboçado de modo mais extenso e sistemático.

Para melhor entender a ligação entre o *Manuscrito de 1844* e o manuscrito do suposto *Kritik der Politik und Nationalökonomie*, vejamos o seguinte relato: em 1845 “antes de deixar Paris (3 de fevereiro), Marx assina um contrato (...) para publicação de uma obra em dois tomos, intitulada *Crítica da Política e da Economia Política*”; 1846, “junho-dezembro: (...) Marx é intimado pelo editor Leske a entregar imediatamente o manuscrito prometido (...) ou a reembolsar o adiantamento. Marx se desculpa pelo atraso e promete o primeiro volume para fim de novembro”; 1847, “janeiro-fevereiro: Marx é notificado (...) da rescisão do contrato (...) por não haver entregue em tempo o manuscrito prometido...” (Rubel, 1971:28,31,32).

À época da assinatura do contrato de *Kritik der Politik und Nationalökonomie* Marx não dispunha de outros materiais avançados e estudos de economia política que não o *Manuscrito de 1844*, “terminado” em meados do ano, e os tantos cadernos preenchidos meses antes – era este o patamar adquirido para dar início ao empreendimento. Na seqüência da assinatura do contrato, Marx será premido pela redação de obras ocasionadas diretamente contra figuras contemporâneas, nas quais ele constrói positivamente por meio da polêmica suas próprias posições: o volumoso *A Ideologia Alemã*, iniciado em fins de 1845, *A Sagrada Família*, do mesmo ano, prosseguindo com *A Miséria da Filosofia*, redigida no início de 1847, mas cuja crítica datava já de alguns meses antes (cf. Rubel, 1991:29). Neste momento é que o projeto de publicação de *Kritik der Politik und Nationalökonomie* se encerrava, após o rompimento do contrato de publicação, e sabemos que Marx não retomará este plano.

Por mais que Marx simplesmente abandonasse qualquer trabalho diretamente voltado para o desenvolvimento do *Manuscrito de 1844*, no sentido de uma publicação ou do desdobramento direto de um novo trabalho, fica ainda a questão da conservação do escrito: guardara-o Marx consigo, enquanto poderia tê-lo perdido ou, no limite, destruído-o. Porém, sabe-se que “(...) Marx tinha o costume de revisar seus cadernos de anotações prévias ao preparar uma obra. Engels nos diz, por exemplo, que para escrever *O Capital* Marx utilizou seus apontamentos de 1843-45. Os *Grundrisse* (1858), que foram o primeiro esboço de *O Capital*, contêm muitas páginas que podiam ter sido tomadas em bloco dos *Manuscritos de 1844...*” (Ollman, 1975:15).

Lukács participou da preparação da edição do texto que seria incluído no volume da MEGA de 1932. Nas suas palavras: “Quando eu estive em Moscou, em 1930, Ryazanov me mostrou os manuscritos escritos por Marx em Paris em 1844 (...) Um estudante alemão da URSS estava trabalhando nesses manuscritos, preparando-os para a publicação. Os camundongos tinham roído parte deles (...) trabalhei com ele determinando quais as palavras ou letras que desapareceram (...) a edição que foi publicada saiu muito boa – sei porque colaborei nela. Ryazanov era responsável por este trabalho, ele era um grande filólogo – não um teórico, mas um grande filólogo. Depois de seu afastamento o trabalho no Instituto declinou completamente” (Lukács, 1969:97).

O destino de Ryazanov e outros é mais um exemplo de como a compreensão e difusão da obra de Marx entram em conflito aberto com o socialismo real, mas para nossa “sorte”, o afastamento de Ryazanov só ocorrerá depois (precisamente logo depois) do trabalho de decifração e edição do *Manuscrito de 1844*: “Ryazanov era diretor do Instituto Marx-Engels. Era um marxista famoso que tinha feito a grande edição de Marx-Engels já nos velhos tempos. Era uma

pessoa excêntrica, mas extremamente culta e um verdadeiro conhecedor de Marx. Já durante minha estada lá, ele sofreu alguns transtornos, razão pela qual foi transferido para a província e, na época dos grandes processos, acabou desaparecido. Não se conhecem os detalhes...” (Lukács, 1971:89). Temos assim um clima desfavorável ao marxismo nos anos que imediatamente antecedem e se seguem ao aparecimento do *Manuscrito de 1844*, com a ascensão do nazismo e do stalinismo: “os expurgos afastaram os últimos companheiros de Lênin. Todos os trabalhos teóricos sérios foram interrompidos após a coletivização. Trotsky foi exilado em 1929 e assassinado em 1940. Ryazanov foi afastado dos seus cargos em 1931 e morreu em um campo de trabalhos forçados em 1939; Bukharin foi silenciado em 1929 e morto em 1938. Preobrazhenky caiu em 1930 e pereceu na prisão em 1938. O marxismo foi, em grande medida, reduzido a simples evocação na Rússia, ao passo que Stalin atingia seu apogeu” (Anderson, 1976:35).

Voltando às edições alemãs do texto, observa-se que paralelamente à edição da *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA), já em 1932 parte dos textos do *Manuscrito de 1844* “foram publicados quase simultaneamente sob o título *Nationalökonomie und Philosophie* na edição de bolso de Kröner (...), nesta edição falta a parte publicada da *Gesamtausgabe* sob o título *Primeiro Manuscrito*” (...) e “a leitura do texto se afasta em muitos trechos em relação à *Gesamtausgabe*” (Marcuse, 1932:9). Encontramos referência ao que seria ainda uma outra edição alemã também de 1932 (*Karl Marx: Der historische Materialismus. Die Frühschriften*, Bd I), da qual comenta-se: “os editores desta obra de Marx, os social-democratas da direita alemã Lanshut e Mayer, declararam que este trabalho era o 'novo evangelho', a nova 'revelação do marxismo verdadeiro'. Interpretando os *Manuscritos* no sentido do socialismo ético, eles se esforçam por apresentá-los como 'a obra central de Marx, o principal ponto nodal do desenvolvimento de seu pensamento’” (Petrachik, 1961:29).

Outra edição alemã, posteriormente, ficou a cargo do existencialista Erich Thier (Colônia, 1950), que produziu uma extensa introdução sobre a “antropologia do jovem Marx”. Assim como Landshut, Thier pretendia ver no *Manuscrito de 1844* a verdade do marxismo, fazendo “do jovem Marx um aliado na luta contra o mundo socialista e contra a ideologia comunista” (Petrachik, 1961:29). Existe também uma coleção intitulada *Karl Marx, Frühe Schriften* (Stuttgart, 1962-64), conhecida como Studien-Ausgabe, preparada por H. J. Lieber e P. Furth, que traz, no seu primeiro volume, uma edição do *Manuscrito de 1844*.

Finalmente, além da MEGA e das outras edições alemãs acima citadas, cumpre mencionar a coleção *Marx-Engels Werke*. “Esta edição (MEW), que apareceu nos anos de 1956 a 1968, “consta de 39 tomos e dois volumes complementares em que se contém alguns dos escritos de Marx e Engels até 1844” (Roces, 1982:14). Na introdução de 1970 a sua tradução do *Manuscrito de 1844*, Llorente censura esta atitude dos editores, afirmando que “a excelente edição das obras completas de Marx e Engels feita pela Editorial Dietz [MEW], dependente do Comitê Central do Partido Socialista Unificado da República Democrática Alemã, não incluiu os *Manuscritos* em nenhum de seus quarenta e tantos volumes, ainda que se anuncia que serão recolhidos em um dos volumes complementares que se projetam (e já esta relegação é expressiva por si mesma)” (Llorente, 1970:20). Mas o mesmo comentário acrescenta que teria sido feita uma edição parcial e dividida do *Manuscrito de 1844*, lamentando que a Dietz Editorial tenha rompido por conta própria a unidade interna do texto “publicando de uma parte os *Manuscritos* primeiro e segundo, junto com os capítulos iniciais do terceiro, como obras econômicas, e de outra o prólogo e a parte final do terceiro manuscrito, 'Crítica da Filosofia Hegeliana', como trabalhos filosóficos” (Llorente, 1970:20). Parece que é a isto que Mandel se refere quando diz que “na República Democrática Alemã se tenha durante muito tempo publicado separadamente os três primeiros manuscritos e o quarto” (Mandel, 1967:187).

Mencionando a questão da edição tardia do *Manuscrito de 1844* e outras obras pela MEW, Roces, pioneiro na tradução de Marx desde a década de vinte e que em 1934 esteve trabalhando em Moscou, comenta, em entrevista de 1986, o fato de não terem sido traduzidos e publicados naquela época os trabalhos do “jovem Marx” no quadro de um amplo projeto de uma “Biblioteca Karl Marx” em castelhano. Indagado do porquê da ausência destas traduções, responde: “Os trabalhos do jovem Marx não foram publicados, o que lhe dá uma idéia da maneira russa de proceder. Ao fazer a edição grande, em cinquenta e tantos volumes da obra completa de Marx (...), os trabalhos juvenis de Marx e Engels que não são marxistas ortodoxos, foram colocados numa edição à parte de *Obras Especiais de Marx e Engels*. Isto é, eles mesmos censuraram o marxismo. Nestas condições, se são capazes de censurar a Marx e Engels, como não censurariam um pobre e infeliz tradutor espanhol como eu?” (Roces, 1986:109). Não é de se espantar que “na URSS, a primeira edição russa integral dos *Manuscritos de 1844* date de... 1956!” (Mandel, 1967:187), logo após a morte de Stalin.

Esta anarquia editorial iniciada pelas próprias edições alemãs há de ter deixado marcas, causando estragos na tradição interpretativa, com equívocos potencializados pelas traduções nem sempre confiáveis ou feitas a partir de fontes duvidosas, como será indicado abaixo. Só mais ou menos a partir da década de 1960 é que o estabelecimento do texto se completa definitivamente, além de outras publicações em língua alemã, por fim com uma nova edição corrigida do Instituto Marx-Engels, aparecida em 1982 dentro da coleção MEGA² e que constitui desde então a fonte obrigatória para as pesquisas.

Há diversas traduções do *Manuscrito de 1844*, muitas realizadas por destacados teóricos do marxismo. Entre os italianos, há a tradução de Della Volpe (feita no pós-guerra) com estudo introdutório, e a de Norberto Bobbio (Turin, 1949). Na França, algumas são dignas de nota: a pioneira, de Lefebvre, publicada imediatamente após a publicação, já em 1933, feita a partir de fonte alemã posteriormente corrigida, e Bottiguelli na década de sessenta. Merece todo destaque, historicamente, a pioneiríssima tradução feita por Lefebvre já em 1933, para um texto que rapidamente vai se fazer sentir ao influenciar mais de uma corrente de pensamento francês, como Sartre ou tendências do cristianismo de esquerda.

A tradução de Bottigelli, intitulada *Manuscritos de 1844 (economia política e filosofia)*, apresenta grande interesse: editada pela *Editions Sociales* no início dos anos sessenta, é a lida e referida por Althusser, contendo uma extensa introdução do tradutor. Em sua nota sobre esta tradução para *La Pensée*, Althusser assim elogia o acontecimento: “até aqui os *Manuscritos* não eram acessíveis aos leitores de língua francesa a não ser na tradução Costes (Molitor, J., Tomo VI das *Oeuvres Philosophiques*)⁶. Todos aqueles que se encontraram na necessidade de utilizá-la sabiam por experiência que este texto parcial, amputado de importantes desenvolvimentos, cheio de erros e inexatidões, não poderia constituir um instrumento de trabalho sério. Agora estamos, graças a E. Bottigelli (...) de posse de uma edição atualizada” (Althusser, 1963:134).

Das edições em inglês, vejamos a informação de Ollman: “dou preferência à versão de Martin Milligan (Moscou, 1959) e não à mais recente de T.B. Bottomore (Londres, 1963) ou a pouco conhecida tradução mimeografada de Ria Stone (1949). Ainda que o trabalho de Milligan seja muito difícil de ler, a meu entender é mais fiel ao escrito por Marx que qualquer um dos outros. Bottomore, em particular, tem a intenção de simplificar as coisas” (Ollman, 1971:9). O trabalho de Bottomore, associado ao de Rubel (*Karl Marx: Select Writings in Sociology and*

6 Trata-se de uma tradução parcial que faz parte da coleção das obras de Marx publicadas a partir de 1925 na França, em mais de 50 volumes.

Social Philosophy, Londres, 1956 e 2ª edição de 1961), não traz em sua primeira edição, as três seções iniciais do Caderno I. Observa-se que Mészáros também prefere a tradução de Milligan, ao citá-la ao referir o *Manuscrito de 1844* e os *Cadernos sobre James Mill*, optando pela tradução de Bottomore (*Karl Marx - Early Writings*, 1963) apenas quando cita *A Questão Judaica* e da *Introdução de 1844*.

Para o castelhano, podemos mencionar duas versões, a de Wenceslao Roces (*Obras Fundamentales de Marx y Engels*, vol.1, Fondo de Cultura Económica, México, 1982) e a de Francisco Rubio Llorente (Alianza Editorial, Madrid, 1968, 2ª edição 1970). A tradução de Llorente comporta uma pequena introdução sobre a relação do *Manuscrito de 1844* com outras obras de Marx, e apresenta informações sobre edições póstumas do texto, além de remeter algumas polêmicas que a obra gerou. É ainda preciso sublinhar que, na tradução de Llorente, encontramos uma preocupação explícita com a distinção dos termos *Entfremdung* (estranhamento), *Entäusserung* e *Veräusserung* (alienação)⁷. Infelizmente, o tradutor abandonou esta distinção em edições posteriores, por julgá-la inconveniente, passando a traduzir indistintamente qualquer um dos termos por alienação ou estranhamento. Estas duas traduções são compostas a partir de diferentes fontes originais alemãs anteriores a 1982, dentre as citadas anteriormente; cumpre registrar que a tradução de Roces surge em 1982, no mesmo ano da publicação da mais recente versão do manuscrito pela MEGA², mas não utiliza este fonte, portanto nasce desatualizada.

Dentre as traduções para a língua portuguesa, existem pelo menos duas edições de Portugal e, finalmente, uma edição brasileira que será utilizada como fonte das citações dessa dissertação. A tradução portuguesa por Artur Morão (Edições 70, coleção Textos Filosóficos) é

⁷ Pela mesma época, Mészáros discutiu o significado dessas categorias em seu *Marx: A Teoria da Alienação*, ver nota 3 da introdução – lembrada na íntegra por J. P. Netto, 1981, p. 18. Márkus também levava a distinção em conta, como veremos.

uma tradução da tradução inglesa de Bottomore e contém muitos problemas – não deve ser usada (note-se, apenas como mais um exemplo da confusa história editorial do *Manuscrito de 1844*, que apesar do tradutor português se propor a cotejar a tradução inglesa com o texto alemão, ele o faz com base em uma fonte diferente da utilizada para a tradução inglesa). Alternativamente, entretanto, há uma boa tradução portuguesa, de Maria Antónia Pacheco, em publicação ligada ao partido comunista (Lisboa, Edições Avante!, 1993), que pode ser usada com tranquilidade, sobretudo se cotejada com a edição de base.

Excluindo-se de uma ou outra publicação precária, incompleta ou feita a partir de fontes problemáticas e ultrapassadas, inexistia até recentemente uma edição brasileira integral que pudesse ser usada como base de um trabalho rigoroso e aprofundado sobre o *Manuscrito de 1844*, até publicação da tradução de Jesus J. Ranieri (São Paulo, Boitempo, 2004). Como nosso estudo do texto iniciou-se antes desta edição, a nova tradução acabou trazendo folêgo à pesquisa que, até então baseava-se na tradução portuguesa indicada (Pacheco), com recurso às traduções auxiliares, conforme indicadas acima. De todas as traduções mencionadas, a de Ranieri e a de Pacheco são as únicas feitas a partir da última versão criticamente estabelecida pela MEGA² (1982), o que constituiria motivo suficiente para adotá-las em face das demais disponíveis.

A tradução brasileira distingui-se por possibilitar mais facilmente a comparação com a fonte original, e traz muitos termos entre colchetes, destacando-se particularmente a preocupação em diferenciar na tradução os conceitos de *Entäusserung* e *Entfremdung*, como que levanta-se uma questão teórica que merece um volteio.

Para o tradutor, “a vinculação entre eles [*Entäusserung* e *Entfremdung*], em geral sempre presentes, não garante que sejam sinônimos. É muito menos evidente ainda que sejam pensados somente para a análise do sistema capitalista” (Ranieri, 2004:16). Procurando legitimamente preservar uma distinção que é operada pelo próprio Marx, na medida em que este lança mão de termos diferentes, o tradutor reconhece que em suas opções, ao denotar o vínculo com Hegel, “a presente tradução poderá chocar (...) àqueles que transigem menos acerca da potencialidade desse vínculo” (Ranieri, 2004:15). O Vínculo é denotado sobretudo mediante a tradução de *Entäusserung* por “exteriorização”, opção largamente utilizada, em detrimento do uso mais tradicional de “alienação”, que usa-se relativamente pouco nesta tradução. A opção por traduzir *Entäusserung* prioritariamente por “exteriorização”, tende a aproximar demasiadamente a categoria, no português, à da “objetivação” (*Vergegenständlichung*), e aqui coloca-se para nós um problema categorial grave.

Como o próprio tradutor abre a possibilidade de utilizar o termo *alienação* alternativamente à exteriorização, optamos em preservar o primeiro, o que pode evitar contra nós a censura fundamental de Marx a Hegel presente no *Manuscrito de 1844*: para Hegel “não é o caráter determinado do objeto, mas sim seu caráter *objetivo* que constitui, para a consciência-de-si, o escandaloso e o estranhamento” (Marx, p. 129). Ou seja, aqui estranhamento e objetivação coincidem; a alienação é a exteriorização da consciência-de-si no sensível e a superação desta condição é a supressão da objetividade enquanto tal.

Nesta polêmica controversia, Lukács insiste, referindo-se ao *Manuscrito de 1844* (tanto na *Ontologia*, como em *Introdução a Uma Estética Marxista*): em Hegel, “trata-se (...) de superar o *objeto da* consciência, a *objetividade* enquanto tal é posta como uma relação humana *alienada*, inadequada à autoconsciência. A recuperação do ser humano estranho, objetivo, produzido sob a marca da alienação, não tem portanto, tão-somente o significado de suprimir a

alienação, mas também a *objetividade*, ou seja, o homem é posto como ser *não-objetivo*, *espiritualista* (Marx *apud* Lukács, 1971:42; ver também Lukács, 1968:40,45).

Nas palavras de Márkus, “deve-se notar que alguns intérpretes do jovem Marx (em particular dos *Manuscritos*) provocam grande confusão, entre outras coisas, quando identificam – nas pegadas de Hegel – a expressão ‘objetivação’ (*Vergegenständlichung*) com ‘estranhamento’ (*Entfremdung*) ou com aquela similar que é ‘alienação’ (*Entäusserung*) (...). A identificação dos dois conceitos retorna assim freqüentemente, visto que – mediante esse simples artifício – os ideólogos burgueses podem representar e interpretar o conceito de alienação como uma categoria eterna, inseparável da atividade do homem” (Márkus, 1974:52). Note-se, portanto, que segundo esta colocação, é mais relevante distinguir entre objetivação de um lado, e alienação e estranhamento por outro, do que entre estes dois últimos entre si.

Segundo nos parece, é ao denotar uma ligação mais estreita entre Marx e Hegel no uso destes conceitos que Ranieri propõe a distinção da tradução entre entre estranhamento e alienação, afirmando uma “diferença conceitual entre ambos: enquanto a segunda forma remete à exteriorização como fenômeno ineliminável do ser humano, fenômeno que particulariza o ser no ato e na ação de sua sociabilidade através das objetivações presentes no trabalho, o primeiro é designação específica para as insuficiências do gênero (...). Neste sentido, as alienações têm aparecido, por assim dizer, de forma *estranhada* (Ranieri, 1994)⁸.

Ao traduzir *Entäusserung* por “exteriorização” atenua-se a distinção entre *Äusserung* (em oposição a *Innerung*) e *Entäusserung*, porque o primeiro é traduzido por “externação” (ou “manifestação”), e o segundo predominantemente por “exteriorização”. Externação e exteriorização refletem processos distintos ainda que em conexão. Daí o tradutor verter

8 MARX, K., “Maquinaria e Trabalho Vivo (os efeitos da mecanização sobre o trabalhador)”, extraído dos manuscrito de 1861-1863, tradução e notas de Jesus J. Ranieri, in *Critica Marxista*, nº1, São Paulo, Brasiliense, 1994.

Lebensäußerung ora por “externação da vida”, ora por “manifestação de vida”, buscando acertadamente distinguir os fenômenos, isto é, *Lebensäußerung* e *Entäußerung*, visto que, neste contexto, não poderia adotar a opção de “exteriorização da vida” para *Lebensäußerung*, já que exteriorização remete imediatamente à alienação. Isto causa algumas dificuldades, tomemos como exemplo o seguinte trecho da tradução: “A *externalidade* [*Äusserlichkeit*] não é de se entender aqui [em Hegel] como a *sensibilidade se externando* [*sich äussernde*], aberta à luz e ao homem sensível. A externalidade toma-se aqui no sentido de exteriorização [*Entäußerung*], um equívoco, uma debilidade que não deve ser. Pois o verdadeiro é ainda idéia” (Marx, p.136, colchetes nossos, cf. MEGA², pp. 417.27, 418.16).

Referindo-se particularmente aos Cadernos sobre James Mill, Mészáros atenta para o fato de que “Marx traça a linha conceitual de demarcação entre *trabalho* como '*Lebenäußerung*' (manifestação de vida) e como '*Lebenentäußerung*' (alienação da vida)” (Mészáros, 1970:85). Note-se que as duas expressões iniciam com *Leben*, isto é, “vida”, seguidas ou por *äußerung* ou *entäußerung*, de modo que a distinção entre os termos recai precisamente sobre a partícula '*ent*'. Aqui, “*äußerung*” corresponde à “manifestação”, enquanto “*entäußerung*” à “alienação”, procurando demarcar o caráter peculiar de cada fenômeno. Com isto, chamamos atenção para a necessidade de distinguir conceitualmente entre *Äusserung* e *Entäußerung*, sendo *Äusserung* relativo à objetivação pelo trabalho, à confirmação e auto-constituição do ser humano, e *Entäußerung* seu inverso, isto é, a afirmação engendrando auto-destituição⁹.

9 Para a abordagem por nós adotada a respeito da questão da tradução das referidas categoria e seu significado, veja-se DA COSTA, M.H.: “A exteriorização da vida nos *Manuscrito Econômico Filosóficos de 1844*” (2001), e “A diferença entre as categorias *Entäußerung* e *Entfremdung* nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de Karl Marx de 1844” (1998), cf. bibliografia final.

Capítulo II – O Impacto do *Manuscrito de 1844* sobre o Marxismo

Anderson bem relata o alcance da influência que o *Manuscrito de 1844* exerceu sobre importantes teóricos do marxismo. Por ocasião de seu aparecimento, na década de 1930, o *Manuscrito de 1844* imprimiu “marca profunda e duradoura em três pensadores da época. Em seu exílio em Moscou, Lukács trabalhou sob a supervisão pessoal de Ryazanov na decifração dos *Manuscrisos*, em 1931; a experiência, segundo ele mesmo afirmou, transformou para sempre sua interpretação do marxismo. Em Berlim, Marcuse saudou a publicação com um ensaio, em 1932, no *Die Gesellschaft*, que começava com a retumbante declaração de que eles (os *Manuscrisos*) colocavam 'toda a história do socialismo científico em um novo plano'(...). Em Paris, Lefebvre foi responsável pelas primeiras traduções dos *Manuscrisos* para uma língua estrangeira, sua edição dos textos, preparada em colaboração com Guterman, foi publicada em 1933 (...). [Após a Segunda Guerra], na Itália Della Volpe marcou sua entrada teórica para o materialismo histórico com a primeira tradução para o italiano e a discussão dos novos textos do jovem Marx (...). Na França, foram os novos textos do jovem Marx, uma vez mais, que atraíram Sartre e Merleau-Ponty para o marxismo” e, por fim, após a crescente irradiação do texto no fim da década de 1950, nota-se que mesmo “a teoria positiva enunciada por Althusser, contestando as interpretações anteriores de Marx baseadas nos *Manuscrisos*, permanecia em um plano filosófico específico desconhecido antes de sua descoberta” (Anderson, 1976:76-78).

Deste panorama, destacaremos três linhas de apropriação do *Manuscrito de 1844*, através dos seguintes teóricos: Lukács, Marcuse e Althusser. Sem entrar no mérito ou confrontar aqui as interpretações de Marx, nosso objetivo será apenas constatar que o *Manuscrito de 1844* ocupa posição central na definição interna de cada uma destas linhas, em diferentes sentidos.

No caso de Lukács, constatamos que o *Manuscrito de 1844* representou na década de 1930 um impulso decisivo em sua evolução para a maturidade, o que se comprova com alguns depoimentos e mediante breves delineamentos teóricos do autor. Através do contato deste autor com o recém descoberto *Manuscrito de 1844* vê-se em quem medida o chamado “jovem Marx” inflete para o “velho Lukács”, influenciando desde as bases da estética nas décadas de 1930/40 até sua ontologia, já em fins da década de 1960.

Em relação a Marcuse, procuramos demonstrar a forte vinculação que ele busca estabelecer entre Marx e Hegel em sua análise do *Manuscrito de 1844*. Dentre os demais representantes desta corrente, Horkheimer, que se apropria literalmente do *Manuscrito de 1844*, será referido a título introdutório, ressaltando a relevância do legado hegeliano para a formação desta linha; Adorno e Habermas, em breves referências ao *Manuscrito de 1844*, serão mencionados apenas no sentido de uma contextualização mais ampla da evolução da tendência frankfurtiana, que apresenta um movimento característico de progressivo distanciamento de Marx e concomitantemente aproximação de Weber.

O papel do *Manuscrito de 1844* na definição da posição de Althusser é negativo e polêmico, e suas análises do texto são curtas e relativamente escassas. Assim como no caso de Lukács, podemos ter uma clara idéia da importância do *Manuscrito de 1844* por meio de exposições que Althusser faz da sua própria trajetória, além de alguns delineamentos teóricos seus. Nossa leitura deste estruturalista encontrou novo alento após a publicação recente de alguns “manuscritos” inéditos em vida, que envolvem diretamente a sua interpretação do Jovem Marx, e que vêm acrescentar novos e interessantes elementos para a compreensão do pensamento de Althusser, inclusive conflitantes com aspectos de sua obra publicada.

Além da pertinência em examinar a conexão do *Manuscrito de 1844* com estas diferentes tendências de acordo com as questões mencionadas, razões de fundo também justificam a discussão destas três correntes, pois o debate entre elas define posições estruturantes para a conformação do marxismo do século XX. Lukács distingue nos seguintes termos o confronto de posicionamentos: “A elaboração da ontologia do marxismo me parece ser uma tarefa filosófica básica para nós. O desenvolvimento de um sistema de categorias capaz de dar conta da *realidade do real* (se me permite a expressão) é imprescindível para que os marxistas enfrentem de maneira justa os equívocos difundidos em torno do caráter materialista do marxismo, é imprescindível para que os marxistas aprofundem a crítica das posições existencialistas e das posições neopositivistas. Devemos desenvolver uma ontologia marxista capaz de determinar mais concretamente a unidade do materialismo histórico e do materialismo dialético. À base de uma concepção que seja historicista sem cair no relativismo e que seja sistemática sem ser infiel à História. Enquanto não nos desencumbirmos dessa tarefa, os marxistas estarão deficientemente preparados para enfrentar as tendências *irracionalistas do tipo marcusiano*, por exemplo, ou as posições *racionalistas formais* difundidas pelos neopositivistas e especialmente pelos *estruturalistas*. Aliás, o irracionalismo e o racionalismo formal podem ser rapidamente combinados, conforme as necessidades do combate movido pela ideologia burguesa contra a razão dialética” (Lukács,1969:22).

Em seu vasto *O Poder da Ideologia*, Mészáros se apóia nas mesmas distinções relativamente à história do marxismo, enfatizando especialmente as ligações teóricas dos marxismos com os ideólogos da burguesia. Há diversos autores duramente atacados por Mészáros, o qual, da perspectiva da determinação social do pensamento, traça o perfil de alguns desenvolvimentos teóricos centrais para a compreensão da história das formações ideais no século XX. Este autor busca, ao mesmo tempo, criticar a desqualificação de Marx e reafirmar a

necessidade de superação do capital. Voltando-se para as associações – indevidas – do pensamento de Marx com elementos estranhos, Mészáros identifica basicamente três tendências: o *cientificismo* dominante, a *teoria crítica* e a vertente *fenomenológica*¹⁰ (a qual, juntamente com o existencialismo, não poderá ser examinada nesta dissertação, apesar de manterem, do ponto e vista de sua relação com Marx, importante mediação no *Manuscrito de 1844*).

Esta discussão se inscreve no contexto mais amplo de explicitação dos marcos ideológicos das “ideologias do fim da ideologia”, bem como na refutação dos discursos de justificativa e naturalização da contemporaneidade, posições que, como vimos, emergem da situação do pós-guerra, por um lado, e em razão de ligações teóricas bem mais antigas (como Kant), por outro. Assim, por mais diferentes que sejam *cientificismo* e *teoria crítica*, e ainda que cheguem a enveredar por caminhos aparentemente opostos, podemos encontrar, de acordo com a indicação de Mészáros, uma raiz e uma implicação comuns. Na raiz, o contexto histórico do pós-guerra e, no plano ideal, a filosofia kantiana, o neokantismo e o weberianismo ascendente. Quanto à implicação comum, neopositivismo e neocriticismo acabam por negar, cada um a sua maneira, o caráter transitório e a possibilidade de superação do capitalismo, com o que expressam cabalmente seu antimarxianismo.

Por “positivismo” ou “neopositivismo”, Mészáros designa, de modo geral, a tendência teórica *cientificista* que predominou em boa parte do século passado, seja no quadro de amplas parcelas dos ideólogos da burguesia, seja fortemente no interior do próprio marxismo, neste caso desde a II Internacional, passando pelo stalinismo e ressurgindo via o estrutural-marxismo – conjugando, portanto, marxismo e filosofia burguesa. Quanto ao criticismo, são dedicados longos

10 Cf. *O Poder da Ideologia* (1989); particularmente os capítulos 1, 3 (3.4–3.6) e 4 (4.2). G. Márkus, na mesma linha, alerta para as “(...) tentativas superficiais – freqüentemente tributárias das variações da moda intelectual – de 'completar', num sentido ou no outro, o marxismo, seja com a ajuda de um pouco de positivismo remanejado, seja com a ajuda de um pouco de existencialismo ou de freudismo edulcorados, etc., na maioria desses casos, deixa-se de perceber e de criticar o fato de que alguns elementos fundamentais da teoria social marxista começam a desaparecer, substituídos por teses contrárias ao conjunto da concepção” (Márkus, p.111).

trechos de seu *O Poder da Ideologia* a alguns dos principais expoentes da “Escola de Frankfurt”, principalmente Habermas e Adorno¹¹, passando por Marcuse. Mészáros não deixa de problematizar o próprio status de “escola”, a qual reconhecidamente abarca pensadores os mais heterogêneos e, mesmo individualmente considerados, apresentam diferenças teóricas ao longo suas carreiras intelectuais, como é bem sabido. De acordo com Mészáros, a “escola” enquanto tal só adquire a influência que conhecemos hoje a partir de meados da década de 1960¹², por mais que suas raízes remontem ao fim da década de 1920.

Chasin identifica divisões semelhantes, incluindo o próprio Lukács, dentre diferentes linhas de apropriação de Marx que estamos discutindo. No que se refere à questão gênese do pensamento de Marx e suas relações Hegel, encontramos, por um lado, aqueles que os aproximam demasiadamente, e por outro, os que os afastam completamente. No primeiro caso, há a vertente “neocriticista mais antiga e recente”, lembrando que “um dos filões da desqualificação frankfurtiana de Marx vai por esta trilha”; por outro lado, quem também segue pela aproximação Marx-Hegel é Lukács – “caso totalmente *atípico*, de máxima relevância para o pensamento marxista deste século, e a cujo autor é devida contribuição fundamental para a correta apreensão da natureza do pensamento marxiano, mas que se embaraçou no entendimento do método em Marx, e não apenas nisso, exatamente por se exceder na vinculação de Marx a Hegel”.

No extremo oposto, “a extravagância é então repetida com sinais trocados: à obra de maturidade é atribuída uma *resolução epistêmica*, no entanto, reconhecidamente inexplicita...” (Chasin, 1995:339-340). Todavia, “sobre o 'critério gnosiológico', para usar uma expressão lukacsiana, de abordagem do pensamento de Marx pesa um ônus muito especial, designadamente

11 Menciono de passagem um trecho revelador das inclinações políticas de Adorno, em que se mostra sua colaboração com jornais da CIA em 1958, propagando contra Lukács, que se encontrava em prisão domiciliar e sofrendo risco de morte, cf. MÉSZÁROS, p. 162-164.

12 Cf. MÉSZÁROS, 1970:83. É a mesma avaliação de Jay e Gouldner.

porque a obra marxiana é a negação explícita daquele parâmetro na identificação da cientificidade...” (1995:338). Novamente seguindo pela trilha de Lukács, podemos encontrar uma variação desta crítica: “o que fica perdido quando a obra marxiana é tomada de modo cientificista, seja reduzida a uma disciplina qualquer (economia, história, política), ou à mera reflexão gnosiológica (lógica, epistemologia, teoria do conhecimento), ou ainda à simples ideação da prática política, – é justamente o centro nervoso e estruturador da reflexão marxiana: o complexo de complexos constituído pela problemática da autoconstrução do homem, ou, sumariamente, o devir homem do homem; a questão ontológico prática que funda, transpassa e configura o objetivo último e permanente de toda a sua elaboração teórica e de toda a sua preocupação prática, na ampla variedade em que esta se manifesta” (Chasin, 1989:203).

Sobre a apropriação de Marx pela “Escola de Frankfurt” Chasin não é menos enfático no seu diagnóstico: “O caráter da reflexão frankfurtiana, para se ater ao mínimo, em que pesem os méritos de certos veios críticos de seu trabalho e os traços cativantes de algumas de suas personalidades, não favorece a recuperação do espírito e dos traços peculiares da analítica marxiana, desde logo pela sua arraigada desconfiança em relação aos procedimentos ontológicos e também pelo seu ceticismo prático, especificidades ambas a um tempo causa e efeito recíprocos de sua postura básica, cuja atmosfera, em geral e num plano superior, faz lembrar das ilusões e insuficiências neo-hegelianas de meados do século passado, em particular as engendradas pelo feitio da *crítica absoluta*, marcada pelo *dom* excêntrico de erradicar a *falsidade real* pela autoconsciência racional, e a crença indefectível nas virtudes da política” (Chasin, 1999:13).

2.1 – Lukács

Vimos que Lukács chegou a participar na preparação da edição do *Manuscrito de 1844*. Partindo desta circunstância, nesta seção discutiremos o papel do *Manuscrito de 1844* na história intelectual de Lukács. Sem entrarmos nos detalhes de diferentes fases da sua evolução, sustentamos que o advento do *Manuscrito de 1844* pode ser tomado como um divisor analítico entre o jovem Lukács e o da maturidade, desde o período de 1930 até a base de formulações fundamentais dos últimos anos.

Segundo Netto, Lukács, mesmo “ignorando os chamados 'textos de juvenis' de Marx (...), individualmente reconstrói em *História e Consciência de Classe* as preocupações filosóficas de Marx, mormente as fundamentadas por este nos célebres *Manuscritos Econômicos e Filosóficos de 1844*” (Netto, 1978:65). Neste sentido é que o comentador aponta para uma conexão direta entre a alienação/estranhamento em Marx e o conceito lukacsiano de *reificação*. Independentemente da pertinência da conexão e do interesse da colocação no contexto do debate sobre a evolução da obra de Marx, parece haver um anacronismo na relação indicada por Netto: a nosso ver, trata-se justamente de compreender como a descoberta do *Manuscrito de 1844* por Lukács imprimirá forte reorientação nos rumos da sua trajetória, redundando conseqüentemente na recusa de *História e Consciência de Classe* por Lukács, como é sabido. Registre-se que Mandel já defendera a mesma opinião de Netto; trata-se “a obra de Lukács *História e Consciência de Classe*, redigida antes que o autor pudesse ler os *Manuscritos de 1844* ou os *Grundrisse*, constitui uma reconstituição magistral do pensamento de Marx por respeito aos problemas da alienação e da reificação, apesar de alguns exageros idealistas nas conclusões” (Mandel, 1967).

Em ponderação a estes dois comentários, caberia a pertinente colocação de Rosdolsky: “desde então [1932], apareceram numerosos comentaristas entusiasmados com os *Manuscritos*

econômico-filosóficos. Compartilho desse entusiasmo, mas não posso evitar a impressão de que muito do que parece tão surpreendente nos *Manuscritos* já se podia encontrar em *O Capital*, a partir de uma leitura correta. Isso permaneceu desapercibido para muitos por causa, antes de mais nada, da forma tradicional, 'economicista', de enxergar a obra fundamental de Marx” (Rosdolsky, 1989:478). Presumimos que as análises do jovem Lukács relativas ao estranhamento tenham se beneficiado de uma “leitura correta” de *O Capital*, incluindo a questão do fetichismo da mercadoria, por exemplo, o que explicaria a possibilidade de “reconstituição” reivindicada por Netto e Mandel.

Por outro lado, podemos sugerir que esta interpretação também deve ser considerada como um realce da importância que Hegel desempenhara, desde o início, na análise que Lukács faz de Marx. De fato, “todas as posteriores tendências científicas ou neopositivistas emergentes no marxismo (ou em nome dele), sejam as stalinistas ou as modernamente para-estruturalistas, rompem inteiramente com a herança hegeliana e, conseqüentemente, liquidam com os possíveis méritos de *História e Consciência de Classe*” (Netto, 1978:64). Deve-se acrescentar, neste caso, que liquidam igualmente com toda uma parte da produção marxiana que qualificam de juvenil.

Perguntado sobre *História e Consciência de Classe*, Lukács reconhece que “o livro possui certo valor, porque nele também foram enfrentados problemas ignorados pelo marxismo na época. É geralmente reconhecido que nele, pela primeira vez, é tratado o problema do estranhamento...”, mas completa: “O erro ontológico fundamental de todo livro é que eu, na verdade, reconhecia apenas o ser social como ser e rejeitava a dialética da natureza. O que falta à *História e Consciência de Classe* é a universalidade do marxismo segundo a qual o orgânico provém do inorgânico e a sociedade por intermédio do trabalho, da natureza orgânica... (Lukács,

1971:78). Vê-se aqui como Lukács provavelmente remete Engels, mediante a expressão “dialética da natureza”, mas ressaltamos que esta questão lukacsiana da distinção das grandes formas de ser é fortemente presente no *Manuscrito de 1844* (particularmente no terceiro caderno), e certamente Lukács tem uma ancoragem neste ponto.

Nesta demarcação do papel fundamental do *Manuscrito de 1844* para as bases de uma ontologia do ser social em Lukács, avultam remissões diretas a conteúdos do texto marxiano. Juntamente com a referida tematização das interconexões e peculiaridades das diferentes formas do ser, *inorgânico*, *orgânico* e *social*, é preciso lembrar ainda a determinação do ser em geral, a objetividade enquanto tal, o caráter histórico do ser social e a posição central do trabalho.

Como já tivemos a oportunidade de destacar, na abertura do capítulo sobre Marx na *Ontologia*, há um destaque para o *Manuscrito de 1844* nas seguintes palavras: “pela primeira vez na história da filosofia as categorias econômicas aparecem como as categorias da produção e da reprodução da vida humana. (Lukács, 1972:15)”. Trata-se de uma aquisição de significado decisivo para os desdobramentos teóricos do próprio Lukács, para quem “Marx elaborou principalmente – e esta eu considero a parte mais importante da teoria marxiana – a tese segundo a qual a categoria fundamental do ser social, e isto vale para todo ser, é que ele é histórico. Nos manuscritos parisienses, Marx diz que só há uma única ciência, isto é, a história¹³, e até acrescenta: ‘Um ser não objetivo é um não-ser’. Ou seja, não pode existir uma coisa que não tenha qualidades categoriais. Existir, portanto, significa que algo existe numa objetividade de determinada forma, isto é, a objetividade de forma determinada constitui aquela categoria à qual o ser em questão pertence. Aqui a ontologia se distingue nitidamente da velha filosofia¹⁴. A velha filosofia esboçava um sistema de categorias, no interior do qual apareciam também as categorias históricas. No sistema de categorias do marxismo, cada coisa é, primariamente, algo dotado de

13 Bem marcado por Lukács, visto que muitos comentadores pensariam em *A Ideologia Alemã*.

14 Ver a este respeito Chasin, 2001, pp. III, X-XI e XIV-XXII.

uma qualidade, uma coisalidade e um ser categorial. Um ser não objetivo é um não-ser. E dentro desse algo, a história da transformação das categorias. As categorias são, portanto, partes integrantes da efetividade” (Lukács, 1971:145).

Encontramos outra remissão à citação do *Manuscrito de 1844* que apareceu acima, neste mesmo livro de Lukács: “Marx, em seus manuscritos parisienses, diz: 'Um ser não objetivo é um não-ser'. Isto é, um ser que não possua objetividade não pode existir. O ser é idêntico à objetividade. A lógica hegeliana, ao contrário, parte de um ser sem objetividade...” (Lukács, 1971:104). Esta teorização marxiana ressurgiu ainda no capítulo sobre Hegel na *Ontologia*, assim como no capítulo dedicado a Hegel de *Introdução a Uma Estética Marxista*.

Observamos que esta absorção do *Manuscrito de 1844* é coerente com a postura de Lukács face ao marxismo oficial, pois esta linha desde sempre repudiou o texto, cuja adoção era vista também como uma posição contrária ao stalinismo: “(...) foi naquela época que comecei meu trabalho filosófico e que me encontrava em total oposição à linha sustentada por Stalin. Naquela época, escrevi meu livro sobre Hegel, na segunda metade dos anos 30...” (Lukács, 1971:103). Nas palavras de Anderson: “...a reavaliação da importância de Hegel para o marxismo por *História e Consciência de Classe* teria muitos seguidores. O próprio Lúkacs procurou mais tarde redescobrir categorias fundamentais do pensamento de Marx no de Hegel, em vez de introduzir categorias hegelianas no marxismo. Seu estudo *O Jovem Hegel*, de 1938, foi um projeto muito mais erudito, que visava estabelecer uma continuidade direta entre Hegel e Marx e tinha por base a leitura, por Lukács, em Moscou, dos *Manuscritos de 1844*, e o papel de conceitos econômicos como o de trabalho nos primeiros escritos de Hegel” (Anderson, 1976:89)¹⁵.

15 Sobre este procedimento de redescobrir categorias fundamentais do pensamento de Marx no de Hegel, veja-se também de Lukács o capítulo sobre Hegel na *Ontologia do ser Social*: “A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel”, cf bibliografia final.

Para reforçar nossa argumentação a respeito da relevância do *Manuscrito de 1844* na evolução intelectual de Lukács, vejamos algumas declarações do autor. Já no fim da vida, em sua auto-biografia em diálogo – *Pensamento Vivido*, ele é questionado: “[Erösi] Podemos, agora, passar ao período berlinense. Quando o senhor chegou a Berlim? [Lukács] No verão de 1931. (...) [Erösi] Foi nessa época, portanto até 1933, até o fim do seu período na emigração alemã, que, em suma, se formou a visão marxista, que até hoje o senhor defende? [Lukács] Veja, os inícios desta concepção são dessa época”. (Lukács, 1971:91-92). Já vimos que Lukács trabalhara, justamente nesta época, no estabelecimento do texto do *Manuscrito de 1844*, a respeito do que afirma: “Quando estive em Moscou, em 1930, Ryazanov me mostrou os manuscritos escritos por Marx em Paris em 1844. Você pode imaginar meu excitamento: a leitura destes manuscritos mudou toda minha relação com o marxismo e transformou minha perspectiva filosófica...” (Lukács, 1969:49). A ênfase na mudança de *toda* relação com marxismo e a transformação da perspectiva filosófica a partir do conhecimento do *Manuscrito de 1844* é muito acentuada e não pode ser diminuída.

Em 1933, portanto pouquíssimo tempo depois daquela descoberta, Lukács escreve o artigo “Meu Caminho Para Marx” (no qual já reprova *História e Consciência de Classe*). Destacamos seu “Postscriptum de 1957”, no qual o autor lembra: “... o debate filosófico de 29 a 30 deu-me a esperança de que a elucidação das relações Hegel-Marx, Feuerbach-Marx, Marx-Lênin e o afrouxamento de uma assim chamada ortodoxia plekhanovista, abririam novos horizontes à pesquisa filosófica. Além disso, a dissolução da R.A.P.P (1932), associação à qual sempre me opus, abriu para mim e para muitos uma grande perspectiva: a de uma retomada, sem obstáculos burocráticos, da literatura socialista, da metodologia e da crítica literária marxista...”¹⁶, e

16 Assim Lukács comenta sua colaboração com Lifchitz, na década de 1930, para quem o *Manuscrito de 1844* é evidentemente um texto central: “Plekhanov e Mehring achavam que era necessário completar Marx quando eram debatidas questões diversas das questões econômico-sociais (...). Mehring insere a estética kantiana na teoria de Marx e Plekhanov, uma estética em substância positivista. Interpretei a luta de Stalin contra a ortodoxia

arremata: “Se acrescentar que nós mesmos, naqueles anos, conhecemos as obras fundamentais do jovem Marx, sobretudo os *Manuscritos Econômico Filosóficos*, como também os *Cadernos Filosóficos* de Lênin, terei apontado aqueles fatos que trouxeram grandes esperanças no início da década de trinta” (Lukács, 1957:96)¹⁷.

plekhanoviana no sentido de que ela continha a concepção de que o marxismo não é uma teoria econômico-social, junto a qual há lugar também para outras coisas, mas uma visão universal do mundo. Logo, deveria haver uma estética marxiana própria, que o marxismo não tomava nem de Kant nem de nenhum outro. Essas idéias foram elaboradas por Lifchitz e por mim. Naquele tempo eu trabalhava com ele no Instituto Marx-Engels. Com a elaboração dessas idéias teve início todo o nosso desenvolvimento subsequente. A constatação não é comum hoje na história da filosofia, no entanto, o fato é que nós fomos os primeiros a falar de uma estética marxiana específica, e não desta ou daquela estética que completasse o sistema de Marx” (Lukács, 1971:87-88).

17 “Depois do impacto moscovita com os textos do jovem Marx (*Manuscritos econômico filosóficos* de 1844) e de Lenin (*Cadernos Filosóficos*), isto é, após o preparo para a virada no sentido ontológico da sua concepção do marxismo, tudo em Lukács se torna mais claro e toma um novo sentido. As novidades aparecem desde os grandes ensaios críticos dos anos 30 sobre a história da literatura e da estética onde, não por acaso, ele chega ao acerto definitivo com as tradições da social-democracia alemã, de Lassalle a Mehring, e com o marxismo da Segunda Internacional” OLDRINI, Guido, “Gramsci e Lukács adversários do marxismo da Segunda Internacional”, in *Crítica Marxista* nº 8, São Paulo, 1999.

2.2 – “Teoria Crítica”

Ao traçar um histórico da teoria crítica, Honneth afirma que “a epistemologia materialista do jovem Marx foi a chave para a crítica do positivismo pelo instituto...” (Honneth, 1987:508). Infelizmente, este comentário dá por suposta a “epistemologia de juventude”, sem indicar o que é ou em quais textos marxianos se encontraria. Mas podemos afirmar que o *Manuscrito de 1844* teve papel peculiar na formação desta linha.

Assim como Lukács, Horkheimer e Marcuse provavelmente tiveram acesso ao texto em primeiríssima mão, visto que, “durante os anos vinte, o Instituto de Pesquisa Social (...) tinha comunistas e social-democratas em seus quadros e mantinha contato regular com o Instituto Marx-Engels de Moscou, enviando material de arquivo a Ryazanov para a primeira edição científica das obras de Marx e Engels. O volume inaugural do *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA) foi, na verdade, publicado em Frankfurt, em 1927, num empreendimento conjunto dos dois institutos” (Anderson, 1976:37)¹⁸. É justamente a partir de 1932 (quando sai o segundo volume da primeira edição da MEGA, que contém o *Manuscrito de 1844* e cuja preparação já vinha de algum tempo) que se inicia o segundo período do Instituto, desde de 1931 sob a direção do jovem Horkheimer, que já participara durante a década de vinte.

Dentre os principais textos escritos desta primeira fase de Horkheimer está “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”, de 1937. Nele é sentida a influência pontual e difusa do *Manuscrito de 1844*, e apesar da referência omitida pelo autor; tem passagens praticamente parafraseadas, porém mescladas com elementos heterogêneos próprios de Horkheimer, como a influência de Kant e a recusa da emancipação pelo trabalho. Mas primeiro remeteremos brevemente três textos um pouco anteriores do autor, no sentido de caracterizar alguns aspectos fundamentais recorrentes da linha que ele representa.

¹⁸ A este respeito, veja-se também JAY, 40.

O artigo “A Presente Situação da Filosofia Social e as Tarefas de um Instituto de Pesquisa Social” (1931), é a conferência da posse de Horkheimer no instituto e apresenta certo caráter programático. O autor insiste na relevância da concepção hegeliana, que deve ser adotada pois permite compreender os processos sociais enquanto totalidade de articulações supra-individuais e históricas. Horkheimer também discute o tema da relação entre as ciências sociais positivas e a filosofia, que, assim como a relação com Hegel, igualmente é um tema caro para esta escola. Ainda que neste momento Horkheimer já pudesse ter tido acesso ao texto do *Manuscrito de 1844*, e no qual tanto a problemática hegeliana quanto a da ciência são fundamentais, não podemos auferir a influência direta deste texto de Marx.

Completando esta caracterização inicial da teoria crítica, mais dois artigos de Horkheimer, ambos de 1932, devem ser mencionados. Em “Observações sobre Ciência e Crise” o tema é o das ciências enquanto força produtiva e, conseqüentemente, das relações entre teoria e prática e as condições sociais e históricas do conhecimento. São preocupações eminentemente marxianas, as quais, evidentemente, não se restringem ao *Manuscrito de 1844*, mas que aí aparecem de modo explícito. Mais uma vez, porém, Horkheimer não se preocupa em indicar a vinculação original destas temáticas com o pensamento de Marx. No artigo “História e Psicologia”, Horkheimer retoma o significado do conceito hegeliano de história, e avalia que “Marx e Engels assumiram a dialética num sentido materialista. Mantiveram a convicção hegeliana da existência de estruturas e tendências supra-individuais e dinâmicas na evolução histórica...” (Horkheimer, 1932:17). Ou seja, fica novamente clara a importância de Hegel, frente ao qual Marx aparece como continuador, uma mediação.

Dos textos de Horkheimer da década de 1930, é “Teoria Tradicional e Teoria Crítica” (1937), o artigo de maior vulto, um texto singularmente importante para toda primeira fase da escola de Frankfurt. Convém finalmente estampar algumas linhas que comprovam a influência

do *Manuscrito de 1844* em ancoragens fundamentais para a posição horkheimeriana. Vejamos a seguinte afirmação (comparar com *Manuscrito de 1844*, p. 109): “os fatos que os sentidos nos fornecem são pré-formados de modo duplo: pelo caráter histórico do objeto percebido e pelo caráter histórico do órgão perceptivo. Nem um nem outro são meramente naturais, mas enformados pela atividade humana” (Horkheimer, 1937:125).

Esta verdadeira revolução teórica na maneira de tratar a chamada relação sujeito-objeto, ou melhor, a descoberta do caráter autoconstitutivo, a determinação da historicidade da natureza orgânica e inorgânica do homem, enfim, o *trabalho*, tudo isto entra de contrabando em Horkheimer (a omissão de referência tão clara e direta deve ter seu sentido positivo perscrutado), e conflita, no seu conteúdo marxiano, com outras posições do texto, algumas de viés decididamente neohegeliano.

Em outra formulação da maior relevância para a especificidade da linha frankfurtiana, vê-se Horkheimer enunciar que tanto os conhecimentos científicos como sua aplicação “são determinações que não têm origem em elementos puramente lógicos ou metodológicos, mas só podem ser compreendidos em conexão com os processos sociais reais” (Horkheimer, 1937:121), e ainda: “a relação entre hipóteses e fatos não se realiza na cabeça do cientista, mas na indústria” (Horkheimer, 1937:122; comparar com *Manuscrito de 1844*, p. 111). Haveria outros pontos a ressaltar em relação à passagens muito próximas de determinados trechos do *Manuscrito de 1844*, assim como a utilização constante noção de *práxis*, mas as citações acima bastam para comprovar como Horkheimer se apropriou diretamente de questões tão decisivas, e sem qualquer indicação de fontes.

* * *

Por mais que comprovemos a dívida de Horkheimer para com o *Manuscrito de 1844*, e, portanto, e a influência deste – ao lado de outros textos marxianos, evidentemente – sobre programa inicial do neocriticismo, é Marcuse o pioneiro na discussão explícita e valorização do texto marxiano. Ao contrário de Horkheimer, que abandonará completamente os elementos marxianos que ainda transpareciam em sua juventude, “Marcuse de fato foi o único filósofo da Escola de Frankfurt que, mesmo sem ter militância política em sentido estrito, sempre permaneceu um teórico da revolução. Desde o início sua obra gira em torno de um problema: a necessidade da transformação radical da sociedade capitalista (...). Se perguntássemos a Marcuse qual o texto que fez sua cabeça ele responderia sem titubear: os *Manuscritos Econômico-Filosóficos* do jovem Marx, que, publicados em 1932, receberam de sua parte um comentário detalhado, e cujas idéias o acompanharam durante a vida inteira.” (Loureiro, 2005:9). Esse entusiasmo de Marcuse pelo texto de Marx realmente se mantém ao longo de sua trajetória, como se pode notar posteriormente em *Razão e Revolução*.

O artigo “Novas Bases para Fundamentação do Materialismo Histórico”, de Marcuse, apareceu em 1932, na revista *Die Gesellschaft*, de Hilfreding¹⁹, constituindo, portanto, o primeiro comentário sobre o *Manuscrito de 1844*. O texto merece bastante atenção inclusive porque, além da originalidade quanto à data, manter-se-á por muito tempo como uma das poucas análises específicas e sistemáticas que procura dar conta do *Manuscrito de 1844* como um todo. Não faz parte do nosso escopo, no momento, avaliar em geral a pertinência das análises de Marcuse, mas sobretudo conectá-lo à linha frankfurtiana em discussão.

A abertura do artigo de Marcuse é enfática, e não menos certa no seu prognóstico: “a divulgação dos *Manuscritos Econômico-Filosóficos* de 1844 de Marx deve representar um acontecimento decisivo na história da pesquisa sobre Marx”; e prossegue, agora numa

19 Cf. JAY, p. 134.

formulação particular mais facilmente contestável, pois já carrega conteúdo político explícito no quadro do marxismo e do socialismo: “esses *Manuscritos* poderiam colocar em uma base inteiramente diversa a discussão sobre a origem e o sentido original do materialismo histórico e, a rigor, de toda teoria do ‘socialismo científico’”. Finalizando esta apresentação, Marcuse explicita ainda a fecundidade do *Manuscrito de 1844* na justa medida em que ele possibilitaria “uma colocação mais frutífera e de melhores perspectivas da questão da relação real entre Marx e Hegel” (Marcuse, 1932:9), o que novamente assume forte significado político frente ao marxismo da época.

Portanto, seguindo a trilha frankfurtiana já indicada em Horkheimer, destaca-se novamente a relevância da relação Marx-Hegel para a apreciação do legado do primeiro. De fato, o *Manuscrito de 1844* será um escrito privilegiado para a discussão daquela relação, e podemos supor que seu tratamento mais detalhado em Marcuse se explique em parte por esta proeminência que a discussão com Hegel assume no *Manuscrito de 1844*, o que reporta igualmente, por outro lado, ao interesse específico pela obra de Hegel em si mesma que é próprio desta tendência. O comentário de Marcuse tem o objetivo primordial de ressaltar a proximidade entre Marx e Hegel em conexão com a problemática da emancipação humana – ou, a defesa de uma adequada “teoria da revolução”, nas suas palavras.

Marcuse quer mostrar como “as categorias brotam aqui [no *Manuscrito de 1844*] da expressa discussão com a filosofia hegeliana” (Marcuse, 1932:106), e mais precisamente, que “os manuscritos econômico-filosóficos fornecem a isto a prova imediata, que a teoria de Marx está enraizada no ponto central da problemática filosófica de Hegel” (Marcuse, 1932:20); e ainda: “Marx expressou a interna união da teoria revolucionária com a filosofia de Hegel, em toda nitidez” (Marcuse, 1932:151).

Nas palavras de Marcuse, a preocupação de Marx no *Manuscrito de 1844* é eminentemente filosófica, e na medida em que o problema de Marx se refere à totalidade do ser humano é, sobretudo, uma consideração filosófica da categoria *trabalho*, “pois a demonstração e elaboração dos conceitos apreendedores do ser e do ente humano representam tarefa da filosofia e não de qualquer ciência isolada” (Marcuse, 1932:115).

Os conceitos básicos do *Manuscrito de 1844* seriam trabalho alienado e propriedade privada (cf. Marcuse, 1932:111), conceitos que reportam tanto a Hegel quanto a Feuerbach, sendo que esta última identificação não constitui motivo de reprovação pelo comentador. A problemática da relação de Marx com Feuerbach no *Manuscrito de 1844*, que se tornará um tema clássico, é destacada por Marcuse, para quem o vínculo se dá mediante a categoria da sensibilidade, a qual, entretanto, remontaria também a Kant (cf. Marcuse, 1932:122). O que interessa destacar é a idéia de um caráter contraditório da apropriação marxiana de Feuerbach; a influência feuerbachiana não seria tão simples, direta e unívoca como muitos vão dizer, pois para Marcuse esta influência desde o início mistura-se com a de Hegel, e ademais, neste último caso já se trata de “uma apropriação das decisivas capacidades estimuladoras de Hegel numa base modificada, nas fontes da teoria revolucionária” (Marcuse, 1932:125).

Ao apontar para a questão da “essência humana”, é interessante ver como Marcuse já se sente obrigado a perguntar a respeito da questão – ainda recente, mas que se tornará clássica – da relação entre o *Manuscrito de 1844* e as obras posteriores, defendendo a idéia de continuidade (cf. Marcuse, 1932:131) na nascente polêmica sobre a “juventude” e “maturidade” de Marx. Dez anos após o surgimento do *Manuscrito de 1844*, a avaliação geral de Marcuse não se altera, assim como continua predominando nele uma discussão nos marcos da apropriação de Hegel.

Em seu livro *Razão e Revolução – Hegel e o advento da teoria social*, de 1941, o autor reserva um trecho longo especialmente voltado para a análise do *Manuscrito de 1844*, a qual ele

inicia notadamente a partir do final do primeiro caderno e avança por importantes passagens do terceiro. Nas palavras de Marcuse, “os escritos mais antigos de Marx constituem a primeira constatação explícita do processo de reificação (*Verdinglichung*) (...), Marx expõe este processo em *O Capital* como o ‘Fetichismo da Mercadoria’ (Marcuse, 1941:257). Isto por um lado denota a continuidade ou evolução dos conceitos em Marx, bem como determina a filiação hegelianizante, visto que o emprego da categoria de alienação “liga a análise econômica de Marx a uma categoria básica da filosofia hegeliana” (Marcuse, 1941:252). Assim como no seu texto de 1932, a preocupação de Marcuse também continua voltada para a questão da emancipação, cumprindo ressaltar que, dada a notável atenção e volume de análise sistemática dispensada por Marcuse ao *Manuscrito de 1844*, os textos do autor devem ser analisados em detalhe e profundidade, no sentido de cotejá-los com o texto marxiano²⁰.

Ao prosseguirmos na evolução desta linha, com Adorno e Habermas, notamos que as referências e a influência do *Manuscrito de 1844* tornam-se escassas. Ao mesmo tempo, assiste-se ao progressivo e deliberado afastamento do pensamento de Marx como um todo. No primeiro caso, “o problema de Adorno não é propriamente o dos *Manuscritos*, mas em geral o da ‘tradução’ de Hegel...” (Fausto, 1983:25). Este comentário remete a uma breve passagem de *Trois Études sur Hegel*, na qual Adorno discute a “tradução” do conceito hegeliano de espírito em trabalho social, trecho que na verdade se limita a citar um excerto do *Manuscrito de 1844*, pelo qual o autor faz um elogio aberto a Hegel. Trata-se do significado da dialética da negatividade para o movimento histórico e do papel do trabalho do espírito. Já vimos como esta análise de Marx sobre Hegel não implica simplesmente a “tradução” do seu conceito, visto que as críticas

20 Além dos dois textos citados, considere-se, pelo menos, ainda os seguintes: “Über die philosophischen Grundlagen des Wirtschaftswissenschaftlichen Arbeitsbegriff”, *Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik* LXIX, 3, junho de 1933 (cf JAY, p. 135) e *Marx: alienated labor*, Londres, Routledge and Kegan.

de Marx a Hegel, em meio aos elogios, o elevam a uma posição qualitativamente distinta. Como lembra Marx: Hegel se coloca do mesmo ponto de vista da economia política.

Em Habermas há um aprofundamento da inflexão weberiana, ao mesmo tempo em que procura fragilizar o núcleo da teoria marxiana. Habermas defende uma distinção entre trabalho (entendido como razão instrumental, técnica) e linguagem, enquanto duas esferas essenciais do gênero humano. Mediante esta distinção, o trabalho perde seu caráter central e revolucionário, deslocando o projeto de “emancipação” para o simbólico, e em decidida direção a uma reabilitação da racionalidade política radicalmente contrária ao pensamento de Marx.

Em “Ciência e Técnica como Ideologia”, encontramos a seguinte menção ao *Manuscrito de 1844*: “...Marcuse sente-se tentado a enlaçar esta idéia de uma nova ciência como promessa, familiar na mística judaica e protestante, de uma 'ressurreição da natureza caída': um *topos* que, como se sabe, entrou na filosofia de Schelling (e de Baader) através do pietismo suábico e reaparece nos *Manuscritos de Paris* em Marx”²¹. Esta avaliação, ou melhor, esta simples desqualificação do *Manuscrito de 1844*, mostra-se deveras descuidada tão logo analisamos as passagens do texto de Marx relativas à emancipação humana²².

21 HABERMAS, J. “Técnica e Ciência Como Ideologia”. Edições 70, Lisboa, p. 50.

22 Nesta linha de interpretação, relacionamos mais dois exemplos: “R. Tucker (*Karl Marx. Die Entwicklung seines Denkens von der Philosophie zum Mythos*, 1963) interpreta a concepção marxiana da história como um sistema de pensamento ético-religioso de acordo com o esquema da perda e da reconquista. (...) Karl Löwith (*Weltgeschichte und Heilsgeschehen. Die theologischen Voraussetzungen der Geschichtsphilosophie*, 1963) interpreta essa concepção de acordo com o modelo judeu-cristão de uma ação salvífica providencial na direção de um final pleno de sentido”. Cf. OLIVEIRA, Manfredo de A., “Os *Manuscritos de Paris* e a articulação do horizonte de emancipação”, 1996, p. 68.

2.3 – Althusser

Convém situar brevemente este autor no contexto do estruturalismo, tendência que alcançou grande prestígio e influência no campo das ciências humanas ao longo das décadas de 1960 e 1970 (e teve reflexo particularmente intenso na América Latina).

O estruturalismo possui certas características gerais que podem identificar seus representantes, dentre elas está a premissa fundadora do sujeito ausente, estabelecido pela lingüística de Saussure: “O sujeito, a consciência, vão apagar-se em proveito da regra, do código e da estrutura” (Dosse, 1993:24). Althusser realiza a crítica epistemológica à positividade da ciência e às certezas de cientificidade das ciências humanas. E a mesma crítica é realizada contra os métodos de classificação das ciências humanas, por Foucault, e por Lacan contra a psicologia. Define-se assim, de acordo com Dosse, três correntes principais dentro desta linha teórica: estruturalismo *científico* – Lévi-Strauss, Greimas, Lacan (antropologia, semiótica, psicanálise), caracterizado busca da “Lei”; estruturalismo *semiológico* – Barthes, Todorov, Serres, mais flexível e cambiante; e o estruturalismo historicizado ou *epistêmico* – Bourdieu, Foucault, Derrida, Vernant – onde situa-se o marxismo com Althusser.

Althusser pretendia reabilitar o marxismo no círculo acadêmico e científico num momento em que a obra de Marx andava em descrédito por causa de sua associação com o stalinismo e marxismo vulgar²³. Para tanto, em meio à vaga estruturalista, Althusser buscou instalar o

23 “(...) Resulta que o quadro efetivo se reduz, na primeira metade do século, enquanto teoria largamente praticada, ao *marxismo vulgar*. Aparato de fórmulas, nascido da adversidade soviética para a transição socialista, é amálgama do *voluntarismo político*, entoadado pela impotência revolucionária em face das transformações sociais não realizadas, e da exacerbação racionalista do *cientificismo* da II Internacional, que assegura a mecanicidade dos modos de produção. O primeiro sustenta e reitera a fidelidade ao objetivo não cumprido, o segundo a validade da rota arbitrária, assumida como sucedâneo. Em suma, mera idealidade política, para cobertura e reforço do exercício político real, substitutivo da revolução social impossível. Em meados do século, diante da contrafação reducionista do pensamento de Marx a discurso político de justificação, e movida também por vetores teóricos extra-marxistas, que moldaram sua fisionomia, teve início a movimentação epistemologista em torno da obra marxiana, cujo esgotamento é recente, mas em cujo prolongamento atmosférico, em certa medida, ainda se vive” (Chasin, “A Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda”, I – A Crise Nos Dois Subistemas do Capital, in *A Miséria Brasileira*, São Paulo, Ad Hominem, 2000. Publicado originalmente na *Revista Ensaio* nº 17 / 18, São Paulo, Ensaio, 1989).

marxismo no “cerne da ciência”, para libertá-lo de “resíduos ideológicos”, adotando uma perspectiva de leitura de caráter estritamente gnosiso-epistêmico. Neste contexto, as questões relativas ao “homem”, encontradas no “jovem Marx”, são interpretadas como evidências de resquícios ideológicos e mesmo idealistas de Marx, e a posição deste em defesa do comunismo, já à época de juventude, representaria senão a “realização das aspirações ‘mais nobres’ do humanismo burguês” (Althusser, 1967:195).

Como é bastante difundido, Althusser defende que uma *cesura* epistemológica divide o pensamento de Marx em dois grandes períodos essenciais, o ideológico, anterior à 1845, e o posterior período científico, divisão que determina a oposição entre as obras juvenil e madura de Marx: filosofia *x* economia; ética *x* ciência; homem *x* história. A estrutura destas oposições baseia-se na idéia de *cientificidade* reivindicada por Althusser. Neste quadro, o *Manuscrito de 1844* comparece como a mais representativa das obras juvenis, filosóficas e humanistas.

Segundo a periodização de Althusser, a fase inicial de Marx divide-se ainda em dois momentos, situando-se o *Manuscrito de 1844* na segunda etapa (1842-1845), a qual “é dominada por uma nova forma de humanismo: o humanismo ‘comunitário de Feuerbach’” (Althusser, p. 198). Em resumo, a essência de boa parte da apreciação de Althusser sobre o *Manuscrito de 1844* é apenas uma variação sobre este tema exclusivo: o caráter fundamentalmente feuerbachiano do “jovem Marx”. Althusser adverte que não se trata apenas de adesões ou menções explícitas de Marx, mas de algo bem mais profundo, ora, “porque Marx deveria citar Feuerbach quando cada qual o conhecia, e, sobretudo, quando ele se tinha apropriado de seu pensamento e *pensava nos pensamentos de Feuerbach como se fossem seus?*” (Althusser, 1965:54, grifo nosso).

Neste ponto, devemos lembrar que a publicação de textos póstumos de Althusser altera um pouco esta interpretação, como teremos oportunidade de desenvolver abaixo – são “manuscritos” redigidos no mesmo período de importantes artigos publicados em revistas e posteriormente reunidos no *Pour Marx*. Estes escritos inéditos em vida do autor vêm alterar um pouco a noção do *corte*, ao menos do ponto de vista “temporal”, questionando a possibilidade real de um corte “instantâneo” demais; além disto, trazem outras novidades para aqueles que conheciam apenas os textos do *Pour Marx*, principalmente uma reavaliação da influência de Hegel sobre o “Marx maduro” e uma explicação mais cuidadosa para o fato de Marx ter se tornado comunista antes do “corte”.

Althusser faz uma análise retrospectiva de sua própria trajetória e produção de maneira a ressaltar conexões com o significado da divisão que ele encontra na obra de Marx. Vejamos como em toda esta consideração sobre si mesmo Althusser significativamente destaca o *Manuscrito de 1844*, bem como questões que dele adviriam. Segundo o autor, o contexto de sua obra foi determinado pelo clima posterior ao XX Congresso e a ruptura URSS-China, eventos que, aliás, foram significativos para diferentes apropriações do *Manuscrito de 1844*. Vale a pena transcrever uma passagem mais longa a este respeito: “a crítica do ‘dogmatismo’ stalinista foi ‘vívida’, sobretudo pelos intelectuais comunistas, como uma ‘libertação’; essa ‘libertação’ deu origem a uma reação ideológica de tendência ‘liberal’, a qual reencontrou espontaneamente os velhos temas filosóficos da ‘liberdade’, de ‘o homem’, da ‘pessoa humana’ e da ‘alienação’. Essa tendência ideológica procurou seus títulos na *obra da juventude* de Marx, que contém, de fato, todos os argumentos de uma filosofia do homem, de sua alienação e sua libertação. Essas condições provocaram uma surpreendente reviravolta da situação, na filosofia marxista. As obras da juventude de Marx, que, desde os anos 30, serviram de cavalo de batalha aos intelectuais da pequena burguesia, em sua luta contra o marxismo, foram súbita e maciçamente colocadas ao

serviço da nova ‘interpretação’ do marxismo, que atualmente é desenvolvida, de maneira clara, por numerosos intelectuais comunistas, ‘libertados’ do dogmatismo stalinista pelo XX Congresso. O tema do ‘humanismo marxista’, a interpretação ‘humanista’ da obra de Marx, impuseram-se, progressiva e irresistivelmente, na mais recente filosofia marxista, no próprio seio dos partidos comunistas soviético e ocidentais” (Althusser, 1967:6)²⁴.

A produção de Althusser visa um violento ataque àquelas tendências, e é interessante notar como ele insiste em que, após o XXII Congresso, estas tendências relacionadas à absorção do jovem Marx foram “fortemente apoiadas pelos PC’s”, em associação com os socialistas, democratas e católicos. Desenha-se, portanto, um movimento contrário por parte da linha oficial ao que ocorreu desde a ocasião da aparição do *Manuscrito de 1844*, enquanto que Althusser retorna a Marx pelo caminho contrário, em certa medida acabando por reafirmar a posição original do dogmatismo vulgar face ao *Manuscrito de 1844*.

“Hoje”, texto de 1965 que prefacia a primeira edição da coletânea *Pour Marx*, registra que estes artigos nasceram em uma dada conjuntura, são “documentos de uma certa *história* (...). São, à sua maneira, testemunhas de uma experiência única, que todos os filósofos de minha idade que tentaram pensar em Marx tiveram de viver: a *pesquisa* do pensamento *filosófico* de Marx, indispensável para sair-se do impasse a que a história nos tinha jogado” (Althusser, 1965:11). Não devemos nos iludir a respeito do termo “filosófico” – não se trata de assumir o jovem Marx. Aqui, inclusive, em relação à tarefa de pesquisa do pensamento *filosófico*, Althusser repreende a postura de que sua geração, que, segundo ele, chegava a desconhecer a letra dos textos da maturidade de Marx, ao passo que tinham o maior apreço pelos textos de juventude; igualmente, ele censura os “irmãos mais velhos” pela mesma ignorância dos textos de maturidade (cf. p.12).

24 Sobre este último ponto, o autor refere-se particularmente à coletânea de artigos de autores soviéticos, publicada em *Recherches Internationales*, nº 19, 1960, que é a inspiração polêmica do artigo de Althusser “Sobre o Jovem Marx”.

Como se vê em “Aos Leitores Brasileiros”, prefácio de 1967 especialmente redigido para a edição brasileira do *Pour Marx*, Althusser explica que haveria em sua obra tanto um significado “filosófico” quanto “político”. Que a *filosofia* seja para Althusser, filósofo de formação, uma problemática central, não implica, de nenhum modo, num termo unívoco: ora ela é a justificativa e o mérito do seu esforço, ora é este mesmo esforço que se arroga tê-la proscrito – em poucas palavras, o primeiro caso corresponderia ao desenvolvimento do materialismo dialético, e o segundo à filosofia burguesa.

Seguindo a tradição, Althusser entende que “a fundação da ciência da história por Marx ‘provocou’ o nascimento de uma nova filosofia teórica e praticamente revolucionária: a filosofia marxista ou o materialismo dialético” (Althusser, 1967:8). Mas o marxismo tinha de enfrentar o fato de que a “filosofia marxista” se encontrava então atrasada em relação à “ciência marxista”. Além de razões histórico-políticas, haveria uma peculiaridade intrínseca na determinação deste atraso: a elaboração de toda filosofia procede sempre *a posteriori* e com grandes dificuldades a partir da instauração científica. Assim, explica-se: “se, nos textos que se seguem, acentua-se a filosofia marxista, é para que se possa avaliar, simultaneamente, sua realidade e seu direito à existência, mas também seu atraso; e para começar a dar-lhe uma forma de existência *teórica* um pouco mais adequada a sua natureza” (Althusser, 1967:8-9).

Cumprir mencionar ainda a avaliação de Althusser sobre a relação Marx-Hegel, relação que, como já vimos, desempenha forte delimitação na interpretação geral da teoria marxiana, bem como tem no *Manuscrito de 1844* um ponto de importantes discussões e polêmicas. Segundo Althusser, os textos do *Pour Marx* atuam em duas frentes: “‘uma linha de demarcação’ entre a teoria marxista, de uma parte, e as tendências ideológicas estranhas ao marxismo, de outra parte” (Althusser, 1967:7). Nisto se inscreve a “distinção radical entre a dialética idealista e a dialética materialista (...) [distinção que, por sua vez,] situa-se essencialmente no terreno da

confrontação entre Marx e Hegel” (*Id.*). Além desta demarcação, uma segunda seria entre “os verdadeiros fundamentos teóricos da ciência marxista da História e da Filosofia marxista, de uma parte, e das noções idealistas pré-marxistas, sobre as quais repousam as interpretações atuais do marxismo (...) [demarcação que] situa-se, essencialmente, no terreno da confrontação entre as obras de juventude de Marx e *O Capital*” (*Id.*). Portanto, estabelece-se duas oposições fundamentais que mantêm relação entre si: Marx x Hegel e Marx (o jovem) x Marx.

* * *

A publicação de um “manuscrito” althusseriano redigido em 1967 veio de certo modo fazer justiça à posição deste autor. Estes escritos encontravam-se em estágio de elaboração avançada, inclusive em parte já datilografados para uma eventual edição, e não apresentam dificuldades formais ou impedimentos na leitura, porém não foram publicados²⁵. Vejamos o que o próprio Althusser reconhece a respeito de sua postura na polêmica que envolveu diretamente o *Manuscrito de 1844*, e cujos textos vínhamos referindo: “resolvi, com autoridade, em duas linhas, a questão da evolução intelectual de Marx; em dez, a história da filosofia, da política e da moral nos séculos XVII-XVIII. Eu fui ao essencial, com conceitos e argumentos bastante grosseiros (oposição brutal ciência/ideologia) para que, no caso de não serem verdadeiramente convincentes, ao menos fossem tocantes” (Althusser, 1967:10).

Ao detalhar um pouco mais seus argumentos, Althusser reconhece que “uma coisa é a declaração de ruptura (...), outra coisa é a sua consumação. A ‘ruptura’ será consumada passo a passo durante os longos anos que separam *A Ideologia Alemã* de *O Capital*” (Althusser, 1965b:33). Em primeiro lugar, Althusser continua sustentando que Marx declarou uma ruptura (identificada por ele em *A ideologia Alemã*) e por mais que haja um processo de remoção dos “obstáculos epistemológicos”, este teria sido desencadeado a partir da “declaração” mesmo – o

²⁵ Publicado pela primeira vez em *Écrits philosophiques et politiques I e II*, Paris, edições Stock/Imec, 1995.

que mantém a divisão da obra de Marx defendida nos textos publicados. Porém, é curioso ver Althusser referindo-se à *Ideologia Alemã* como obra de “antropologismo” e “historicismo”, “onde, contudo, alguns conceitos novos se fazem presentes”, e não deixa de qualificá-la como “o texto mais pernicioso, por ser o mais difícil de citar e manejar de pleno direito” (Althusser, 1967:42-43).

Além desta novidade a respeito da “ruptura”, encontra-se nestes textos de Althusser uma explícita valorização da conexão entre o “Marx maduro” e Hegel. Em suma: “... na medida em que podemos fazer a abstração da teleologia na concepção hegeliana da história e da dialética, resta que devemos a Hegel alguma coisa que Feuerbach (...) foi absolutamente incapaz de entender: a concepção da história como *processo*. Incontestavelmente pois, passou para suas obras, e *O Capital* é a prova disso, Marx deve a Hegel esta categoria filosófica de *processo*” (Althusser, 1967:22); e mais, a idéia estrutural em Althusser, ligada diretamente à seu estruturalismo, de um processo *sem sujeito*, seria especialmente hegeliana, em oposição à alienação do sujeito feuerbachiana. Trata-se da “categoria filosófica fundamental sobre a qual se apóia *O Capital*: a categoria de processo sem sujeito” (Althusser, 1967:58), ou ainda: “eliminem a teleologia, resta a categoria filosófica que Marx herdou: a categoria de *processo sem sujeito*” (Althusser, 1967:24). Acreditamos que os especialistas em Althusser e os althusserianos deveriam dar uma resposta à altura destas revelações e reavaliar o legado althusseriano.

É evidente que esta “nova” compreensão da influência hegeliana não deixará de ter resultados na análise do *Manuscrito de 1844*. Assim, se Marx se apropriou de Hegel neste texto, não se poderia reprová-lo por completo, visto que esta apropriação prosseguiria, como um elemento central da teoria de Marx, pela maturidade... Althusser responde à esta objeção reafirmando a natureza feuerbachiana do humanismo de Marx no *Manuscrito de 1844*, algo que, como já dissemos, é sua pedra de toque unilateral da abordagem do *Manuscrito de 1844*, mesmo

admitindo que aí estaria de algum modo presente o comunismo. Para finalizar, registremos a seguinte afirmação, que curiosamente aproxima Althusser da linha de interpretação frankfurtiana: “o evento teórico específico do *Manuscrito de 1844* é uma intervenção de Hegel em Feuerbach” (Althusser, 1967:30)²⁶.

26 Compare-se com Fausto, explicitamente vinculado à linha frankfurtiana no que se refere à sua interpretação de Marx, cuja expressão para a interpretação do *Manuscrito de 1844* é “interversão” de Feuerbach em Hegel.

Capítulo III - Análise e Exposição da Obra

Em nossa exposição e comentário do texto optamos, por razões de clareza e simplicidade, por eliminar ao máximo os acréscimos dos editores às edições alemãs (comumente traduzidos), seja os títulos e subtítulos ou o seccionamento e “ordenação” às vezes arbitrários. Não propomos substituir estes elementos por outros, nem discutir os méritos destas opções, simplesmente deixaremos de lado as indicações externas, e o leitor também pode suprimi-las por conta própria, visto que estas informações podem facilmente conduzir a equívocos²⁷. As traduções, além de seguirem fontes díspares, quase nunca trazem esclarecimentos e descrições sobre a forma do manuscrito, sua organização, paginação, etc.; conseqüentemente, é necessário o recurso às explicações do *Apparat*, o volume crítico que acompanha o texto na edição MEGA² (nunca ou muito parcialmente traduzido).

Para se ter uma rápida idéia da riqueza e complexidade enfrentada podemos elencar, brevemente, sem muita preocupação com articulações completas ou com uma interpretação geral do texto, algumas categorias, noções e temáticas que nos pareceram centrais para a compreensão do texto como um todo:

Trabalho e trabalhador formam um par que perpassa todo o texto e apresentam mais de um sentido e dimensão. Trabalhador assalariado, operário (*ouvrier*) fabril empírico, mercadoria viva-ativa ou, de modo geral, trabalhador estranhado, estranhamento (*Entfremdung*), exteriorização ou alienação (*Entäusserung*) como determinação do trabalho; Marx usa ainda expressões tais como “simples trabalhador”, “enquanto trabalhador”, no sentido de redução (*reduziert*) ou, muitas vezes, apenas os termos *trabalhador* ou *trabalho* para designar toda esta

²⁷ Apenas para citar um caso grotesco: “...podemos ler em Daniel Bell, sobre os *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de Marx: 'O próprio título é ao mesmo tempo literal e *simbólico*'. O que pensar dessa afirmação? O título 'simboliza' o quê? Ele não pode ter nenhuma significação *em Marx*, porque *Marx nunca deu aos manuscritos esse título*” (Mészáros, 1970:206)

condição (ao que é preciso estar atento e muitas vezes acrescentar as qualificações acima). Este *trabalhador* pertence à classe trabalhadora em oposição ao capital – categoria esta que aparece de diversas maneiras ao longo do texto, seja na discussão com os economistas, seja como elemento da relação de propriedade privada e trabalho estranhado.

Mas o trabalho também é tomado, paralelamente, como base da sociabilidade (*Gesellschaftlichkeit*), enquanto atividade (*Tätigkeit*), produção e autoprodução humanas. Isto demanda, por sua vez, a categoria da objetividade (*gegenständlich*), a compreensão da base objetiva do ser (*Wesen*), que aparece então como natureza (*Natur*), sensível (*sinnlich*), efetividade e realidade (*Wirklichkeit*). Marx distingue “graus” deste ser objetivo, sendo que um deles é a vida (*Leben*), isto é, ser ativo, dotado forças essenciais e capacidades para o suprimento de carências (*Berdüfnis*) e auto-confirmação. A natureza surge, finalmente, como a natureza humana, natureza orgânica e inorgânica do homem, suas objetivações (*Vergegenständlichung*) e seus órgãos da sensibilidade historicamente constituídos por meio da sua manifestação de vida (*Lebensäusserung*). Estas determinações são perenes, pressupostos que atuam mesmo sob forma estranhada (por exemplo, a divisão do trabalho exprime o estranhamento do gênero, assim como a concorrência exprime o estranhamento entre os indivíduos, ou ainda, o estranhamento do produto supõe a objetivação), porém, Marx privilegia sua apresentação no contexto de afirmação da supra-sunção (*Aufhebung*) positiva da propriedade privada, reapropriação, naturalismo, humanismo prático, emancipação humana.

No tocante à determinação do trabalho estranhado, a propriedade privada é de fundamental importância. Neste âmbito destacam-se, entre outras, as noções de cisão, oposição, separação (*Trennung*), divisão (*Teilung*) do trabalho e salário; monopólio e concorrência (tomados como identidade) também são temáticas privilegiadas para descrever a dinâmica do movimento. Marx analisa a evolução histórica da propriedade, distinguindo entre a propriedade privada não

desenvolvida e o capitalismo industrial, no qual a produção e a dominação perderam qualquer caráter social ou natural distintiva, representando o estágio atual da produção e o amadurecimento da oposição capital-trabalho. Ao mesmo tempo, explicita a determinação social do pensamento, ao mostrar a relação entre a evolução da ciência econômica e a economia real / sociedade civil. Marx estabelece conexão direta entre ciência e indústria, discutindo a unidade entre ciência natural e ciência histórica, bem como determinações mais gerais sobre a relação entre teoria e prática.

O comunismo defendido por Marx, isto é, a revolução do trabalho e a consequente emancipação humana universal, opõe-se ao comunismo e socialismo anteriores e, assim como no caso da propriedade privada, o movimento comunista apresenta uma história igualmente fundada na efetividade, isto é, no desenvolvimento da própria propriedade privada. Este movimento que aponta para o futuro não se funda, entretanto, em nenhuma teleologia histórica, nem propõe, por outro lado, retorno ao passado ou retomada de uma essência hipostasiada. Marx distingue explicitamente *ontologia* de antropologia, assentando as bases da primeira. A redução da sensibilidade ao único sentido do capitalismo, o *ter*, em conexão com a indiferença pelo conteúdo dos objetos, manifestada cabalmente no dinheiro como única carência, é contraposta à afirmação omnilateral e múltipla das relações estabelecidas entre a diversidade dos sentidos e seus objetos específicos, ambos engendrados pela atividade vital humana e, portanto, infinitos.

Concluindo este panorama, consideremos ainda, pelo menos, os seguintes termos: gênero, indivíduo, universal, exterior (*äusser*), externalização (*äusserung*), venda (*Veräusserung*), desefetivação (*Entwirklichung*), desrealização, subordinação, abstração real e ideal, inversão, positividade, negatividade (estas últimas intimamente relacionadas tanto a economia política como com Hegel), etc.

Resta lembrar que no texto de Marx comparece ainda o seguinte rol de autores, em

debates e referências de natureza, função e extensão diversas: Smith (que se destaca por sua elevação do trabalho à fonte subjetiva do valor, é bastante utilizado por Marx para explorar a condição do trabalhador assalariado e as próprias contradições e insuficiências da economia política), Feuerbach (que traz importantes elementos para a constituição de argumentos marxianos, sobretudo na crítica a Hegel e a discussão sobre a objetividade), Hegel (muito do que foi visto acima se relaciona com a longa discussão com Hegel), menções a neohegelianos desde Strauss a Bauer, socialistas diversos (em alguns casos como subsídios descritivos, e até mesmo teóricos, principalmente W. Shulz; seja como contextualização histórica do movimento, Owen, por exemplo; ou como alvo de repreensão impiedosa: Proudhon, em mais de um ponto), além de Ricardo (referência às vezes subestimada pelos comentadores, porém fundamental para a caracterização do capitalismo industrial), e outros tantos economistas, passando por menções a Aristóteles e citações de Goethe e Shakespeare. Passemos ao texto de Marx.

PLANO RESUMIDO (ÍNDICE)
DO MANUSCRITO DE 1844 DE KARL MARX

CADERNO I

Salário (primeira coluna, “1.1”)

Questão da determinação do salário	I
Desvantagens para o trabalhador	I-II
Três “situações da sociedade” em Smith	II-V
Contradições da economia política	VI-VII
Retomada das “situações” e encaminhamento da parte seguinte	VII
Citações de Schulz	VIII-VII
Citações Pecqueur/Loudon	XII-XIII
Citações de Buret	XIII-VX

Ganho do Capital (segunda coluna, “1.2”)

<i>1. O Capital / 2. Ganho do Capital</i> (perguntas e respostas à economia política – Smith, definições)	I-IV
<i>3. A dominação do capital sobre o trabalho e os motivos do capitalista</i> (citações de Smith e Say)	V
<i>4. A acumulação de capitais e a concorrência entre os capitais</i> (citações de Smith e análises de Marx)	VI-XI
Citações Schulz (concorrência, estágio atual da produção, grande x pequeno capital)	XI-XII
Citações de Pecqueur	XII-XIII
Citações de Buret – Ricardo	XIII
Citações de Smith (capital fixo/circulante, acumulação, divisão do trabalho)	XIV-XV
Citações de Schulz (estágio atual da produção)	XV-XVI

Renda da Terra (terceira coluna, “1.3”)

Discussão da teoria da renda de Smith e posições de Marx I-III
Arrendatário x proprietário: desvantagens do primeiro (Smith, Say) III-IV
Exploração de vantagens pelo proprietário fundiário, renda da terra x trabalho (Smith, Say) VIII-IX

Interesses contraditórios. Oposição hostil de interesses X-XI
Concorrência entre proprietários fundiários. Grande e pequena propriedade XI-XVI

Consequências da concorrência-acumulação da propriedade fundiária XVII
Item 1) Relação *aristocrática* da posse fundiária, crítica ao romantismo XVII-XVIII
Item 2) Divisão x não divisão da propriedade capitalista da terra e tema do monopólio XIX-XXI
Caráter industrial que adquire a grande posse fundiária XXI

(“1.4”; subdivisão e título do editor) XXII-XXVII

Recapitulação e crítica da economia política XXII
Enunciado do ponto de partida: fato econômico presente: apropriação como estranhamento, alienação XXII

Objetivação-produção e estranhamento

1º aspecto: produto XXIII
2º aspecto: atividade XXIII
3º aspecto: gênero XXIV
4º aspecto : indivíduo XXIV

Propriedade privada e trabalho alienado XXV
Dois problemas: propriedade e propriedade privada, estranhamento e desenvolvimento humano XXV-XXVI
Ad 1 (final do trecho) XXVI

CADERNO II

(título do editor)

Relação trabalho-capital	XL
Progressos da ciência econômica	XL-XLI
Estrutura da propriedade privada, relação da propriedade privada (trabalho-capital)	XLI
Caráter histórico da propriedade: propriedade imóvel <i>x</i> móvel	
Outro progresso da ciência econômica pós-Smith	XLI
Relação entre indústria e agricultura	XLI-XLII
Defensores teóricos da propriedade fundiária e do capitalismo industrial	XLII-XLIII
Trabalho, capital e a relação entre ambos. Movimentos da estrutura da propriedade privada	XLIII

CADERNO III

(“3.1”, título do editor)

História da Economia Política	
Economia nacional esclarecida e sua crítica à fisiocracia e ao mercantilismo	I
Unilateralidade / contradições da doutrina nacional-econômica (trabalho como essência da riqueza)	I
Discussão da doutrina fisiocrática	II
Propriedade fundiária: historicamente, a primeira propriedade privada.	II-III

(subdivisão e título do editor, “3.2”)

Desenvolvimento da oposição capital <i>x</i> trabalho	III
Relação entre o caminho do estranhamento e o da abolição do estranhamento	III
Crítica do comunismo rude	
<i>Item 1</i> (formas de apropriação, personalidade, comunidade)	III
<i>Item 2</i> (política, Estado)	IV

Emancipação humana e determinações marxianas	V-X
<i>Item 3</i>	V
Comunismo verdadeiro	
Estranhamento, necessidade histórica da propriedade privada, emancipação	
Sob o pressuposto da propriedade privada positivamente abolida: homem produz o homem	
Indivíduo e sociabilidade	V-VI
<i>Item 4</i>	
Apropriação e sensibilidade	VI-VII
Indústria e forças essenciais humanas. Ciência	VIII-X
<i>Item 5</i> (Problema da “origem”)	X
(subdivisão e título do editor, “3.3”)	
<i>Item 6</i>	XI-XXXIV
Consideração sobre o “movimento crítico” e Feuerbach	
Postura acrítica do criticismo	XI
Feuerbach	XII
Comentários sobre Hegel	
Negação da negação e movimento da história	XIII
“Índice” da <i>Fenomenologia do Espírito</i>	
Comentário sobre a lógica na <i>Enciclopédia</i>	
Duplo erro em Hegel	XIII-XXVI*
Determinações marxianas e crítica a Hegel	
Atividade objetiva	XXVI*
Naturalismo realizado = humanismo: verdade unificadora de idealismo e materialismo	
Homem como ser natural-objetivo. Carências e objetos	
Ser objetivo humano	

Críticas a Hegel	
<i>ad 3, 4, 5, 6</i> (itens p. XXIV)	XXVI*
Estranhamento e objetividade em Hegel	
Saber como atividade e objeto da consciência	*XXVIII
Ilusões da especulação: conclusão e desenvolvimento	
Papel do supra-sumir (<i>das Aufheben</i>) em Hegel	XXIX-XXX
Aspectos positivos em Hegel, novas críticas e reiteração	
Trabalho (<i>a</i>)	XXX
Processo (<i>b</i>)	XXXI
Sujeito (<i>c</i>)	
Movimento formal e indiferença pelo conteúdo	
Elogio a Hegel: formas de pensamento universais fixas – resultado necessário do estranhamento	XXXI-XXXII
“3b” [reco da numeração de Marx, segue com falhas] (subdivisão e títulos do editor, “3.4”)	
Item 7	
Carências sob pressuposto do socialismo <i>x</i> no interior da propriedade privada	XIV
Estranhamento produz refinamento das carências e dos meios e sua significação contrária	XIV-XV
Economia nacional: aumento das carências e meios engendra a falta de carência e meios	XV
Economia nacional como ciência simultaneamente da riqueza e da indigência	
Troca de vida e humanidade por <i>dinheiro</i> e <i>riqueza</i>	XVI
<i>Luxo ou poupança, uma controvérsia no terreno da economia nacional</i>	
Ausência de carências como princípio da economia nacional e sua <i>teoria da população</i>	XVII
(trecho)	XVIII-XXVIII
<i>PREFÁCIO</i>	XXXIX-LXI
Parte final do Caderno III, sobre o dinheiro	XLI-XLIII

PLANO DETALHADO
DO MANUSCRITO DE 1844 DE KARL MARX

CADERNO I

Salário (primeira coluna, “1.1”)

(parte I)	I-VII	23-30
1) Questão da determinação do salário	I	23-24
2) Desvantagens para o trabalhador	I-II	23-25
separação trabalho-capital-terra		23-24
comentário sobre a taxa de salário (Smith)		24
procura e oferta de homens: mercadoria		
divisão do trabalho e subordinação do trabalhador		
oscilações no preço e impacto na renda, no lucro e salário	II	24
ganhos e perdas para capitalista e trabalhadores		25
preços do trabalho x preços dos meios de vida		
diferentes tipos de trabalho x diferentes ramos do capital		
conclusão e observação		
3) Três “Situações da sociedade” em Smith	II-V	25-28
riqueza em declínio (1)	II	25
riqueza em progressão (2)	II-IV	26-27
elevação do salário e sobretrabalho		
1º e 2º aspectos do trabalho estranhado (a)		
divisão do trabalho, acúmulo de capital e subordinação (b)		26
concorrência entre trabalhadores		
concorrência entre capitais e acumulação de capital (y)	IV	26-27
resumo da condição do trabalhador nesta situação	IV-V	27
estágio final, ápice da riqueza (3)	V	
alta concorrência entre trabalhadores		
excedente morre. Conclusão.		28

4) Contradições da economia política	VI-VII	28-30
objeções a Smith	VI	28
produto do trabalho e salário		
compra e venda do trabalho		
proporção entre renda, lucro, salário		29
trabalho como atividade x não atividade dos proprietários	VII	
preços das coisas e do trabalho		
divisão do trabalho: riqueza da sociedade e pobreza do trabalhador		
contraposição de interesses		
generalização de Marx sobre o trabalho alienado		29-30
5) Retomada das “situações” e encaminhamento da parte seguinte		
observação (+ uma contradição para o item 4 acima)		30
condição do trabalhador nas 3 situações		
definição do trabalhador da economia política:		
proletário sem propriedade		
salário como manutenção desta condição		
homem fora do trabalho, outras esferas		
sinalização da mudança de nível da argumentação. 2 perguntas		
desenvolvimento da humanidade e redução do trabalho		
igualdade de salários		

(parte II)	VIII-XV	30-38
6) Citações de Schulz	VIII-XII	30-33
atividade mecanicamente uniforme é, naquele período, a mais numerosa		
cálculo histórico; tempo de trabalho		
num estado que avança, trabalhador empobrece, exemplo	IX	31
tempo para cultivar a espiritualidade. Progresso na maquinaria proporciona tempo	IX-X	32
mas: para numerosa parte da população, duração do trabalho apenas aumentou	X	
decomposição do trabalho em operações simples:		
conexão da maquinaria com a divisão do trabalho	X-XI	
atividade uniforme: nociva ao espírito e ao corpo. Futuro: domínio do homem sobre a máquina	XI	
sexo feminino incorporado às transformações do organismo do trabalho, exemplo		32-33
trabalho infantil: substituiu a mecânica por ser mais barato	XII	33
único meio de subsistência da classe trabalhadora		
7) Citações Pecqueur/Loudon	XII-XIII	33-34
dependência dos trabalhadores (Pecqueur)		
alugar/emprestar trabalho, a matéria do trabalho		
ocupações abjetas, selvageria. Prostituição do não proprietário	XIII	34
prostituição do não proprietário (Loudon)		34-35
8) Citações de Buret	XIII-XV	35-38
aumento da miséria e da população de miseráveis		35
trabalho considerado abstratamente, como coisa; mercadoria regulada pelo preço. Concorrência.		
Trabalho não pode ser acumulado, diferentes de outras mercadorias	XIV	36
trabalho feminino e infantil		
Marx: trabalho como mercadoria específica, infelizes propriedades		37
segundo princípios da economia nacional, trabalho seria uma mercadoria (livre resultado de um mercado livre)		
aperfeiçoamento do trabalhador, degradação do homem		
analogia: guerra de conquista e fase inicial da indústria. Dizimação da classe trabalhadora		37-38
relação impessoal entre capitalista e trabalhador (instrumento de produção)		38
reabastecimento dos trabalhadores urbanos por homens do campo	XV	

Ganho do Capital (segunda coluna, “1.2”)

(parte I)

Subtítulos 1, 2, 3 e 4

I-X **39-53**

1) Perguntas e respostas à economia política (Smith: definições)

I-IV 39-46

1. O Capital

em que se baseia o capital? (legislação, direito positivo, Say)

I 39

o que se ganha com o capital? (poder de comprar)

39-40

Capital: poder de governo sobre o trabalho e seus produtos; poder sobre o capitalista

40

o que é o capital? (trabalho armazenado)

2. Ganho do Capital

por que a proporção de ganho e capital?

II 41

qual relação entre ganho e capital? (taxa de lucro, juro)

II 41-42

qual a taxa de lucro mais alta e a mais baixa?

II-III 42-43

causas que podem elevar o ganho do capital

III-IV 43-45

Marx: elaboração humana da natureza e ganho do capital morto

IV 45

progresso do trabalho no produto natural eleva o capital, não o trabalho

taxa média do ganho do capital é mais invariável do que salário de diferentes trabalhos

taxa do ganho eleva-se com o risco

2) Citações Smith e Say

IV-V 46-47

3. A dominação do capital sobre o trabalho e os motivos do capitalista

ponto de vista do lucro privado (Smith)

V-VI 46

aplicação do capital x utilidade para sociedade (Say)

VI

lucro e interesses particulares (Smith)

46-47

3) Citações de Smith e análises de Marx

VI-XI 47-53

4. A acumulação de capitais e a concorrência entre os capitais

aumento dos capitais aumenta os salários e diminui o ganho do capital, exemplo

VI* 47

concorrência de capitais, aumento da acumulação de capitais

Concorrência entre pequeno x grande capital.

*VIII-IX 48-51

aumento dos capitais, riqueza progressiva

49

capital fixo x circulante / estágio atual da produção (Schulz)

X 51-53

(parte II)	XI-XVI	53-60
4) Citações Schulz (concorrência, estágio atual da produção, grande x pequeno capital) organização dos instrumentos de trabalho pelo grande capitalista ligação entre os ramos da produção para realização do objetivo comum da indústria movimento da produção – monopólio / miséria sistema de máquinas; concorrência; danos para classe trabalhadora	XI-XII	53-54
5) Citações Pecqueur trabalho é o homem, alugá-lo é escravizar-se trabalho é o criador da riqueza, exemplo proprietários dispõem como querem da matéria do trabalho; direitos sobre ela plena liberdade de produção e troca produtor ignora necessidades e recursos, procura e oferta	XII-XIII	54-55
6) Citações Buret - Ricardo Ricardo: “os homens não são nada; o produto, tudo” Buret: a miséria provém da potência das coisas	XIII	56-57
7) Citações Smith (capital fixo/circulante, acumulação, divisão do trabalho) falta de capitais na produção, o comércio se desenvolve para aumentar o valor do produto da terra: aumentar o número de trabalhadores ou a potência do trabalho divisão do trabalho, expansão da força produtiva – acumulação de capitais ligação entre ramos da produção, organização das forças produtivas	XIV-XV	57-59
8) Citações Schulz (estágio atual da produção) bolsa de ações: participantes dispõem do conhecimento técnico e científico de outros interesse do capitalista se torna multilateral (indústria, agricultura, comércio) agravamento da oposição entre classes ganhos advindos da miséria pelos locadores de casas aumento do vício na classe trabalhadora acumulação capitalista aumenta, concorrência diminui indiferença em relação aos homens	XV-XVI	59-60

Renda da Terra (terceira coluna, “1.3”)

(parte I)	I-IX	61-70
1) Discussão da teoria da renda de Smith e posições de Marx	I-III	61-64
citações de Smith sobre a renda (uma de Say)		61-63
crítica de Marx: Smith transforma a fertilidade da terra em atributo do possuidor fundiário; inversão	III	64
Marx: estabelecimento da renda da terra pela <i>luta entre arrendatário e proprietário fundiário</i>		
2) Arrendatário x proprietário: desvantagens do primeiro		64-66
citação de Smith	III-IV	64
citação de Say	IV	65
citações de Smith		65-66
mercadorias que não pagam renda / mercadorias que sempre trazem renda: alimento	V-*VI	66-68
citações de Smith		
3) Exploração de vantagens pelo proprietário fundiário, renda da terra x trabalho	*VIII-IX	68-70
situações nas quais aumenta a renda da terra	VIII	68
1) com a população (Smith)		
2) transportes, segurança, comunicação (Say)		
3) vantagens extraídas das manufaturas, invenções do trabalho (Smith)	IX	69
4) aumento na força produtiva do trabalho, redução do preço das mercadorias (Smith)		69-70

(parte II)	X-XVI	70-74
4) Interesses contraditórios. Oposição hostil de interesses objeção à identidade do interesse do proprietário fundiário com a sociedade em Smith economia nacional-propriedade privada: indivíduo x sociedade proposições da própria economia nacional:	X-XI X	70-71 70
1) crescimento da riqueza é idêntico ao da miséria e da escravidão		70-71
2) oposição hostil entre proprietário fundiário e arrendatário		71
3) oposição entre proprietário fundiário e criados da lavoura	XI	
4) oposição entre proprietário fundiário e trabalhadores da manufatura oposição entre proprietário fundiário e capitalistas		
5) (conclusão) oposição geral entre proprietário fundiário e sociedade, oposição entre proprietários		
5) Concorrência entre proprietários fundiários. Grande e pequena propriedade relação entre grande e pequena propriedade é análoga a de grande e pequeno capital circunstâncias especiais favoráveis a grande propriedade fundiária:	XI-XVI XI	71-74
1) o aumento da magnitude dos fundos elevada redução proporcional de trabalhadores/instrumentos elevação da possibilidade de exploração, poupança de custos e divisão do trabalho desvantagem inversa para a pequena propriedade fundiária	*XII	71 71-72 72
2) grande posse incorpora os juros do capital aplicado pelo arrendatário, pequena posse usa o próprio capital		
3) melhorias sociais beneficiam a grande propriedade e prejudicam a pequena		
4) regulação da renda pela produção de alimentos (Smith), e portanto regulação pela grande propriedade comparação entre pequeno proprietário fundiário e artesão, propriedade como instrumento de trabalho vantagens do grande proprietário (Smith)	*XVI	72-74
(parte III)	XVII-XXI	74-78
6) Conseqüências da concorrência-acumulação da propriedade fundiária transformação da propriedade fundiária em propriedade industrial restam duas classes da população: classe trabalhadora e classe dos capitalistas	XVII	74

7) <i>Item 1) Relação aristocrática da posse fundiária, crítica ao romantismo</i>	XVII-XVIII	74-75
propriedade fundiária como propriedade privada, terra estranhada	XVII	
posse feudal e domínio da terra como poder estranho		
dominação da propriedade fundiária começa com a posse fundiária, é sua base		
caracterização da dominação da propriedade privada sob a posse fundiária feudal		
individualização da posse fundiária pelo senhor		
propriedade rural: corpo inorgânico do seu senhor		
dominação da propriedade fundiária não aparece ainda como dominação do mero capital		
individualização do senhor pela propriedade fundiária		74-75
cultivadores da posse fundiária não têm relação de diaristas, em parte pertencem à terra		75
aparência da relação de propriedade fundiária é necessariamente supra-sumida		
movimento da propriedade privada; monopólio inerte para monopólio em movimento		
8) <i>Item 2) Divisão x não divisão da propriedade capitalista da terra e tema do monopólio</i>	XIX-XXI	75-76
divisão: negação do monopólio como universalização do monopólio	XIX	75
fundamento do monopólio: propriedade privada		
divisão da posse fundiária corresponde à concorrência na esfera industrial		
divisão de instrumentos e do trabalho transforma-se novamente em acumulação		75-76
concorrência = acumulação, assim como na concorrência industrial		76
supra-sunção do monopólio e aniquilação do movimento		
associação, divisão, igualdade: ligação do homem com a terra não mais afetiva, mas racional	XX	
propriedade verdadeira e pessoal do homem		
divisão arruina a massa, que não pode mais se decidir pela servidão		
propriedade privada funda-se no fato de ser dividida		
Caráter industrial que adquire a grande posse fundiária	XXI	77
lança o excedente da população na indústria		
fortalece o capital e enfraquece a si mesma enquanto propriedade fundiária		
submetida como qualquer mercadoria às leis da concorrência, torna-se instável		
Inglaterra: caráter industrial assumido pela propriedade fundiária		
salários ao mínimo para que se tenha nova concorrência. Revolução		

("1.4"; subdivisão e título do editor)	XXII-XXVII	79-90
(parte I)	XXII	79-81
Recapitulação e crítica da economia política		79
descrição sintética relativa à <i>Salário, Lucro, e Renda</i>		
economista nacional toma a propriedade privada como um dado, concebe fórmulas gerais, circunstâncias exteriores		
falsas oposições <i>x</i> interconexões essenciais		80
2) Enunciado do ponto de partida: fato econômico presente : apropriação como estranhamento, alienação		80-81
trabalho, trabalhador como mercadoria		
ser estranho, poder independente, desefetivação		
(parte II)	XXIII-XXV	81-86
Objetivação-produção e estranhamento		
3) 1º aspecto: produto	XXIII	81-82
natureza, mundo exterior sensível, meios de vida (duplo sentido)		
perda e servidão do objeto		
relação imediata do trabalhador com a produção como relação essencial do trabalho		
4) 2º aspecto: atividade		82-83
ato da produção como gênese do estranhamento		
exteriorização, trabalho externo		
estranhamento-de-si		
5) 3º aspecto: gênero	XXIV	83-85
apropriação universal da natureza inorgânica (meio de vida imediato, objeto de trabalho)		
trabalho estranhado: estranha do homem a natureza e o homem de si mesmo: estranha do homem o gênero		
atividade livre consciente como caráter genérico do homem		
confirmação do caráter genérico através da elaboração do mundo objetivo		
6) 4º aspecto : indivíduo		85-86
trabalho estranhado faz do ser genérico do homem meio da existência individual		
estranhamento do homem pelo homem = estranhamento do homem do seu ser genérico		

(parte III)

XXV-XXVII 86-90

7) Propriedade privada e trabalho alienado		
retomada do enunciado da relação de fato e conceito de trabalho estranhado	XXV	86
ser estranho a quem pertence o trabalho: capitalista, não-trabalhador		86-87
auto-estranhamento e relação prática entre os homens		87
propriedade privada como consequência do trabalho alienado		87-88
igualdade de salário e crítica a Proudhon (1)	XXV-XXVI	88
emancipação do trabalho e emancipação humana (2)	XXVI	88-89
categorias da economia política: conceitos de trabalho estranhado e de propriedade privada		
8) Dois problemas: propriedade e propriedade privada, estranhamento e desenvolvimento humano		89
1) relação entre propriedade privada e propriedade verdadeiramente humana e social		
2) como o estranhamento está fundado na essência do desenvolvimento humano		
9) <i>Ad 1</i>	*XXVI-*XXVIII	89-90
apropriação como estranhamento e vice-versa (retomada)		
relação de propriedade do não-trabalhador com o trabalho e o trabalhador		
três conexões do não-trabalhador com o trabalhador	XXVII	90
indicação para desdobramento posterior		

Caderno II

(título do editor)

(parte I)

XL-XLII 91-94

1) Relação trabalho-capital

XL 91

aspectos subjetivo e objetivo do homem perdido de si

trabalhador como capital vivo, mercadoria: caráter e produto do movimento

homem apenas *trabalhador*

91-93

relação indiferente e acidental entre capital e trabalho

91

existência do capital e existência do *trabalhador*

produção do homem enquanto *trabalhador*

determinação do conteúdo da vida do *trabalhador* pelo capital

homem fora da relação de trabalho, figuras inexistentes para economia política

91-92

carências do trabalhador e função do salário (citação de Smith)

92

salário como um custo do capital / exemplo histórico (desconto de esmolas públicas)

produção engendra: mercadoria humana, desumanização espiritual-corporal,

92-93

embrutecimento do trabalhador *e* do capitalista, mercadoria consciente-de si e auto-ativa.

2) Progressos da ciência econômica

XL-XLI 93

reconhecimento da existência do homem como indiferente; finalidade da produção: lucro

reiteração de progresso fundamental: trabalho elevado a único princípio

XLI

determinação da relação inversa entre salário e ganho do capitalista / observação

3) Estrutura da propriedade privada, relação da propriedade privada (trabalho-capital)

relação da propriedade privada: capital, trabalho e conexão de ambos

trabalho como atividade estranhada; existência abstrata do homem como puro *homem que trabalha*

objeto da atividade humana como capital; indiferença pelo conteúdo efetivo

oposição levada ao extremo: culminância e declínio da relação

(parte II)	XLI-XLIII	93-98
Caráter histórico da propriedade: propriedade imóvel x móvel		
4) Outro progresso da ciência econômica pós-Smith		
definição da renda da terra	XLI	93
preparação do movimento da realidade, simplificação e agudização da oposição capital-trabalho terra e da renda da terra como simples capital e juros		94
5) Relação entre indústria e agricultura	XLI-XLII	94-95
diferenças capital e terra / momento original da oposição capital-trabalho	XLI	94
oposição indústria-propriedade fundiária: origem da formação da indústria a partir da agricultura		
espécie particular de trabalho e significado aparentemente social x indiferença pelo seu conteúdo		
progressão do trabalho em direção a um caráter abstrato, <i>capital liberto</i>	XLI-XLII	
agricultura como indústria: transformação do <i>escravo</i> em trabalhador <i>livre</i>	XLII	
intermédio do arrendatário: renda da terra e concorrência entre arrendatários		95
capitalista torna-se senhor da terra ou vice-versa		
oposição de proprietário fundiário e industrial, recordação do nascimento antagônico		
6) Defensores teóricos da propriedade fundiária e do capitalismo industrial	XLII-XLIII	95-97
ataques da propriedade fundiária		95
ataques da propriedade móvel	XLIII	96
triunfo necessário da propriedade privada desenvolvida, <i>formação mundial</i> , expressão <i>pura</i>		97
7) Trabalho, capital e a relação entre ambos. Movimentos da estrutura da propriedade privada		
unidade imediata ou mediata		
contraposição de ambos entre si		
contraposição de cada um contra si mesmo		97-98

(parte III) itens 3, 4, e 5

V-XI 105-114

Emancipação humana e determinações marxianas

3) *Item 3*

1. Comunismo verdadeiro

abolição positiva da propriedade privada

apropriação efetiva da essência humana

naturalismo consumado: humanismo. Humanismo consumado: naturalismo

dissolução do antagonismo homem e natureza, dos conflitos indivíduo e gênero, objetividade e auto-confirmação, etc.

movimento total da história: existência empírica e consciente do comunismo

2. Estranhamento, necessidade histórica da propriedade privada, emancipação

crítica ao comunismo rude: busca de fundamentação em casos singulares, no *passado*

105-106

movimento da propriedade privada (Economia) e as bases do movimento revolucionário

106

propriedade privada *material, sensível*: expressão (estranhada) da produção/efetividade do homem até aqui

formas particulares da produção/estranhamento e abolição positiva de todo estranhamento

diferentes povos: início do movimento comunista é mais na consciência ou no mundo exterior

comunismo primitivo e ateísmo

3. Sob o pressuposto da propriedade privada positivamente abolida: homem produz o homem

106-107

criação de objetos como acionamento da individualidade e existência para o outro homem

caráter social é o caráter universal do movimento

sociedade produz o homem enquanto homem e é produzida por ele

sociedade: unidade completada entre homem e natureza

107

prostituição universal do trabalhador, capitalista é o prostituidor

4. Indivíduo e sociabilidade

atividade e fruição comunitárias

VI

atividade social

consciência universal e coletividade real

vida individual e vida genérica

107-108

pensar-ser: diferentes, mas em unidade mútua / morte:: vitória do gênero sobre o indivíduo

108

4) Item 4

1. Apropriação e sensibilidade

propriedade privada como expressão sensível do estranhamento supra-sunção e apropriação omnilateral x unilateral	VI-VII
fruição, posse e sentido do <i>ter</i> relações humanas ao mundo e órgãos da individualidade comportamento objetivo e multiplicidade da afirmação	
estranhamento da sensibilidade sob a propriedade privada	VII 108
supra-sunção da propriedade privada e emancipação dos sentidos	109
humanidade-socialidade dos sentidos e objetos	
objetiva e subjetivamente	
objetivamente	VIII 110
subjetivamente	
formação da sensibilidade historicamente	110-111
uma conclusão: oposições teóricas e resolução prática	111

2. Indústria e forças essenciais humanas. Ciência

indústria e essência humana estranhada	VIII-IX
psicologia humana não apreendida como essência do homem	IX
ciências naturais e filosofia: reciprocamente alheias entre si	111-112
preparação prática da emancipação pela ciência natural	
natureza que vem a ser na história humana: natureza efetiva do homem	112
sensibilidade como base da ciência. Consciência sensível e carência sensível	
história natural e história humana. Ciência natural e ciência do homem	IX-X
homem: objeto imediato da ciência naturalismo	
natureza: objeto imediato da ciência do homem	
riqueza, miséria, carência do homem rico	X 112-113

5) Item 5 – Problema da “origem”

dependência, independência e idéia da criação	X-XI 113
diálogo sobre a origem	
resolução	XI 114
socialismo: vir a ser da natureza para o homem. Ateísmo	
comunismo: momento efetivo necessário; não o fim do desenvolvimento humano	

(subdivisão e título do editor, “3.3”)

Item 6	XI-XXXIV	115-137
(parte IV)	XI-XIII	115-118
Consideração sobre o “movimento crítico” e Feuerbach		
1) Postura acrítica do criticismo	XI-XII	115-117
colocação da questão: o que fazer diante da dialética hegeliana	XI	115
Strauss e Bauer (comparação), ambos constrangidos no interior da lógica de Hegel		
citação e comentário de Bauer (exemplo)	XI-XII	115-116
relação Bauer-Hegel, ato da crítica não tem consciência	XII	116-117
acrítico em relação à Hegel e Feuerbach		
2) Feuerbach		117-118
é o único de comportamento sério e crítico para com a dialética hegeliana		
“feitos” de Feuerbach		
1) filosofia como religião / estranhamento		117
2) verdadeiro materialismo e ciência real, relação social		118
3) positividade auto-posta		
esclarecimento feuerbachiano da dialética hegeliana:		
Hegel parte da religião e teologia		
supra-sunção da teologia: assenta o positivo		
supra-sunção do positivo - reestabelecimento do abstrato		
afirma a filosofia em oposição a si mesma		

(parte V) * Comentários sobre Hegel	XIII-XXIV	118-126
1) Negação da negação e relação com o movimento da história: expressão abstrata especulativa, lógica e especulativa do movimento da história	XIII	118-119
2) “Índice” da <i>Fenomenologia do Espírito</i> <i>Fenomenologia</i> e verdadeiro lugar do nascimento e o segredo da filosofia de Hegel		119
3) Comentário sobre a lógica na <i>Enciclopédia</i>		119-120
4) Duplo erro em Hegel essência estranhada da essência humana apreendida apenas como pensamento estranhamento é a posição do em-si; forma o sentido das oposições profanas	XIII* *XVII	121
Exteriorização do pensamento abstrato apropriação primeiramente no puro pensar. (2º) Vindicação do mundo objetivo <i>Fenomenologia</i> é crítica oculta, ainda obscura e mistificadora objeto aparece como consciência abstrata. Dialética do pensamento puro é o resultado grandeza da fenomenologia do espírito	XVIII	122
auto-produção humana como um processo, objetivação como desobjetivação, etc. comportamento ativo do homem na condição de ser genérico. História	XXII*	123
depois desenvolverá limites de Hegel um limite de Hegel: coloca-se do ponto de vista da moderna economia nacional trabalho estranhado: essência do homem que se conforma		124
objeto da consciência é a consciência de si homem é essência não-objetiva, espiritualista	* XXIV*	125
descrição do movimento de subjugação do objeto da consciência expressão global da subjugação do objeto da consciência (8 itens)		125-126

(parte VI)	*XXVI	126-128
Determinações marxianas e crítica a Hegel		
1) Atividade objetiva		126
<i>ad 1</i> : retorno do objeto ao si		
<i>ad 2</i> : exteriorização da consciência-de-si põe a coisidade pôr a coisidade como confirmação do ato de pôr	XXVI*	
o ato de assentar não é o sujeito subjetividade de forças essenciais objetivas, ser e determinação da objetividade naturalismo realizado = humanismo: verdade unificadora de idealismo e materialismo		127
2) Homem como ser natural-objetivo. Carências e objetos		
ser natural vivo e atividade		
ser natural vivo e carecimento de objetos		
objetos e “forças essenciais” subjetivas		
manifestação de vida e objetos sensíveis efetivos		
identidade: ser objetivo, natural, sensível		
exemplo da fome e do sol		
ser não objetivo: não ser. Ser sensível – ser que padece		127-128
3) Ser objetivo humano		128
objetividade, padecimento, paixão		
ser natural humano		
humano, para si-genérico / modos da afirmação (pensar e ser)		
objetividade e subjetividade humanamente constituídas		
natureza, história e gênese do homem		

(parte VII) *
Críticas a Hegel

XXVI-XXX 128-132

3º - Coisidade é aparência

XXVI*

1) *ad 3, 4, 5, 6* (itens p. XXIV)

ad 3 e 4: exteriorização da consciência tem significados negativo e positivo

ad 5 e 6: para consciência, negativo do objeto tem o significado positivo.

consciência supra-sume e recupera dentro de si a exteriorização

2) Estranhamento e objetividade em Hegel

128-129

supra-sunção da objetividade sob a determinação do estranhamento

129

supra-sunção da objetividade pela consciência-de-si

nulidade do objeto e auto-confirmação da abstração

3) Saber como atividade e objeto da consciência

*XXVIII

saber como único comportamento objetivo da consciência

nulidade do objeto e auto-exteriorização

saber como objeto de si próprio

supra-sunção da exteriorização objetiva pela consciência-de-si

4) Ilusões da especulação: conclusão e desenvolvimento

consciência-de-si e consciência do homem

o pensar finge ser outro de si mesmo (estranhamento-objetividade)

confirmação na exteriorização (exemplo da religião)

130

falso positivismo-criticismo aparente de Hegel

indicação de Feuerbach

ressalva e desdobramento marxiano

5) Papel do supra-sumir (<i>das Aufheben</i>) em Hegel		
negação da negação como verdadeira confirmação	XXIX	130
mediação da supra-sunção		
exemplo da filosofia do direito		
manifestação da verdadeira existência como a filosófica		130-131
outro exemplo (filosofia da natureza e do espírito)		131
supra-sunção apenas do ser pensado pelo pensamento	XXIX-XXX	
confirmação e manutenção do efetivo-sensível estranhado	XXX	131
existência supra-sumida é de antemão objeto do saber		132
Hegel contradiz seus conceitos correntes		

(parte VIII)	XXX-XXXIV	132-137
Aspectos positivos em Hegel, novas críticas e reiteração		
1) Trabalho (<i>a</i>)	XXX	132
apropriação e supra-sunção do estranhamento		
caso do ateísmo (<i>x</i> comunismo)		
emancipação como movimento adiante		
negação da negação, estranhamento-objetivação e trabalho		
2) Processo (<i>b</i>)	XXX-XXXI	132-133
ato formal-abstrato, homem como consciência-de-si		
supra-sunção da exteriorização como confirmação desta		132-133
dialética como processo abstrato, puro	XXXI	133
3) Sujeito (<i>c</i>)		
sujeito do processo: Deus, espírito absoluto		
inversão sujeito-predicado, sujeito-objeto místico		
4) Movimento formal e indiferença pelo conteúdo		
descrição do movimento		
origem das categorias lógicas no efetivo		
5) Elogio a Hegel: formas de pensamento universais fixas – resultado necessário do estranhamento		
transição da abstração para a natureza		134
idéia absoluta hegeliana e processo de abstração	XXXII	
passagem do <i>abstrair</i> ao <i>intuir</i>		134-135
um longo parênteses: homem estranhado de si mesmo e seus pensamentos		
<i>natureza</i> tornada abstrata pela especulação: separação natureza e homem	XXXIII-XXXIV	135-137
externalidade = exteriorização. Equívoco.		136
natureza supra-sumida pelo pensamento abstrato		137

“3b” [recoo da numeração de Marx, segue com falhas]

(subdivisão e títulos do editor, “3.4”)

(parte IX) *

Item 7

	XIV-XXI	139-149
1) Carências sob pressuposto do socialismo <i>x</i> no interior da propriedade privada	XIV	139
criação de novas carências como sacrifício, indução de modos de fruição e ruína econômica		
necessidade do dinheiro e empobrecimento do homem		
carência de dinheiro como a única e verdadeira carência produzida pela economia nacional		
quantidade de dinheiro como único atributo		
redução de todo ser à abstração do dinheiro, ser <i>quantitativo</i>		
subjetivamente: escravo de desejos não humanos; carência rude <i>x</i> carência humana		
eunuco da indústria		
produtos e carências como “armadilha”		139-140
2) Estranhamento produz refinamento das carências e dos meios e sua significação contrária	XIV-XV	140
habitação dos trabalhadores	XV	
eliminação de carências elementares e elemento vital		
eliminação dos sentidos, não existem nem em seu modo humano nem sequer num modo animal		
ressurgimento de formas rudes de trabalho humano		
desaparecimento de carências humanas e mesmo as animais		
alimentação do trabalhador irlandês		
comparação com o selvagem e o animal		140-141
a máquina e o homem		
3) Economia nacional: aumento das carências e meios engendra a falta de carência e meios		
observação: identidade de capitalista e economista (empírico/científico)		141
1) redução da carência do trabalhador ao mínimo necessário		
redução da atividade ao movimento mecânico mais abstrato		
afirmação de que o homem não tem nenhuma carência, nem de atividade, nem de fruição		
2) cálculo da vida mais escassa possível como norma para a massa dos homens		
faz do trabalhador ser insensível, sem carências, faz da sua atividade abstração de toda atividade		
reprova o “luxo”: tudo que ultrapassa a mais abstrata das carências – fruição ou externalização da atividade		

- 4) Economia nacional como ciência simultaneamente da riqueza e da indigência
- riqueza e poupança*, exemplos
 seu ideal é o avarento *ascético*, mas *usurário*, e o escravo *ascético*, mas *producente*
 ideal *moral* do trabalhador levado ao teatro, economia como ciência moral
 a auto-renúncia, a renúncia à vida, a todas as carências humanas, é sua tese principal
 recomendações da economia para os indivíduos 141-142
- 5) Troca de vida e humanidade por *dinheiro e riqueza* XVI 142
 poder do dinheiro, exemplos
 dinheiro é a verdadeira *capacidade*
 paixões (*Leidenschaften*) e atividade têm de naufragar na *cobiça*
 ao trabalhador só é permitido ter o mínimo para viver, e só é permitido viver para ter
- 6) Luxo ou poupança, uma controvérsia no terreno da economia nacional
- os dois lados
 moral e economia nacional 143
- 7) Ausência de carências como princípio da economia nacional e sua *teoria da população* XVII
 homens a mais, existência como luxo
 poupança na procriação
 produção do homem como miséria pública

Sentido da produção no rico e no pobre		144
rude carência do trabalhador rende mais que a refinada do rico		
Retomada dos diversos modos de unidade entre trabalhador e capital para economia nacional (7 itens)	XVIII-XIX	
Tarefa da práxis. Exemplo do fetichismo	XIX	145
sentido humano da natureza / sentido natural do homem		
igualdade enquanto fundamento do comunismo: fundamentação política		
supra-sunção do estranhamento. Alemanha, França, Inglaterra		
Comunismo segundo o modo da fenomenologia hegeliana		
comunismo pensado / ação comunista efetiva		
movimento prático, operários socialistas franceses		146
Crítica à economia nacional: procura e oferta não se equilibram; maior oferta de homens	XX	
Dinheiro aparece como meio, mas é a verdadeira e única finalidade		
Comparação: habitação do selvagem e do trabalhador estranhado		
Estranhamento: meio de vida, atividade, cada coisa é um outro		147
Determinação da riqueza inativa e perdulária	XX-XXI*	
renda da terra		148
triunfo do capital que trabalha sobre a riqueza esbanjadora. Toda propriedade privada é capital industrial		
Propriedade privada triunfa sob a aparência de todas as qualidades ainda humanas		
Sujeição do proprietário privado à essência da propriedade privada (trabalho): capitalista industrial frui subordinado à produção		

(parte X) *

Renda da terra, agricultura, imposto	*XXXIV	149
Crítica ao movimento do trabalho contra o capital, de Proudhon (subdivisão e título do editor) para a economia política:		
sociedade: reduz tudo ao indivíduo, tira toda determinidade, fixa como capitalista ou trabalhador	XXXV	
divisão do trabalho: sociabilidade do trabalho no interior do estranhamento		
trabalho e divisão do trabalho: caráter estranhado da atividade do homem como ser genérico		149-150
obscuridade dos economistas sobre a essência da divisão do trabalho: Smith	XXXVI	150
Say		153
Mill	XXXVII	
economistas concordam no condicionamento recíproco entre divisão do trabalho e acumulação de capital		154
Smith resumido: divisão do trabalho, fundada na inclinação para a troca, fornece ao trabalho infinita capacidade de produção		
Diversidade dos talentos humanos é mais efeito que causa da divisão do trabalho. Troca torna útil a diversidade		155
homem, diferentemente dos animais, funde as capacidades de sua espécie		
Say: troca é acidental, mas produção depende dela. Progresso de Say: observa a restrição da capacidade de cada homem		
Skarbek, Mill: comércio como consequência da divisão do trabalho		
Divisão do trabalho e troca:		
expressões exteriorizadas da atividade como atividade do gênero	XXXVIII	
figuras da propriedade privada		155-156
utilizados para reclamar a sociabilidade da ciência econômica		156
Inclinação para a troca (fundamentos no egoísmo) como base para a troca		
Empobrecimento e desessencialização da atividade individual pela divisão do trabalho (Skarbek)		

PREFÁCIO

XXXIX-LX1 9-21

Crítica do direito e da Ciência do Estado: crítica da filosofia hegeliana do direito crítica apenas contra especulação seria inoportuna	19
Projeto: crítica do direito, da moral, da política, etc. conexão entre estas e a especulação conexão entre a economia política e seus objetos (Estado, direito, moral, vida civil, etc.)	
Análise empírica fundada em estudo crítico da economia política	19-20
utiliza também socialistas franceses e ingleses, socialistas alemães somente Hess e Engels	20
Crítica da economia política: verdadeira fundamentação deve-se a Feuerbach. Revolução teórica Reconhecimento, por Marx, do caráter pioneiro e fundamental do capítulo final sobre Hegel	
Dúvidas sobre os pressupostos filosóficos – crítica à servidão do teólogo crítico	XL
Crítica teológica: transcendência filosófica – caricatura teológica	20-21
História determina a teologia a apresentar em si a dissolução negativa da filosofia	21

(parte XI)*

XLI-XLIII 157-161

Sensações: não apenas determinações antropológicas, mas afirmações ontológicas do ser (natureza)

XLI

157

1) modos de afirmação, ecularidade da existência, da fruição

2) afirmação sensível, afirmação do objeto

3) sensação humana, afirmação do objeto para outr, fruição

4) mediação da propriedade privada; vir a ser; vir a ser da essência ontológica da paixão humana, ciência do homem, auto-atividade

5) sentido da propriedade privada não estranhada: objetos essenciais para o homem como objetos da fruição, da atividade

Universalidade do dinheiro. Citações De Goethe e Shakespeare

157-158

qualidade e forças essenciais da individualidade determinadas pelo dinheiro

159

dinheiro liga o indivíduo à sociedade

Shakespeare: transmutação de propriedade humana e natural no seu contrário. Prostituta universalidade

atributos do dinheiro repousam em sua essência como ser genérico estranhado do homem

*XLIII

160

dinheiro: como poder inversor, é contra indivíduos e vínculos sociais que pretendam ser essência

mundo invertido: confusão e troca de qualidades naturais e humanas

Pressuposição do homem enquanto homem

161

relação com o homem e com a natureza: externalização determinada da vida individual corresponde ao objeto da vontade

3.2 – Comentário (parcial)

Primeiro Caderno – *Salário*

A abertura desta parte do Caderno I põe em evidência o tema da separação e oposição trabalho-capital, que determina o salário e a existência do trabalhador. “O salário é determinado mediante o confronto hostil entre capitalista e trabalhador. A necessidade da vitória do capitalista”. Esta vitória, que imediatamente corresponde à determinação do salário pelo mínimo – redução das necessidades à manutenção do trabalhador para o trabalho e custos da procriação (Smith) –, baseia-se na posição desvantajosa e subordinada do trabalhador na luta, tema este que será explorado sistematicamente a seguir.

Podemos identificar rapidamente nas páginas I e II deste início de “Salário” alguns enunciados grifados por Marx. Cada um deles apresenta um aspecto ou determinação da condição do trabalhador e se referem, aparentemente, a leis e descrições da economia política que explicitam a posição desvantajosa do trabalhador – a característica, o peso e os desdobramentos de cada uma destas asserções não é homogêneo; vejamos.

O reconhecido confronto hostil (*feindlichen Kampf*) de capitalista e trabalhador depende, por sua vez, da prévia separação (*Trennung*) entre ambos. “*Para o trabalhador, portanto, a separação de capital, renda da terra e trabalho [é] mortal*”. Note-se que o fato de aqui Marx mencionar a separação entre três elementos (capital, renda e trabalho) indica que neste momento o texto é muito próximo da discussão direta com Smith, a qual Marx já vinha exercitando preparatoriamente em seus cadernos de excertos que servem de base para esta elaboração mais avançada. Mais adiante, a partir da evolução histórica da propriedade fundiária e da teoria da renda de Ricardo, Marx demonstrará o estabelecimento da distinção entre apenas duas classes da sociedade, capitalistas e trabalhadores. Mas é bastante claro que esta é a oposição operante para

Marx desde o início; “Salário” corresponde à tematização do trabalhador, ao passo que a seção “Ganho do Capital” examina mais detidamente o movimento do capital (sem perder de vista a conexão entre ambos), e “Renda da Terra”, que inicia e se estrutura ainda em discussão muito direta com Smith, apresenta trechos substanciais que constituem justamente a demonstração da identidade entre propriedade fundiária e propriedade capitalista no âmbito da propriedade privada desenvolvida. Ainda em relação à questão da separação, nota-se que aparece associada à abstração (*Abstraktion*), outro elemento estruturante e amplamente disseminado ao longo do texto, em diversas dimensões.

Após a desvantagem da própria separação, a mais elementar desvantagem para o trabalhador é o fato de o homem ser uma mercadoria, o que reaparece de inúmeras maneiras ao longo do texto. Dito deste modo, pode até parecer que Marx está pensando na escravidão, mas sabemos que é exatamente sobre o trabalho livre, do operário fabril e sua atividade, que ele discorre quando fala em mercadoria humana. O enunciado de que “*a procura por homens regula a produção de homens assim como de qualquer outra mercadoria*” visa estabelecer que a produção dos homens está submetida à regra da produção de mercadorias em geral, porém, diferentemente das demais mercadorias, o trabalhador é uma mercadoria humana, viva, característica que a distingue seja na qualidade de atividade criadora de riquezas, como ficará mais claro adiante, seja na sua condição de dependência do trabalho para manter a existência. “A existência do trabalhador é, portanto, reduzida (*reducirt*) à condição de existência de qualquer outra mercadoria”, e, no caso, se não há procura o trabalhador morre. Com relação a afirmação de que a procura depende “do capricho do rico e dos capitalistas”, deve-se levar em conta que Marx está analisando uma passagem de Smith, e esta mesma expressão será explicitamente ironizada adiante.

Discutindo os efeitos, para o trabalhador, da gravitação do preço natural em Smith, Marx relaciona uma importante observação sobre a posição do trabalhador: o reconhecimento de que, “para o trabalhador, mediante uma grande divisão do trabalho, é difícilimo dar ao seu trabalho uma outra direção”, diferentemente do capital, que pode mais facilmente tomar qualquer direção, como veremos; além disto, ao trabalhador cabe, “na sua relação subalterna com o capitalista, antes de mais nada o prejuízo”, a estrutura da relação já implica o prejuízo. Uma terceira asserção das grifadas por Marx, no fim da página I, forma então a conclusão de que, segundo a economia nacional, “*com a gravitação do preço para o preço natural, o trabalhador perde, portanto, ao máximo e incondicionalmente*”.

Após confrontar a maior fragilidade do salário em relação à renda e ao lucro no caso do impacto de oscilações súbitas nos preços (Smith), Marx formula um enunciado mais geral: “*o trabalhador não precisa necessariamente ganhar com o ganho do capitalista, mas necessariamente perde quando ele perde*”. Veremos que o ganho, já em Smith, está em proporção inversa ao salário, assim como, na situação de declínio da sociedade (perda do capitalista), ninguém sofre mais do que o trabalhador (Smith). Marx, por sua vez, acrescentará, na conclusão do trecho logo abaixo, que as perdas que capitalista e trabalhador eventualmente sofrem são de naturezas distintas, isto é, a especificidade da perda, ainda por cima, é pior para o trabalhador, o qual, ademais, em qualquer posição que ocupa, sempre perde.

Mais uma desvantagem: “*Os preços de trabalho das diferentes espécies de trabalhos são muito mais diversos do que os ganhos dos diferentes ramos nos quais o capital se aplica*”. No trabalho, toda a diversidade natural, espiritual e social da atividade individual (*naturälliche, geistige und sociale Verschiedner der individuellen Thätigkeit*) sobressai e é paga diferentemente, enquanto o capital morto caminha sempre no mesmo passo e é indiferente (*gleichgütlig*) perante a atividade individual efetiva (*wirkliche individuellen Thätigkeit*). Nesta

desvantagem, em ligação com a já referida questão das direções que o capital pode assumir, encontramos o reconhecimento da natureza abstrata do capital, isto é, sua indiferença pelos ramos particulares, contanto que se mantenha a requerida proporção inversão-lucro, como será melhor exposto em “Ganho do Capital”. Por outro lado, o fato de os trabalhos de diferentes espécies alcançarem remuneração diversa é uma desvantagem imposta pelo capital ao trabalho, apesar dos diferentes trabalhos poderem produzir mesma quantidade de riquezas, o que é feito justamente por meio do trabalho enquanto abstração de toda atividade, como veremos.

Concluindo esta passagem sobre as desvantagens do trabalhador, Marx acrescenta que “é preciso observar, enfim, que onde o trabalhador e o capitalista sofrem igualmente, o trabalhador sofre em sua existência, e o capitalista no ganho de seu Mamom morto.” Consideradas a separação e oposição capital-trabalho e a desvantagem generalizada do trabalhador neste quadro, Marx arremata: “o trabalhador não tem apenas de lutar pelos seus meios de vida físicos, ele tem de lutar pela aquisição de trabalho, isto é, pela possibilidade, pelos meios de efetivar sua atividade”. A distinção que aparece aqui entre meios de vida e meios de trabalho ou atividade é fundamental e será retomada na discussão sistemática do conceito de trabalho estranhado.

Marx passa então a considerar “as três situações principais em que a sociedade pode se encontrar”, ascensão, declínio e estagnação, de acordo com o esquema de Smith. Talvez seja o caso de já adiantar a conclusão extraída por Marx da análise deste quadro: “portanto, na sociedade em situação regressiva, miséria progressiva do trabalhador; na [sociedade] em situação progressiva, miséria complicada e em situação plena, miséria estacionária” (página V, fim; com destaque para a expressão *complicirtes Elend*), ou ainda, numa retomada desta formulação logo adiante: “...na situação em progresso da sociedade, o declínio e o empobrecimento do trabalhador são o produto do seu trabalho e da riqueza por ele produzida. A miséria que resulta, portanto, da *essência* do trabalho hodierno mesmo” (página VII). Como não reconhecer aqui o enunciado do

fato econômico contemporâneo, o famoso trabalho estranhado?

Neste ponto, Marx dará um desdobramento um pouco mais longo sobre um assunto específico: “consideremos as três situações principais em que a sociedade pode se encontrar...” (329.3) que é a abertura deste trecho. Marx faz uma espécie de simulação da condição do trabalhador, considerado em diferentes situações em que a sociedade, segundo Smith, pode se encontrar: riqueza em declínio, em ascendência ou estacionária. Neste desenvolvimento reconhecemos as primeiras formulações explícitas do mecanismo da alienação tal como encontraremos mais a frente, juntamente com as primeiras ocorrências de termos como *entäussernd e fremdes*.

Com a riqueza da sociedade em declínio, a situação do trabalhador corresponde mais ou menos ao enunciado quarto acima. Além do trabalhador não ganhar quando o capitalista ganha, “nenhuma [classe] sofre tão cruelmente com o seu declínio como a classe dos trabalhadores” (note-se que sempre que faz uso de expressão em francês Marx provavelmente reporta a Smith, mesmo que não venha indicado). A situação mais desenvolvida por Marx é a de riqueza progressiva (329.9-330.37). Marx abre a discussão lembrando que, com a riqueza da sociedade em progresso, aumenta a concorrência entre capitalistas, e indica uma situação favorável, pois aumenta a procura por trabalhadores, porém, na seqüência imediata Marx pondera, e as partículas “mas”, “entretanto”, “todavia”, terão uma ocorrência constante após a apresentação de elementos tomados à ciência econômica. Aqui, apesar de ser a situação supostamente mais vantajosa, há uma série de mecanismos que reafirmam a condição desvantajosa do trabalhador.

“*Primeiro*, a elevação do trabalho impele ao *sobretalho* (*Überarbeitung*)...” o que leva a um maior desgaste e encurtamento do tempo de vida. É notável como, segundo a lógica da economia política, pode-se afirmar que “este encurtamento de sua duração de vida é uma circunstância favorável para a classe trabalhadora em geral...”(329.17). Há uma tendência de

desrealização inscrita na natureza desta classe, que se apresenta inicialmente como morte dos indivíduos, porém, a desrealização assume formas complexas, mediadas e mais “positivas” que a simples perda total do ser.

Em segundo lugar, Marx objeta que a sociedade só se encontra em estado progressivo quando se aumenta a acumulação do capital e a divisão do trabalho – duas determinações que reafirmam a condição desfavorável do trabalhador. Noto de passagem que, se aparece aqui uma definição de capital própria da economia política, não significa que ela esgote ou corresponda completamente à definição marxiana de capital. A própria definição da economia já aparece em meio a uma relação tipicamente marxiana: “...capital é trabalho acumulado, portanto, na medida em que sejam retirados do trabalhador cada vez mais produtos seus, que o próprio trabalho cada vez mais se lhe defronte como propriedade alheia e cada vez mais os meios de sua existência e de sua atividade se concentrem na mão do capitalista”. E com o aumento da divisão do trabalho que decorre da acumulação do capital, aumenta a subordinação do trabalhador à sua atividade e o caráter abstrato da mesma: “com esta divisão do trabalho, por um lado, e o acúmulo de capitais, por outro, o trabalhador torna-se sempre mais puramente dependente de trabalho, e de um trabalho determinado, muito unilateral, maquinal”. Nesta argumentação, Marx afirma que cresce o número de “homens que apenas trabalham”, aumentando portanto a concorrência, etc. É interessante reter esta qualificação de “homens que *apenas* trabalham” para definir o operário do sistema fabril, na medida em que ocorrerão muitas expressões semelhantes, complementares e análogas.

Uma outra decorrência do crescimento da riqueza da sociedade é o aumento da concorrência entre capitais – Marx retomará este tema fundamental na seção “1.2” adiante (Ganho do Capital), bem como em “1.3”. Sobre este ponto, registramos aqui apenas que a concorrência entre capitais acaba aumentando a concorrência entre trabalhadores. Marx

empreende, então, um resumo das conclusões deste trecho sobre a situação progressiva da sociedade e a condição adversa do trabalhador (330.16-34), passando então a uma rápida apreciação da situação de culminância da sociedade. Após uma citação de Smith, conclui: “o excedente (*Plus*) teria de morrer” – esta noção de que há homens sobrando é própria da economia política e vai reaparecer nas considerações de Marx.

Eis, portanto, a conclusão deste trecho: (331.6). Duas páginas adiante Marx retoma esta síntese no seu elemento mais importante, a miséria complicada, da seguinte maneira: “(30/332.34). Marx conclui ironicamente o trecho ora comentado com o explícito caráter contraditório da teoria de Smith, a relação direta entre riqueza e sofrimento na sociedade da economia política (a edição da MEGA traz uma indicação de interrupção neste ponto do manuscrito).

Marx propõe a comparação direta do ponto de vista da economia política com o do trabalho (331.20). Podemos dividir a passagem em sete “contraposições”, uma conclusão substancial, e alguns pequenos tópicos heterogêneos e de retomada ao final. O procedimento é regular, consiste em reproduzir uma afirmação do economista nacional sempre seguida de uma partícula “mas” ou “entretanto”, seguida de outra afirmação, extraída do próprio economista, contraditória com a primeira (331.23-332.15). Não entraremos na análise de cada uma destas partes, apenas registro que se pode identificar nas seis primeiras afirmações uma contradição geral entre o trabalho enquanto propriedade ativa do homem, origem da riqueza e do próprio capital e, inversamente, a posição extremamente rebaixada que ocupa. A sétima destas contraposições determina uma oposição generalizada dos interesses do trabalhador e da sociedade – essa oposição generalizada de interesses será retomada, mas o que é interessante notar aqui é como para o economista nacional a sociedade se identifica com a propriedade.

A conclusão da passagem é fundamental. Apesar de Marx estar lidando com a situação empírica do trabalhador em sua atualidade no interior da economia política, ele universaliza uma certa condição do trabalho e arremata com a indicação do seu procedimento com os argumentos da economia política: “afirmo, porém, que o trabalho – não apenas sob as condições atuais, mas também na medida em que, em geral, sua finalidade é a mera ampliação da riqueza – é pernicioso e deletério. Isto decorre, sem que o economista nacional o saiba, de seus próprios desenvolvimentos” (333.7). Os tópicos finais deste trecho retomam a questão das situações da sociedade.

Neste ponto se inicia a parte II do plano da primeira seção. O sentido da proposta de divisão do Caderno I em duas partes relaciona-se com as referências predominantes em cada uma delas. Na primeira, Marx debate diretamente e de maneira muito próxima com a economia política (no caso, Smith), apresentando aspectos desta teoria e ao mesmo tempo discutindo-os, apontando a contraditoriedade intrínseca deles em confronto com sua própria posição que assim vai se desenhando, à base de pequenas conclusões e observações encadeadas coerentemente ao longo das referências. Agora, nesta segunda parte, a referência externa muda completamente de foco, trata-se de apresentar e discutir alguns autores diretamente críticos da economia política, no sentido de reafirmar alguns elementos apontados por Marx bem como apontar outros, desenvolvendo e reforçando sua posição. Já adiante, como se vê no plano, que nas partes “1.2” e “1.3” (Ganho do Capital e Renda da Terra) observamos a mesma estrutura: primeiro um debate direto e mais ou menos desenvolvido com os economistas a partir de remissões às obras, porém entremeado por pontuações marxianas, seguido de um segundo bloco que desenvolve mais sistematicamente a exposição e crítica marxianas. Em suma, para efeito de uma reconstituição da estrutura argumentativa deste início do texto, esta característica dúplice é fundamental – deve-se perscrutar e determinar seu sentido mais profundamente do ponto de vista metodológico e em

conexão com a forma do texto.

O suíço Wilhem Shulz é o autor mais importante de acordo com os argumentos que serão incorporados por Marx em oposição à economia política, comparecendo com idéias interessantíssimas; em seguida, na ordem de importância vem Buret, com aporte de dados sobre a população trabalhadora e outros elementos incorporados na discussão marxiana, seguido de Pecquer e Loudon, que comparecem apenas com algumas citações curtas, fragmentos pouco integrados à argumentação marxiana. Em comparação com a parte inicial desta seção 1.1, este desenvolvimento do texto é ainda mais fortemente constituído por citações e com menos interferências de Marx

Na seqüência, temos, primeiro, a constatação de que a economia política considera o homem apenas enquanto trabalhador, isto é, o salário representa, a rigor, a manutenção da atividade trabalho do operário, daí a possibilidade da sua redução ao mínimo: “... tal como o cavalo, tem de receber o suficiente para poder trabalhar”, indicando em seguida uma fragmentação da vida humana característica da sua subordinação a diferentes esferas da alienação. Marx propõe então: “lancemo-nos para além do nível da economia política, e procuremos responder a duas perguntas, a partir do desenvolvimento realizado até aqui *quase* com as palavras do economista nacional” (grifo meu). Estas duas perguntas serão respondidas, ou melhor, desdobradas ao longo de todo o texto, e não apenas no trecho seguinte. Destaco aqui a expressão “trabalho abstrato”, que ocorre algumas vezes (assim como outras análogas, como atividade abstrata) e é importante para toda argumentação sobre a condição do trabalhador alienado; bem como merece destaque a menção de reprovação a Proudhon, figura que voltará a ser duramente atacada no terceiro caderno.

Das duas primeiras citações de Schulz que aparecem nesta altura, podemos reter o seguinte: a identificação da atividade uniforme e mecânica como a predominante no estágio atual

da organização do trabalho, pernicioso física e espiritualmente (como diz mais adiante: “... não se levou em conta ainda esta grande diferença: até que ponto os homens trabalham *com* máquinas, ou até que ponto eles trabalham *como* máquinas”, 335.15), característica contraposta aos falsos “cálculos médios superficiais” sobre o aumento de salário. O autor diferencia um suposto aumento *médio* do salário de sua real redução em determinados setores os mais numerosos da atividade; há também que levar em conta a evolução dos rendimentos em relação ao preço dos meios de vida (salário nominal/real), além da consideração da duração assegurada do trabalho (nível de emprego/desemprego). Schulz também nota que o tempo de trabalho (nova determinação essencial para correto cálculo do salário) “elevou-se, para o trabalhador inglês nas manufaturas de algodão, de 12 para 16 horas diárias nos últimos 25 anos para cá...” (333.19-334.6). Neste ponto surge uma brilhante idéia de Schulz: a determinação da pobreza relativa (3347.21), vale a pena consultar todo o trecho.

Prosseguem as citações de Schulz (note-se que Marx segue linearmente a seqüência de um trecho do livro, da página 65 à 72). Na seqüência, Schulz reafirma alguns pontos e indica elementos característicos da peculiaridade do atual estágio da produção: maquinaria e novas forças motrizes, maior utilização das forças naturais, atividade mecânica uniforme (a caracterização do estágio atual por Schulz, explicitando novas determinações fundamentais, será retomada por Marx em “1.2”). Estes elementos reduzem o tempo necessário de trabalho, mas como frisa o autor, não redundam em maior tempo livre para os trabalhadores: “não obstante a economia de tempo por intermédio do aperfeiçoamento da maquinaria, para uma numerosa população a duração do trabalho escravo nas fábricas apenas aumentou” (335.3). Além do aumento do tempo de trabalho, com a introdução da maquinaria aumenta o número de trabalhadores, incluindo mulheres e crianças na esfera do trabalho assalariado.

As citações de Pecquer voltam-se para a simples indicação da condição subordinada dos trabalhadores assalariados, e as de Loudon remetem à degradação generalizada da população pobre, mencionando especialmente o caso das prostitutas. É interessante notar o curto tempo de vida das prostitutas, o que requereria constante afluência de novos indivíduos, segundo seu cálculo. Este tema da morte e reposição massiva de homens será reafirmado ao fim desta seção, no caso dos trabalhadores fabris.

Da contribuição de Buret destacam-se alguns dados, que ele cita a partir de relatórios oficiais; dados que reafirmam o aumento da população trabalhadora proporcionalmente à introdução das máquinas, destacando também a utilização do trabalho da mulher e da criança por serem mais baratos. Assim como Pecquer, Buret também insiste no caráter subordinado, forçado, não livre do trabalhador assalariado. A concorrência é por ele caracterizada como *guerra industrial perpétua*. Como retomará Marx adiante, denotando o caráter contraditório da economia política, Buret reconhece que “é no conflito de forças opostas que a ciência procura ordem e equilíbrio...” (337.36).

Devo destacar três pontos da maior importância. O primeiro deles é que Buret considera os trabalhadores como “soldados” de um “exército”, o qual constantemente é reunido e dizimado abundantemente. Sem nenhum proveito próprio, os soldados têm suas vidas esgotadas na guerra da concorrência, daí sua constatação: “nós temos a convicção... partilhada pelos comissários encarregados do relatório sobre a condição dos tecelões manuais, de que as grandes cidades perderiam, em pouco tempo, a sua população de trabalhadores, se não recebessem a cada instante dos campos vizinhos recrutamentos contínuos de homens sadios, de sangue novo (338.17).

Em meio a esta caracterização, Buret reconhece que as ligações entre os “soldados” e os “chefes” não se baseia em laços pessoais, em nenhum vínculo humano, os “soldados” são apenas “instrumentos de produção, os quais têm de render tanto quanto possível e fazer tão poucas

despesas quanto possível” (338.1). Esta relação “puramente econômica”, entre “explorado e explorador”, nas palavras de Marx, será longamente desdobrada em “1.3” e “3.2”, sendo fundamental para caracterizar a relação de exploração tipicamente capitalista.

Por fim, nota-se que a questão do trabalhador enquanto mercadoria e o significado do salário segundo Buret reporta à discussão marxiana com Smith empreendida logo atrás. Mas encontramos aqui uma especificação que Marx levará adiante, a qual entretanto já aparecerá na determinação da “necessária vitória do capitalista”: o trabalhador é uma mercadoria específica, que difere das demais na medida em que é mercadoria *viva* (é evidente que apenas como mercadoria viva pode ser fonte de valor). Como diz Buret, “o trabalho é vida, e se a vida não se permutar diariamente por alimentos, depressa sofre danos e morre” (337.19). E Marx completa: “Se o trabalho é, portanto, uma mercadoria, é então uma mercadoria com as mais infelizes propriedades” (337.20). Esta especificação é da maior importância: a noção de que o trabalho é uma mercadoria advém do próprio Smith; entretanto, a consideração mais profunda deste caráter mercantil da atividade humana por Marx excede a determinação smithiana.

Nos limitamos aqui a uma conclusão, essencial para a compreensão da função destas seções iniciais no texto. Com os desenvolvimentos de “Salário”, Marx elimina o caráter de oposição entre riqueza e miséria, tal como enunciava a economia política, isto é, onde ela vê exterioridade e relação accidental, Marx encontra identidade e conexão necessária. Portanto, a grande conclusão a que se chega é a seguinte expressão, válida para o universo da economia política: *Riqueza = Miséria*; em lucro, toda argumentação visa demonstrar, analogamente, que *Concorrência = Monopólio*, ao contrário do que dizia a economia política.

Todos conhecem a famosa passagem: “partimos do pressuposto economia nacional...” (79/363.16); na seqüência, após uma explicação do método da economia política e em contraposição à mesma, diz Marx: “partiremos de um fato econômico contemporâneo” (80/364.31), segue-se então o famoso desenvolvimento sistemático do conceito (extraído do fato) do trabalho alienado, em seus quatro aspectos, e o derivado conceito de propriedade privada com suas conexões.

Da síntese de abertura da parte final do primeiro caderno, destaco inicialmente o significado das expressões “*partimos* da economia política” e “*partiremos* de um fato...”. Poder-se-ia supor que a primeira operação já tivesse sido realizada e a segunda iniciar-se-á dali em diante na ordem do texto. A questão pode até parecer banal, mas tem peso em vista de que as análises do *Manuscrito de 1844* são na maioria fortemente seletivas e, neste quadro, todo o início do primeiro caderno costuma ser excluído sumariamente, sem maiores explicações, como se não fizesse parte da obra. Com isto, a interessante e fecunda questão das relações conceituais entre as diferentes partes do texto é amputada. De fato, quando Marx diz que “partiu” da economia política, isto pode ser imediatamente reportado ao início do texto, sabendo que ali não se trata de “repetição” dos economistas, quando diz, “partirei” de um fato econômico atual, entendo que isto igualmente se dá desde o início do texto. As expressões comentadas são de fato muito sugestivas para efeito de análise, visto que o esclarecimento do significado do “fato econômico atual” e da “economia política” no interior texto exigem compreensão ampla do mesmo.

Sem entrarmos aqui sistematicamente nas múltiplas questões relativas às conexões estruturais/categoriais entre os Cadernos, é fácil provar que a compreensão do trecho mais famoso bem como sua seqüência só podem ser corretamente considerados se levarmos em conta *toda a parte anterior*. É necessário compreender que o texto: “... constatamos [1] que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador

põe-se em relação inversa à potência e à grandeza de sua produção, [2] que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio, que no fim [3] a diferença entre o capitalista e o rentista fundiário desaparece, assim como entre o agricultor e o trabalhador em manufatura, e que, no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos *proprietários* e dos *trabalhadores*” (79/363.20-29), corresponde diretamente aos temas predominantes de 1.1, 1.2 e 1.3, respectivamente. Gostaria de frisar que por mais inequívoca e elementar que seja esta constatação, ainda não encontramos na bibliografia selecionada nenhuma indicação nesta direção, lacuna que se explica em razão do costume de abandonar as referidas seções.

Segundo Caderno (...2)

Este Caderno II é, ao que tudo indica, a parte final de um trecho maior que não foi encontrado; como se vê, inicia no meio de um parágrafo, com um fim de frase. Restaram, de acordo com a numeração de Marx, apenas as páginas *XL-XLIII*, e apesar de visivelmente curto frente aos completos, este caderno é extremamente denso e relevante para a compreensão do conjunto do texto. Para efeito de análise, podemos dividir o Caderno II em duas partes. A primeira delas apresenta sinteticamente uma série de considerações marxianas voltadas para a relação capital-trabalho e a propriedade privada. Em seguida, vemos uma característica mais histórica, tratando da evolução da propriedade privada e da oposição capital-trabalho. Marx reporta aos economistas em ambas as partes, porém na primeira de modo mais restrito, apenas retomando pontualmente idéias já estabelecidas, já na segunda, a história da ciência econômica também está em jogo.

Na segunda parte, Marx indica a importância da determinação da renda da terra por Ricardo, desenvolvendo conclusões sobre o capitalismo contemporâneo mais avançado; em seguida, estrutura um debate entre representantes teóricos de duas tendências conflitantes dentro da economia política: propriedade de terra *x* indústria (imóvel *x* móvel), para averiguar a vitória da segunda, que engloba a primeira, ainda que dela tenha surgido. Estas questões já haviam sido anunciadas em *Renda* [1.3], e prosseguirão na sequência, desdobrando-se pelas páginas iniciais do Caderno III.

Se é certo que praticamente todo Caderno II não chegou até nós, e devemos ponderar as consequências disso para a interpretação global do escrito, ainda assim pode-se reconstituir, ao menos em parte, esta lacuna. Observemos que o Caderno III traz na sua primeira página uma remissão que leva “para a página 36”, e, na terceira, uma remissão “para a página 39”. Os editores

acresceram aos seus títulos do início do Caderno III a explicação “complemento” ao Caderno II. Ora, não podemos afirmar exatamente qual conexão deste trecho com o respectivo trecho perdido do Caderno II, como eles se encaixariam aí. Mas já vimos que ele se liga naturalmente ao fim do Caderno II, e pode-se ter certeza de que aquelas remissões são mesmo para o Caderno II, e não para páginas dos Cadernos I ou III. É possível comprovar isto apenas observando o texto, sem a intervenção dos editores (que neste caso ficaria melhor em nota).

Segundo informação da MEGA (*Apparat*, p, 705), o Caderno I *acaba* na página *XXVII*, de modo que a sequência em questão não poderia ser tomada como continuação direta do Caderno I. Supõe-se que Marx abrisse um novo caderno, ou seja, reinicia a numeração a partir da primeira página; conseqüentemente, estaríamos privados de quase quarenta páginas de texto marxiano! (Isto se admitirmos que o autor não as tivesse excluído deliberadamente).

Curiosamente, o Caderno III, dividido por Marx em sete itens, avança até a página *XXIV*, a qual corresponde exatamente ao fim do *Item 6*, após o que, subitamente, abre-se o *Item 7* recuando a numeração para a página *XIV*, que então progride até a *XLIII*.

Mas deve-se notar que aquelas remissões não podem ser relativas às páginas 36 e 39 “adiante”, seja pela temática (página 36), que não confere, ou por incompatibilidade explícita, visto que a página 39 do final do Terceiro Caderno é, na verdade, o *Prefácio*, como veremos.

* * *

O texto inicia com uma definição que aparentemente forma conclusão de trecho imediatamente anterior, em seguida, Marx apresenta uma ponderação e então desdobra o texto mais ou menos como uma sequência de tópicos (todos eles muito importantes), encerrada com “reticências” e seguida por um comentário sobre os economistas, passando finalmente para o tema da relação da propriedade privada (toda *XL* e início da *XXI*).

A abertura, apesar de ser um fragmento final, merece especial atenção, visto que ilumina e enriquece anteriores considerações de Marx sobre o capital: “...no trabalhador existe, pois, subjetivamente, que o capital é o homem totalmente perdido de si, assim como existe, no capital, objetivamente, que o trabalho é o homem totalmente perdido de si”.

Segue-se a afirmação da condição (desfavorável) do trabalhador enquanto “capital *vivo*”. Aqui retoma-se algo já apresentado em *Salário*, logo no início, isto é, a invocação do mecanismo da oferta e procura no sentido de explicitar a condição de mercadoria viva em que se encontra o trabalhador. Nota-se que Marx identifica uma relação proporcional entre “valor do trabalhador” e oferta e procura, ou seja, este “valor” que aparece aqui é na verdade o salário, o qual constitui a base da existência do trabalhador. Por outro lado, esta passagem deve ser conectada com importantes trechos do Terceiro Caderno, a respeito das categorias vida (*Leben*) e carência (*Bedürfnis*), lembrando aqui a definição de vida como *atividade (Tätigkeit)*.

Marx também retoma a característica auto-constitutiva do homem já explorada na parte final do Primeiro Caderno (1.4), quando determinara que a origem da propriedade privada é o trabalho alienado e não o contrário: “O trabalhador [produz], portanto, a si mesmo, e o homem enquanto *trabalhador*, enquanto *mercadoria*, é o produto do movimento total”. Note-se a identidade entre “enquanto *trabalhador*” e trabalhador alienado, estranhado, isto é, o operário assalariado é identificado à mercadoria, o trabalhador considerado como simples atividade criadora de valor que produz e reproduz sua condição.

Esta condição do homem enquanto *trabalhador* e sua ligação com o capital é o assunto desdobrado em uma série de afirmações entrelaçadas, até que Marx arremata retomando a determinação do salário pelo mínimo, de Smith, e aprofundando a caracterização da “*mercadoria humana (die Menschenwaare)*, o homem na determinação da *mercadoria*”, que aparecera justamente no início deste trecho, concluindo pela desumanização espiritual e física de

trabalhadores e capitalistas reciprocamente.

A existência do trabalhador, que engendra o capital que lhe é estranho, é por este determinada. Destacamos esta passagem: “O trabalhador só é, enquanto trabalhador, assim que é *para si* como capital, e só é, como capital, assim que um *capital* é *para ele*. A existência do capital é *sua existência*, sua *vida*, tal como determina o conteúdo da sua vida de um modo indiferente a ele. A economia nacional não conhece, por conseguinte, o trabalhador desocupado, o homem que trabalha (*Arbeitsmenschen*), na medida em que ele se encontra fora da relação de trabalho. O homem que trabalha, o ladrão, o vigarista, o mendigo, o desempregado, o faminto, o miserável e o criminoso, são *figuras* (*Gestalten*) que não existem *para ela*, mas só para outros olhos, para os do médico, do juiz, coveiro, do administrador da miséria, fantasmas situados fora de seu domínio” (376.26).

A *existência* do homem que trabalha é um atributo que se mantém quando ele está fora da relação de trabalho, por isso Marx dizia que se o homem é uma mercadoria, é da pior espécie, pois tem de se manter viva. Quando Marx usa a expressão “o salário possui, por conseguinte, exatamente o mesmo significado de *conservação* na *manutenção*

Terceiro Caderno

Nosso comentário desta parte do texto se limitará a uma breve exposição a respeito da estrutura. O Caderno III é o mais longo, o mais heterogêneo e o que mais foi editado. Toda a sequência do manuscrito original foi delimitada em “seções”, as quais então se atribuiu títulos. Em razão destas intervenções do editor, este caderno aparenta uma organização em “capítulos” que de fato não existe. Levando parcialmente em conta suas próprias “seções” e títulos, o aparelho crítico da MEGA apresenta uma interessante proposta de divisão do Caderno III, em nove partes temáticas, distribuídas, por sua vez, em três grandes grupos, dando uma breve descrição e comentário sobre cada uma das partes (*Apparat*, pp. 697-702). Não seguiremos exatamente a divisão acima (que também é útil para organizar a análise), bem como não poderemos explicá-la em mais detalhes, evitando assim gerar confusão e ser menos maçante, pois apresentamos no nosso plano uma proposta alternativa de divisões para auxiliar a leitura do Caderno III.

Dividimos o Caderno III em duas grandes partes, as quais chamaremos de **3** e **3b**, respectivamente, pois a certa altura do curso deste Caderno III, precisamente após a página *XXXIV*, Marx recua a numeração em dezenas de páginas, marcando página *XIV*, para então seguir novamente adiante. Portanto, em muitos casos há nesta parte do texto duas páginas com conteúdos diferentes mas que trazem a mesma numeração (números romanos colocados por Marx). Para explicitar este aspecto e em razão da importância em referir a numeração original, optamos por indicar como uma “segunda parte” do Caderno III aquela que compreende desde o ponto onde Marx “reinicia” a numeração até o final. Mantivemos, entretanto, na passagem de **3** para **3b**, a sequência da nossa divisão em partes (por exemplo, de **3VIII** segue para **3bIX**), sem reiniciar, visto que se trata, de qualquer maneira, do mesmo Caderno III.

Como já dissemos, o editor seccionou todo o Caderno III e atribuiu títulos às partes que separou. Nesta organização, as duas primeiras seções (que identificamos por [3.1] e [3.2]) correspondem a “complementos” ao Caderno II. Aqui parece que há pelo menos dois problemas. Primeiro, não vemos justificativa para que a informação de que se trata de “complementos” ao Caderno II precisasse vir no “título” da “seção” (títulos que aliás não devem ser levados em conta), e, em segundo lugar, veremos que apenas o *início* desta segunda “seção” é que remeteria diretamente ao Caderno II, sendo que o texto logo se desenvolve segundo a organização que estruturará boa parte do Caderno III.

Trata-se da abertura, por Marx, de uma sequência de sete itens consecutivos. O editor optou por separar os cinco primeiros na sua segunda “seção” [3.2], destacando o sexto item em uma “seção” independente, isto é, abrindo um “capítulo” para o trecho reservado à discussão direta com Hegel. Todo este trecho é mais heterogêneo do que indica a divisão dos editores, a qual enfatiza no “título” apenas o anúncio da abertura da “seção”. Na verdade, aqui apresentam-se diversas considerações a respeito de Hegel (de maneira que não se pode unilateralizar uma ou outra isoladamente), desenvolvem-se muitas e fundamentais determinações marxianas próprias, além de destacar-se explicitamente a importância de Feuerbach. Ao fim deste longo e difícil trecho, Marx inicia seu item sete, porém, como já observamos, a paginação retorna para o número *XIV*. Ao fim deste item sete, que entre outras coisas remonta a muitos temas dos Cadernos I e II (retomada enriquecida pelas aquisições de todo Caderno III), o texto segue composto com base em “fragmentos”.

De acordo com o *Apparat*, pp 697-698, o conteúdo do texto do Caderno III pode ser dividido em nove partes temáticas; esta sequência, por sua vez, é agrupada em três grupos: 1), partes I-VI (I-III, IV-VI); 2), partes V-VII; 3), partes VII-IX (que inclui o prefácio). A partir desta divisão, segue-se uma breve descrição de cada uma das partes, iniciando pelo *Prefácio*, o qual,

como já vimos, foi redigido já na fase terminal do trabalho, sobre o qual cita como referência uma carta de Marx a Feuerbach, de agosto de 1844.

BIBLIOGRAFIA

ALTHUSSER, L. “Hoje”. In *Análise Crítica da Teoria Marxista (Pour Marx)*, prefácio. Rio de Janeiro, Zahar, 1979 [1965].

_____. “Aos Leitores Brasileiros”. In *Análise Crítica da Teoria Marxista*, prefácio. Rio de Janeiro, Zahar, 1979 [1967].

_____. “Os *Manifestos Filosóficos* de Feuerbach”. In *Análise Crítica da Teoria Marxista*. Publicado originalmente na revista *La Nouvelle Critique* [1960].

_____. “Sobre o Jovem Marx”. In *Análise Crítica da Teoria Marxista*. Publicado originalmente na revista *La Pensée* (1961), versão ampliada [1965b].

_____. “Os *Manuscritos de 1844* de K. Marx ”. In *Análise Crítica da Teoria Marxista*. Publicado originalmente na revista *La Pensée* (como “nota” para o lançamento da tradução do *Manuscrito de 1844* por Bottigelli) [1963].

_____. “Marxismo e Humanismo”. In *Análise Crítica da Teoria Marxista*. Publicado originalmente na revista *Cahiers de l’ISEA* [1964].

_____. “A Querela do Humanismo I”. *Revista Crítica Marxista* nº 9. São Paulo, Xamã, 1999 (texto póstumo, publicado originalmente em *Ecrits Philosophie Politique*, Paris, Stock/Imec, 1995) [1967b].

_____. “A Querela do Humanismo II”. *Revista Crítica Marxista* nº14. São Paulo, Xamã, 2002 (continuação do texto acima) [1967c].

ANDERSON, P. *Considerações Sobre o Marxismo Ocidental*. São Paulo, Brasiliense, 1989 [1976].

BALIBAR, E. *Marx y su Concepto de Hombre. Manuscritos Económico-Filosóficos – Karl Marx*. Buenos Aires, Fondo de Cultura, 1990.

BEDESCHI, G. *Alienacion y fetichismo en el pensamiento de Marx*. Madrid, Alberto Corazon, 1975.

_____. *Marx*. Lisboa, Edições 70, 1989.

BERMUDO, J. M. *El Concepto de Praxis en El Jovem Marx*. Barcelona, Península, 1975.

BIGO, P. *Marxisme et Humanisme*. Paris, PUF, 1954.

BOTTIGELLI, E. "Présentation". In *Manuscrits de 1844 (économie politique & philosophie)*. Paris, Edition Sociales, 1972 [1963].

CALVEZ, J-Y. *La Pensée de Karl Marx*. Paris, Éditions du Seuil, 1956.

CHASIN, J. "A Determinação Ontonegativa da Politicidade". Revista *Ensaio Ad Hominem*, t. I, nº III. São Paulo, Ad Hominem, 1999 [1993].

_____. "Apresentação". Revista *Ensaio Ad Hominem*, t.I, nº IV. São Paulo, Ad Hominem, 2001(texto póstumo, organizado e publicado por E. Vaisman).

_____. *Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica*. In TEIXEIRA, *Pensando com Marx: uma leitura crítico-comentada de O Capital*, posfácio. São Paulo, Ensaio, 1995.

_____. "Rota e Prospectiva de Um Projeto Marxista". Revista *Ensaio Ad Hominem*, t. I, nº I-IV. São Paulo, Ad Hominem, 1999.

_____. "Sucessão na Crise e Crise na Esquerda". Revista *Ensaio* nº 17-18. São Paulo, Ensaio, 1989.

CORNU, A. *Karl Marx et Friedrich Engels*, tomo III. Paris, PUF, 1962.

_____. *Karl Marx et La Pensée Moderne – contribution a l'étude de la formation du marxisme*. Paris, Editions Sociales, 1948.

DA COSTA, M.H. “A Exteriorização da Vida nos *Manuscrito Econômico Filosóficos de 1844*”, in revista Ensaio Ad Hominem, v. I, t. IV, São Paulo, Ad Hominem, 2001.

_____. “A Diferença entre as Categorias *Entäusserung* e *Entfremdung* nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de Karl Marx de 1844*”, comunicação apresentada ao 1º CEMARX – IFCH-UNICAMP, 1998.

DAL PRA, M. *La Dialética em Marx*. Barcelona, Martinez Roca, 1971 [1965].

DOSSE, F. *História do Estruturalismo*, 2 volumes. São Paulo, Ensaio/Unicamp, 1994 [1991].

DROZ, J. *História Geral do Socialismo*. Lisboa, Horizonte, 1972.

DELLA VOLPE, G. *Rousseau e Marx – a liberdade igualitária*. Lisboa, Edições 70, 1982, 4ª edição modificada e ampliada [1964].

FAUSTO, R. *Lógica e Política*, t. I. São Paulo, Brasilense, 1983.

_____. *Lógica e Política*, t. III. São Paulo, Editora 34, 2002.

_____. “Sobre o Jovem Marx”. Revista *Discurso*, nº13. São Paulo, 1983.

FREDERICO, C. *O Jovem Marx – as origens da ontologia do ser social*. São Paulo, Cortez, 1995.

FROMM, E. *Conceito Marxista Do Homem*. Rio de Janeiro, Zahar, 1962.

GARAUDY, R. “A Propos des *Manuscrits de 1844* de Marx”. Revista *Cahiers du Communisme* nº 3, 1963.

_____. *Karl Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967.

GEERZANDT, R. *Garaudy et Althusser – le debat sur l’humanisme dans le parti communiste français et son enjeu*. Paris, Puf, 1978.

GIANNOTTI, J. A. *Origens da Dialética do Trabalho, Estudos Sobre a Lógica do Jovem Marx*. São Paulo, Difel, 1966.

HAARSCHER, G. *L' Ontologie de Marx – le problème de l' action, des textes de jeunesse à l' ouvre de maturité*. Bruxelles, 1980.

HORKHEIMER, M. “Teoria Tradicional e Teoria Crítica”. São Paulo, Abril, 1978 [1937].

JAY, M. *L' imagination Dialectique*. Paris, Payot, 1977.

KONDER, L. *Marxismo e Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro, Paz e Terra,

LEFEBVRE, H. *Para Compreender o Pensamento de Karl Marx*. Lisboa, Edições 70, 1966.

LOUREIRO, M. I. “Herbert Marcuse – Anticapitalismo e Emancipação”. Revista *Trasns/Form/Ação*, vol. 28, nº 2. Marília, 2005.

LÖWITH, K. *De Hegel a Nietzsche*. Buenos Aires, Sudamericana, 1968 [1939].

_____. “Man's Self-Alienation in the Early Writings of Marx”. In *Karl Marx's social and political thought: critical assessments*, v. 1 (Bob e Brown orgs.). Londres/Nova York, Routledge, 1990 [1954].

LÖWY, M. *La théorie de la révolution chez le jeune Marx*. Paris, François Maspero, 1970.

_____. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*, São Paulo, Cortez, 1987.

LUKÁCS, G. *Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo, LECH, 1979, tradução C. N. Coutinho (capítulo sobre Marx da *Ontologia do Ser Social*) [1971].

_____. *A Falsa e a Verdadeira Ontologia de Hegel*. São Paulo, LECH, 1979, tradução C. N. Coutinho (capítulo sobre Hegel da *Ontologia do Ser Social*) [1972].

_____. “Autocrítica do Marxismo”. Revista *Temas* nº 4 (entrevista a L. Konder publicada originalmente no *Jornal do Brasil* 24-25/08/1969). São Paulo, LECH, 1978. [1969]

LUKÁCS, G. *El Joven Hegel y los Problemas de la Sociedad Capitalista*. Barcelona, Grijalbo, 1963.

_____. *Il Giovani Marx*. Roma, Riuniti, 1978.

_____. *Pensamento Vivido – autobiografia em diálogo*. (entrevistas a E. Eörsi e E. Vezér, 1969-1971, roteiro de Lukács) São Paulo, Ad Hominem-UFV, 1999 [1971b].

_____. “Meu Caminho para Marx” [1933].

_____. “Pos-scriptum” de 1956 a “Meu Caminho para Marx”. Cf. acima [1956].

LUPORINI, C. “Critica Della Politica e Critica Dell'Economia Politica in Marx”. Revista *Critica Marxista* nº1, Roma, Riuniti, 1978.

MANDEL, E. *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981 [1967].

MARCUSE, H. “Novas Fontes para a Interpretação do Materialismo Histórico”. In *Idéias Para uma Teoria Crítica da Sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981 [1932].

_____. *Razão e Revolução*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978 [1941].

MÁRKUS, G. *A Teoria do Conhecimento no Jovem Marx*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974.

MARX, K. *Ökonomisch-philosophische Manuskripte*. MEGA², Bd II/1, Berlin, Dietz Verlag, 1982, (Erste Wiedergabe, pp.189-322; Zweite Wiedergabe pp.325-438; Apparat: Bd II/2, pp. 685-917).

_____. *Manuscrítos Econômico-Filosóficos de 1844*. São Paulo, Boitempo, 2004, tradução de Jesus J. Ranieri.

_____. *A Questão Judáica*, Lisboa, ed 70, 1993.

_____. *Crítica da Filosofia da Direito de Hegel – Introdução*. In revista *Temas de Ciências Humanas* nº2. São Paulo, Grijalbo, 1977.

MERCIER-JOSA, S. *Retour sur le Jeune Marx – deux études sur le rapport de Marx avec Hegel dans le Manuscrits de 1844 e dans le manuscrits dit de Kreuznach*. Paris, Meridiens Klincksieck, 1986.

MÉSZÁROS, I. *Marx: a Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981, tradução de W. Dutra, supervisão de L. Konder [1970].

_____. “Marx Filósofo”. In *Filosofia, Ideologia e Ciência Social*. São Paulo, Ensaio, 1993 (publicado originalmente em *História do Marxismo*, Hobsbawm-org.) [1986].

_____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo, Ensaio, 1996 [1989].

MONDOLFO, R. *Estudos sobre Marx (histórico-crítico)*. São Paulo, Mestre Jou, 1967.

NAVILLE, P. *De l'Aliénation à la Jouissance*. Paris, Libr. M. Rivière, 1957.

NETTO, J P. *Capitalismo e Reificação*. São Paulo, LECH, 1980.

_____. “G. Lukács: um crítico na pós-modernidade”. In *Marxismo Impertinente*. São Paulo, Cortez, 2004.

_____. “Teoria e Revolução em Marx”. In *Democracia e Transição Socialista – escritos de teoria e política*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990 (publicado originalmente na revista *Voz da Unidade*, São Paulo, nº 142, 1983).

OLIVEIRA, M. “Os 'Manuscritos de Paris e a Articulação do Horizonte de Emancipação”. Revista *Síntese*, vol 23, nº72, Belo Horizonte, 1996.

OLLMANN, B. *Alienación – Marx e su concepcion del hombre en la sociedad capitalista*. Buenos Aires, Amorroutu, 1975 [1971].

PAJITNOV, L. N. “A Crítica do Idealismo Especulativo de Hegel nos *Manuscritos Econômico-Filosóficos de 1844*”. In *Marx e Hegel*. Lisboa, Horizonte, 1985.

PETRACHIK, A. “Les Problèmes de l'Humanisme dans les Premières Oeuvres de Marx”. Revista *La Pensée*, Paris, 1961.

QUINIOU, Y. “De l'aliénation du travail à l'aliénation de la nature humaine”. Revista *La Pensée*, nº303, Paris, 1995.

RANIERI, J. “Sobre os chamados *Manuscritos econômico-filosóficos* de Karl Marx”. In *Manuscritos Econômico-Filosóficos*. São Paulo, Boitempo, 2004.

ROSSI, M. *La Génesis del Materialismo Histórico*, vol. II - El Joven Marx. Madri, Alberto Corazón, 1971.

ROSDOLSKY, R. *Génesis y Estructura de El Capital de Marx (estudios sobre los Grundrisse)*. México, Siglo Veintiuno Editores, 1989.

RUBEL, M. *Crônica de Marx*. São Paulo, Ensaio, 1991 [1977] .

SCHIMDT, A. *Der Begriff der Natur in der Lehre von Marx*. Frankfurt, 1978.

VÁSQUEZ, A. S. “O Conceito de Essência Humana em Marx” e “Sobre a Alienação em Marx”. In *Filosofia da Práxis*, apêndices I e II. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 [1967].

_____. *Filosofia e Economía en el Joven Marx*. México, Grijalbo, 1982.